

24h

Expresso na 6ª feira
Na próxima semana, o seu jornal chega às bancas um dia mais cedo, no 1º de Maio.

Telescola das mais vistas na TV
A emissão da nova telescola, que começou esta semana, catapultou a RTP Memória para o *top* dos canais mais vistos, com uma audiência média diária entre os 81 mil e os 125 mil telespectadores e um *share* entre 3,1% e 4,5%. No dia de estreia, segunda-feira, mais de 400 mil portugueses chegaram a estar com a televisão ligada naquele canal.

Moro demite-se com estrondo
O ministro da Justiça do Brasil renunciou ao cargo, acusando o Presidente de “interferência política” como nunca houve com Dilma Rousseff ou Lula da Silva. Em causa está a decisão de Jair Bolsonaro de trocar o diretor da Polícia Federal, que Sérgio Moro considera lesiva da autonomia dessa força.

Doações de sangue caíram 38%
O Instituto Português do Sangue e da Transplantação registou uma quebra da doação de sangue de quase 40% entre 1 e 19 de abril, em comparação com o período homólogo. No total foram realizadas 6292 colheitas.

Mais de 17 mil testes em lares
Mais de 17 mil testes ao novo coronavírus já foram feitos em lares de idosos e as autoridades pretendem atingir os 70 mil em maio.

Integram esta edição semanal, além deste corpo principal, os seguintes cadernos:
ECONOMIA, REVISTA E

mantovani
Cozinha e Banho

www.mantovani.pt

COVID-19 PÁRA MAIOR PARTE DO SNS

Milhares de cancros ficaram por detetar

➔ Médicos alertam para **quebra acentuada de diagnósticos**
➔ Redução de 80% nas análises clínicas, 95% na imagiologia e **100% em exames de cardiologia** ou de gastroenterologia ➔ Transplantes caem a pique ➔ **Crianças passam até 80% do tempo paradas** ➔ Portugueses discriminados na China P20, 21, 23 e 32

CONFINAMENTO MAIOR NOS CONCELHOS MAIS RICOS

P4

AUMENTAM ASSALTOS A LOJAS E FÁBRICAS

P22

GOVERNO QUER “CONSENSO NACIONAL” NOS INVESTIMENTOS

P13eE8

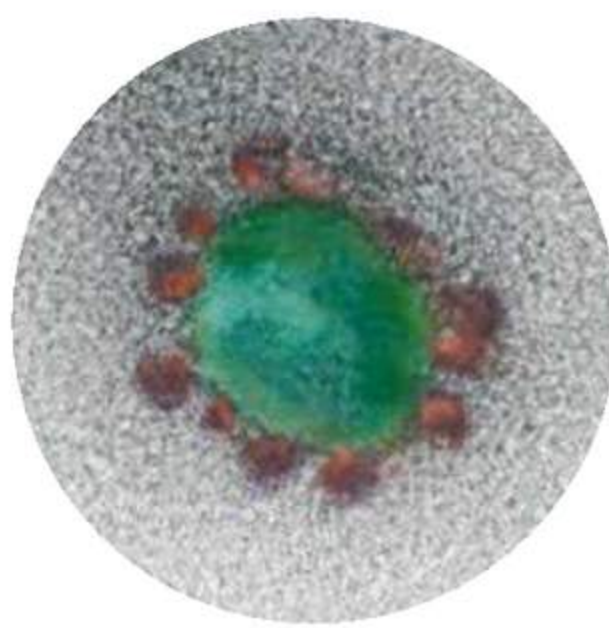


FUNERAIS SEM DESPEDIDA

PANDEMIA DA SOLIDÃO O novo coronavírus afasta os vivos dos vivos e os vivos dos mortos. A distância social mantém-se até ao adeus. Ao funeral de uma vítima de covid só vão os mais próximos. E não há velório, não há missa, não há caixão aberto nem um último toque. Quem está dentro do caixão nem está vestido. Vai em dois sacos herméticos, fechados no local da morte e nunca mais abertos. Por proteção de quem vive, sem discussão por quem fica, mas com muita dor. FOTO RUI DUARTE SILVA P4

A primeira imagem do vírus em Portugal

Cientistas portugueses isolaram o novo coronavírus em laboratório para poder agora ser partilhado e estudado pela comunidade científica nacional P17



“A epidemia está no princípio dos princípios”

Virologista Pedro Simas alerta: potencial pandémico é agora maior e solução é a imunidade de grupo, protegendo quem tem maior risco P18

Mário Ferreira compra 30% da TVI

Empresário, dono do Douro Azul, acordou com a Prisa compra de parte da Media Capital

“Sozinho e com capitais próprios” para trazer “paz e garantias de crescimento”. É assim que o empresário Mário Ferreira, em entrevista, descreve o negócio que o torna um dos maiores acionistas da empresa que detém a TVI. P5



O 25 de Abril mais estranho de sempre

AR comemora só com 46 deputados. Maioria dos conselheiros de Estado fora da cerimónia P7, 8 e 40

O novo tombo da Geração à Rasca P6

Jerónimo desconfia das promessas de Costa P14



GANHÁMOS TEMPO. VAMOS USÁ-LO COM JUÍZO

Porque a crise anda sempre de mãos dadas com um mar de oportunidades é altura de olhar para alguns dos desafios que se colocam de forma diferente. Findo o estado de emergência a normalidade não vai regressar. Esse é um cenário inverosímil. Nada vai ser igual nos próximos meses ou anos até que se encontre e se distribua maciçamente pelo planeta uma cura ou vacina. E mesmo assim as cicatrizes destes últimos meses vão perdurar no mais simples ato do dia a dia. Agora multiplique isso por 7,5 mil milhões de pessoas e começamos a ter uma ideia de como muito pode ser diferente.

Por exemplo, os 25 milhões de turistas que nos visitavam todos os anos não vão regressar de um dia para o outro. Não há fila de estrangeiros famintos de sol ou praia do outro lado da fronteira ou à espera de um avião, desejosos que o sinal fique verde. O mais provável é um crescimento gradual do turismo. E vai demorar anos até atingirmos novamente o volume a que estávamos habituados. Esta espera deve ser aproveitada para repensar a oferta turística portuguesa. E isso começa por evitar a tentação de baixar preços. Trazer de volta o turismo barato de massas que destruiu grande parte do Algarve seria um erro.

Temos agora em demasia algo que antes era um luxo que não podíamos dispensar: tempo. Tempo para começar de novo e corrigir os erros do passado. Não só no turismo mas em várias áreas.

A mais urgente talvez seja a das grandes infraestruturas.

Começo pela mais polémica. O aeroporto do Montijo. Já aqui defendi que o mesmo devia ser construído de imediato. A alternativa à Portela era obrigatória pelo esgotamento do mesmo. O atraso das obras no aeroporto de Lisboa e o crescimento exponencial do turismo obrigavam a uma solução rápida que, como qualquer outra feita à pressa, estava longe de ser ótima.

A atual crise sanitária conjugada com a crise económica tem um impacto não só no turismo mas também na forma como viajamos de avião. Se houver restrições no número de passageiros permitidos em cada voo, se proibirem que se possa continuar a voar “tipo sardinha em lata”, ou as companhias aéreas deixam os aviões

em terra ou aumentam os preços de forma exponencial. Se a isto juntarmos a forma lenta e gradual como nos vamos libertar do medo de viajar é expectável uma redução drástica de passageiros que passam por Lisboa. Por outras palavras, o Montijo deixou de ser necessário.

Não só a atual infraestrutura serve perfeitamente, como existem agora duas coisas que antes eram escassas. Uma delas, já aqui referi, é tempo. A outra é dinheiro. A Europa prepara apoios económicos sem precedentes que devem ser usados com cabeça e visão de médio e longo prazo. O investimento público vai assumir um papel preponderante. E pela primeira vez em muitos anos temos capacidade de redesenhar tudo. Uma oportunidade única para visitar o que foi engavetado por ser financeiramente inviável.

Assim, em vez de se construir o Montijo, um anexo mal-amanhado para uma casa a rebentar pelas costuras, agora há condições para construir uma alternativa que não seja um remendo mas um novo aeroporto. É melhor, mais seguro e ajuda mais a economia.

A mesma combinação de tempo e dinheiro deve ser aplicada a outras obras como por exemplo a ligação ferroviária de alta velocidade a Madrid, uma nova travessia do Tejo ou estradas onde fazem de facto falta.

2 Austeridade. A verdade é que ela nunca nos abandonou. Desde 2016, António Costa elaborou um plano de restituição de rendimentos, o que não é a mesma coisa que acabar com a austeridade. Neste campo tenho de concordar com a esquerda, de certo modo silenciada nos últimos anos, que defende que a existência de um superávit nas contas públicas é a melhor prova de que a austeridade nunca nos abandonou. Basta olhar para os números vergonhosos do investimento público. Enquanto não soubermos a magnitude desta crise e o impacto que vai ter nas contas públicas é impensável que alguém tente sequer fazer uma simples promessa. Continuar com algum tipo de austeridade, contenção, poupança, prudência (chamem-lhe o que quiserem que não deixa de ser austeridade) deixou de ser a questão. Só falta mesmo definir o quanto dela vamos ter.

jvpereira@expresso.impresa.pt

Duelo A forma como a AR assinala este sábado a Revolução dos Cravos divide opiniões e tem gerado polémica

Marisa Matias



Eurodeputada do BE

João Soares



Antigo deputado do PS

CONCORDA COM O FORMATO DAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL?

SIM O 25 de Abril foi há 46 anos. E, neste quase meio século, encontramos-lo todos os dias. Foi na vontade popular de mudar a vida concreta, e não apenas o regime que a tolhia, que Abril se fundou. E foi essa vontade que animou as lutas de quem, ao longo das décadas, se levantou por uma economia mais justa e por um país mais moderno. Nos momentos mais difíceis, quando a direita portuguesa usou a chantagem europeia para atacar o trabalho, foi a Constituição de Abril que protegeu os salários contra o abuso. E até nestes dias, quando aplaudimos esse pilar da democracia que é o SNS, é Abril que lá está.

É por isso que o país, orgulhoso deste caminho, comemora hoje o 25 de Abril. Bem sei que nos últimos dias houve quem quisesse impor um debate sobre se a Assembleia da República devia ou não representar essa

NÃO Claro que o Parlamento deve comemorar o 25 de Abril. Com entusiasmo, ele nasceu do 25 de Abril. A 25 de Abril de 1975, primeiras eleições livres (contra a opinião de alguns), foi eleita a Constituinte. A 25 de Abril de 1976, primeira eleição legislativa, garantiu-se a normalidade democrática parlamentar. Sou um indefetível de Abril. Tive a felicidade de estar no Largo do Carmo a 25 de Abril de 1974. Conheci lá Salgueiro Maia. Parlamentar, falei pelo PS (sou indefetível do PS, também) em sessões de 25 de Abril na AR. Tornaram-se de ano para ano cinzentas e monótonas. Anos houve em que os capitães de Abril até fizeram questão de não estar lá. Este ano, os “moldes” podiam e deviam ser diferentes. A inabilidade, infelicidade e sobrançeria do PAR Ferro Rodrigues fechou essa porta, infelizmente. Dividiu em vez de unir. Era uma oportunidade “revolucionária” de ser fiel assim à nossa Revolução. Com muitos outros, invoquei, eu que sou ateu, o exemplo soberbo do Papa esta Páscoa na Praça de São Pedro. Grande exemplo. Há evidentemente aqui a questão do exemplo, bom ou mau, e do seu efeito. Pedimos a todos respeito por regras para as quais abrimos exceções

Que exemplo dariam os deputados se se demitissem da sua responsabilidade?

Pedimos a todos respeito por regras para as quais abrimos exceções

só faltou alguns dizerem que era fascista. Feito com a extrema-direita antidemocrática (ainda não dei por ela mas estes “excomungadores inquisitoriais” bem fazem por inventá-la), não deixaram de atirar. Não me intimidaram nem intimidam. Entristecem-me só. As críticas que fizemos, mulheres e homens de Abril que somos, aos velhos “moldes” tiveram algum efeito positivo. Vai estar muito menos gente do que anunciaram, com ligeireza. 25 pessoas teriam chegado e sobrado. E não teriam magoado, escusadamente, quem em casa não pode acompanhar os seus. Num outro aniversário, na doença, numa cerimónia religiosa, na solidão de um lar ou mesmo na morte. Podia e devia ser noutros “moldes”. Revolucionários, como era e é necessário. No futuro próximo, depois da pandemia, bem vamos precisar de espírito revolucionário. No plano social, económico, cultural. Podemos e devemos ser mais fiéis ao exemplo do 25 de Abril de 1974. O dia menos “moldado”, rotineiro e cinzento do século passado na nossa pátria. E já agora também ao 25 de Novembro, não esquecer. Consolidou e garantiu Abril um ano depois. Saúde e Fraternidade. Viva o 25 de Abril!

A Semana

Por MARTIM SILVA
mgsilva@expresso.impresa.pt

A SAÚDE DA COREIA DO NORTE

Como está a saúde do líder da Coreia do Norte, Kim Jong-un (descontando o facto de ser o Líder Supremo do mais bizarro regime ditatorial do planeta)? O assunto foi levantado esta semana pela imprensa internacional, que alegou que Kim estaria em estado grave depois de uma cirurgia cardiovascular. As autoridades norte-coreanas já vieram dizer que é tudo mentira.

ISRAEL COM GOVERNO DE EMERGÊNCIA

Um ano e três eleições gerais inconclusivas depois, parece ter chegado ao fim o impasse político no Estado de Israel. Com a assinatura do mais alargado acordo de coligação de sempre no país, Benjamin Netanyahu e Benjamin Gantz e as respetivas forças políticas vão dividir entre si o poder nos próximos anos (trocando mesmo de lugar na chefia do Governo a meio do tempo).

O LUÍS NO REINO UNIDO

Ainda se lembra da história do enfermeiro Luís, o português que tratou o primeiro-ministro Boris Johnson quando este esteve internado com covid-19? Agora, o jovem relatou a história: “Perguntei-lhe como queria que o tratasse, e ele disse-me para lhe chamar apenas Boris. Isso fez com que ficasse menos nervoso,

porque tornou-se menos formal. Ele queria apenas ser tratado como qualquer outro paciente.”

OMS CRITICADA

Nesta pandemia, a palavra dos técnicos tem assumido um papel essencial na forma como nos defendemos e devemos reagir. Mas também há críticas. Como as que agora parecem cercar a

Organização Mundial da Saúde pela forma como tem agido ao longo destes meses. O último episódio, como se relata na página 31 deste caderno, dá conta de como Taiwan alertou para o risco de uma pandemia dois meses e meio antes de esta ser declarada.

94 ANOS EM CASA

Isabel II festejou os seus 94 anos na última terça-feira. Desta vez, a data não mereceu as habituais salvas de canhão. A monarca do Reino Unido continua confinada em Windsor.

DIA DA TERRA...

Assinalou-se esta semana o Dia da Terra, data que foi criada no início da década de 70 do último século.

... E O DO LIVRO

Também esta semana, na quinta-feira, celebrou-se o Dia Mundial do Livro, marcado, como tudo o que nesta altura acontece, pelo confinamento da população.

PETRÓLEO

A pandemia afeta tudo. O valor do barril de petróleo chegou esta semana a valores negativos na casa dos 40 dólares, algo impensável até há pouco.

Moro bate com a porta



BRASIL O juiz Sérgio Moro demitiu-se do cargo de ministro da Justiça depois de o Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, ter exonerado o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Maurício Leite Valeixo. Para o agora ex-ministro “nem durante o Lava Jato” se viu este tipo de interferência política. FOTO UESLEI MARCELINO/REUTERS



“NÃO TEREMOS NORMALIDADE PRÉ-COVID-19 ATÉ HAVER UMA VACINA”

ANTÓNIO COSTA, AVISANDO QUE AS RESTRIÇÕES VÃO MANTER-SE NO PRÓXIMO FIM DE SEMANA ALARGADO

150

Assinalaram-se esta semana os 150 anos do nascimento de Lenine (com direito a vídeo elogioso do PCP e tudo), uma das mais marcantes figuras do século XX. Por más razões, infelizmente.

O Cartoon de António Soprodatado?



Desde os trabalhos de Leite de Vasconcelos e Orlando Ribeiro que nos fomos apercebendo científica e modernamente que Portugal, mesmo sendo um pequeno país de identidade política una e estável, não deixa de ser constituído por uma série de regiões, com singularidades próprias. Na verdade, desde o seu início como nação independente, Portugal foi uma empresa arriscada que sempre soube tirar o máximo proveito da sua rica diversidade geográfica e antropológica, fazendo dessa diversidade uma das principais alavancas do seu sucesso de aquém e além-mar.

Contudo, infelizmente, nem sempre tais diferenças regionais — de cariz populacional, produtivo ou cultural — são devidamente tidas em conta no processo de decisão política, mesmo em situações em que aparentam ser tão relevantes como no contexto de uma epidemia. Os dados do número de infetados e óbitos por covid-19 apontam para o Norte como principal região afetada por esta pandemia — compreender o porquê será crucial para lidarmos mais adequadamente com esta e outras epidemias no futuro próximo, poupando vidas e diminuindo o seu impacto social e económico.

Hoje permanece por explicar porque é que o Norte, tendo sido o epicentro da epidemia em Portugal, sofreu um aumento mais substancial dos seus casos e mortos face ao resto do país a partir das duas semanas que se seguiram à declaração do estado de emergência, no dia 18 de março. No início da pandemia a região Norte teve mais casos, mas a situação reduziu-se muito no dia 16 de março, em que apenas 42% dos casos estavam no Norte, o que excedia muito ligeiramente o que seria previsto para a sua população face ao restante país. Todavia, e sobretudo entre 24 e 29 de março, verificou-se um aumento do número de casos muito mais forte no Norte, que passou a ter concentrados 60% dos infetados do país, ou seja, cerca do dobro do que seria esperado.

Desde a tomada de medidas restritivas a nível nacional — como o fecho das escolas ou o incentivo ao teletrabalho — o número de infetados e de mortos, sobretudo em alguns concelhos a norte do Mondego, mais do que triplicou relativamente à média do resto do país. Por outras palavras, o resultado das medidas restritivas não foi uniforme em Portugal, tendo claros efeitos assimétricos.

Não existindo pretensão de apresentarmos qualquer tese aca-

Alma Grande A crónica do convidado

Por que razão há mais casos no Norte?

Altamiro da Costa Pereira,
Bernardo Sousa Pinto e
Henrique Oliveira



Em defesa de uma “política sanitária que considere as especificidades regionais” escrevem o professor catedrático e diretor da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e membro do Conselho das Escolas Médicas Portuguesas; o professor auxiliar convidado da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e investigador do Cintesis — Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde; e o professor auxiliar do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa

démica, queremos deixar alguns números que poderão vir a merecer alguma consideração e análise. Por exemplo, entre os concelhos mais afetados estão Ovar, Braga, Valongo, Gondomar, Porto, Matosinhos, Maia, Gondomar, Felgueiras, Castro Daire, todos com mais de 5 mil casos por milhão de habitantes, um número muito elevado e,

notavelmente, todos a norte. Não há concelhos com estes números a sul de Ovar.

Se construirmos um índice de perigo de contágio relativamente à área do concelho, normalizado entre 0 e 200 pontos, encontramos São João da Madeira no topo da tabela, com 200 pontos, devido à reduzida dimensão do seu território, seguindo-se Braga com 86, Porto com 73 e Matosinhos com 53, ficando Lisboa com apenas 15 pontos nesta escala de risco de contágio.

Por contraste, entre os concelhos de dimensão elevada menos afetados estão Évora e Beja, com menos de 600 casos por milhão de habitantes. Também no Norte encontramos concelhos com pouco mais casos por milhão de habitantes do que Évora, como Chaves com 688 por milhão de habitantes, e muitos outros, como Mogadouro, que nem sequer figuram nos dados da DGS devido a

terem menos de três casos e serem eminentemente rurais.

Estas diferenças podem refletir o real nível de confinamento social atingido, algo que se poderá dever a diferenças de perfil do tecido produtivo (i.e., a proporção relativa dos sectores primário, secundário e terciário, e dentro do secundário, a questão do tipo e tamanho das empresas, bem como o grau de proteção individual conferido). De facto, o teletrabalho só é mesmo viável no sector terciário.

Independentemente das interpretações que possam ser feitas, queremos, sobretudo, deixar aqui um alerta aos decisores políticos e sanitários, de modo a tentar prevenir o que poderá em grande parte explicar o porquê das medidas de confinamento não terem tido nalguns concelhos (por exemplo, Valongo, Porto, Braga ou Gondomar) do país os resultados positivos que tiveram noutros (por

exemplo, Lisboa ou Sintra, grandes concelhos em que o número de casos inicialmente elevado não disparou e, até, quase estabilizou relativamente ao Norte desde o dia 10 de abril).

É possível colocar a hipótese de que o não uso de equipamentos de proteção individual (como máscaras e luvas) nas pequenas e médias empresas de manufaturas de têxteis, calçado, mobiliário, moldes, metalomecânica e muitas outras de natureza familiar e sem meios para poderem assegurar as devidas condições de trabalho aos seus funcionários, pode ter levado ao surgimento de novas cadeias de transmissão na comunidade. Esta hipótese poderá até ter sido inadvertidamente agravada pela constante repetição de que o uso de máscaras por não infetados seria inútil ou até potencialmente contraproducente, por dar uma “falsa sensação de segurança”.

Se o uso das máscaras na população geral já sofreu uma enorme e positiva evolução nas últimas semanas, é agora crucial que os principais responsáveis políticos e sanitários não só falem apenas em “máscaras comunitárias”, mas também em “máscaras laborais” que em nossa opinião poderão ser bem mais importantes no controlo da epidemia!

Na verdade, se é justa a recomendação do uso de máscara aquando de uma viagem de autocarro ou de uma ida a um supermercado, continuamos a não entender por que razão se não põe igual (ou até muito maior) ênfase no uso de máscara (e luvas) aquando da permanência em locais mal ventilados como o são, demasiadas vezes, os ambientes de trabalho nas manufaturas de pequena e média dimensão, e nos trabalhos de atendimento ao público.

Assim, a necessidade de se ter em conta os aspetos laborais atendendo às diferenças regionais do país deverá estar particularmente presente na discussão relativa ao “regresso à normalidade”, de modo a evitar acentuar as disparidades já existentes. É que não haverá maior iniquidade do que se tratar como igual aquilo que, por natureza, é diferente! Tal implicará a existência e análise de dados com um maior nível de granularidade (nomeadamente por regiões NUTS III), de modo a ser permitido o estudo das heterogeneidades regionais de forma a intervir diferenciadamente ao nível local, como Ricardo Jorge, o primeiro diretor-geral da saúde, na pandemia de 1918 tão bem nos ensinou!

Portugal, 23 abril de 2020, com análise baseada em dados de 22 de abril

ALTOS

Isa Gomes
Professora de Português

Coube-lhe a tarefa de ser o primeiro rosto no regresso da escola a Portugal. Isa Gomes é uma das professoras, num grupo de 112, que estão a ensinar pelo ecrã, como se fazia há 30 anos. Na estreia, a RTP Memória bateu recordes de audiências. O período de arranque chegou a ter 400 mil pessoas sintonizadas. Isa Gomes representa aqui a dedicação dos professores que se adaptaram a um novo modelo, praticamente sem formação, num curto período de tempo.

Rui Rio
Presidente do PSD

António Costa aceitou a proposta do líder do PSD que defendeu uma redução do IVA para 6% nas máscaras e gel desinfetante. Rui Rio conseguiu marcar a agenda num caso que reforça os sinais de sintonia entre Costa e Rio em tempos de pandemia. Entendimentos que ficaram bem à vista no debate quinzenal onde Rui Rio não interveio e abundaram os sinais de concordância. Mais do que debater, foi sobretudo uma conversa entre as duas partes.

Sérgio Moro
Ex-ministro da Justiça do Brasil

É o nono ministro a sair do Governo brasileiro, mas não era apenas mais um membro do executivo. O juiz que conduziu a Operação Lava Jato era um dos principais trunfos de Bolsonaro pela credibilidade que acumulou na magistratura durante vários anos. Deixa o cargo acusando o Presidente de interferência política inaceitável perante o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal.

E BAIXOS

Marta Temido
Ministra da Saúde

Os profissionais da Saúde não tiveram acesso este mês aos aumentos destinados à Função Pública. Um erro informático terá condicionado a atualização dos valores. Não podia acontecer em pior momento para a classe que está na linha da frente no combate à pandemia e quando outros Governos estudam a atribuição de compensações. O erro resulta certamente de um acaso que, pela injustiça que transporta, devia ter sido acautelado.

Paulo Registo
Juiz

A denúncia foi feita nas redes sociais: O juiz, que preside ao coletivo que vai julgar Rui Pinto, terá manifestado publicamente concordância com acusações de pirataria em relação ao hacker. O juiz não negou. Nos últimos dias, a defesa de Rui Pinto voltou a apontar o dedo a Paulo Registo, acusado de não ter imparcialidade por ser um adepto confesso do Benfica. O juiz pediu o afastamento do processo. A decisão final cabe ao Tribunal da Relação.
PAULA SANTOS
paulasantos@expresso.imprensa.pt

EM DESTAQUE



VIDASUSTENTÁVEL
Nada muda se não mudarmos



Qual é o nosso impacto no planeta? E o nosso papel enquanto país, leitores, cidadãos e consumidores? Qual é a responsabilidade do Estado? E das empresas? O que precisa de mudar? Durante 100 dias, o Expresso e a EDP trazem à terra o debate sobre o nosso futuro. Porque os problemas do planeta começam na nossa vida, nas nossas cidades e no país, vamos dar-lhe ideias de como podemos ser mais sustentáveis. Acompanhe no Expresso e em expresso.pt/vidasustentavel. Participe, discuta e influencie a forma como olhamos para estes desafios. Porque a única certeza é a que está na assinatura deste projeto: nada muda se não mudarmos

NESTA EDIÇÃO

Caminhos para uma saída 'verde' da crise **P24**

Novos movimentos cívicos: tendências e mudanças **P28**

Teresa Lago, astrofísica, investigadora, professora, sobre as alterações climáticas **P13**

A Minha Pegada: Ideias para poupar energia em casa **P19**

Mobilidade
Lisboa, Porto e Oeiras
travaram
em força

Concelhos com mais rendimento são os que mais passaram a ficar em casa

Os portugueses relaxaram o confinamento na última semana, mas a mudança é marginal. Uma das grandes tendências reveladas pelos dados de mobilidade da operadora de telecomunicações NOS é que, embora haja mais pessoas a sair à rua, os portugueses continuam a resistir em casa. A média de permanência nacional a 22 de abril foi de 59%. Outra tendência é que o país, apesar de algumas diferenças regionais, tem sido homogêneo no comportamento, assimilando as regras impostas pelo estado de emergência. O estudo realizado pela NOS, que cobre todo o país usando dados estatísticos anonimizados, revela que durante os dias de semana nota-se maior tendência para as pessoas aligeirarem a permanência em casa, visível sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa, na Madeira e na região Norte. Em contrapartida, nas áreas metropolitanas do Porto, no centro e no Alentejo mantém-se maior estabilidade face às semanas anteriores. Quanto maior é o rendimento, maior a alteração de comportamento, e as pessoas permanecem mais em casa. Se cruzarmos os dados de mobilidade da NOS com o índice de poder de compra do INE, Lisboa aparece no topo da

MORRER EM TEMPOS DE PANDEMIA



658 MORTES SEM DESPEDIDA O novo coronavírus não obriga apenas ao distanciamento dos vivos, prolonga a solidão social para lá da morte. Em tempo de pandemia, as normas da Direção-Geral da Saúde regulam tudo, entram nas morgues, nas funerárias, nas casas mortuárias das igrejas, em cemitérios e crematórios e regem o adeus. Por proteção de quem vive, sem discussão por quem fica, mas com muita dor. Porque não há velório, não há missa, não há caixão aberto nem um último toque entre o lá e o cá. Quem está dentro do caixão de madeira não está vestido, não teve o corpo preparado para a última viagem. Vai em dois sacos herméticos brancos, fechados no local da morte — quase sempre o hospital — e etiquetados a vermelho com o símbolo do contágio. O alerta está também colado do lado de fora: risco biológico III. E por isso quem o transporta, enterra ou crema parece saído de um filme de Hollywood, vestido como os atores dos thrillers de ficção. A armadura contra a covid-19 protege-os de mortos e vivos, porque quando há família presente — não mais de dez pessoas — nunca se sabe de onde vem o perigo. FOTOS RUI DUARTE SILVA

Orçamento António
Costa entre dois caminhos
para aprovar suplementar

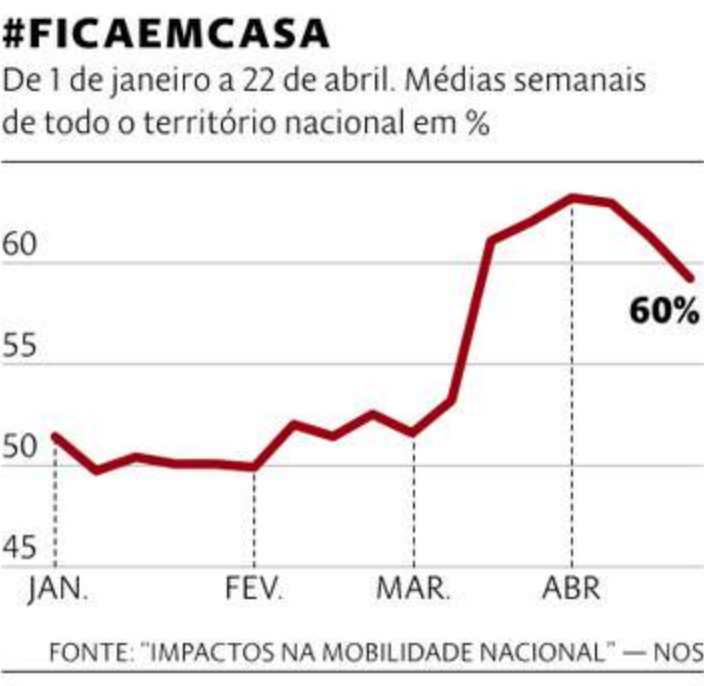
Direita quer proteção das empresas e estímulos à economia, esquerda não abdica de aumento de salários e apoios sociais

Proteger as empresas para gerar emprego ou proteger os trabalhadores para garantir rendimentos: O Governo deve apresentar o orçamento suplementar até julho, para enfrentar a pandemia, mas o xadrez político começa a definir-se já à esquerda e à direita. Rui Rio lançou as bases da discussão na última edição do Expresso: a prioridade deve ser encontrar respostas em sede fiscal que permitam às empresas serem o motor da recuperação económica, o que implica, por exemplo, ter de gerir a carga fiscal, aumentando a “receita de determinados impostos para poder reduzir outros”. Francisco Rodrigues dos Santos, um aliado inesperado do Governo para permitir ultrapassar o bloqueio no último Orçamento, assina por baixo: é urgente injetar liquidez nas empresas, pagar as dívidas do Estado aos fornecedores, eliminar Pagamento por Conta, o Pagamento Especial por Conta e o Pagamento Adicional por Conta de IRC e IRS, bem como as contribuições das PME para a Segurança Social, ajustar as tabelas de retenção do IRS e passar um cheque de emergência até 15 mil euros para as PME: “É preciso impedir que este orçamento seja

capturado pelos preconceitos do socialismo-comunismo, pela tentação da coletivização e da estatização da economia, das nacionalizações, e dos aumentos de impostos”, diz ao Expresso o líder do CDS.

Aumentos são prioridade

À esquerda, as respostas são outras. “O emprego é a primeira condição para a recuperação da economia”, sublinha fonte bloquista, quando também o PCP já veio considerar “inaceitáveis” opções como o congelamento dos aumentos previstos para a Função Pública. E este não é um ponto de somenos: ainda esta semana, Rui Rio criticou abertamente a atualização dos salários na Função Pública em 0,3%. António Costa admitiu em entrevista ao “Observador” que pode não ser possível continuar a proceder a esses aumentos. À esquerda, que exige também mais investimento público como peça central na estratégia de recuperação, esse dossiê não será dado como perdido. No que respeita ao orçamento suplementar, há uma prioridade clara: mais dinheiro para o Serviço Nacional de Saúde. Em entrevista ao Expresso (ver pág. 14), Jerónimo de Sousa aponta: “O reforço de verbas tendo em conta esta realidade” tem de ser feito em áreas “cruciais”, “a primeira das quais o SNS”.
MARIANA LIMA CUNHA
e MIGUEL SANTOS CARRAPATOSO
mlcunha@expresso.imprensa.pt



Nota
Primeiro-
-ministro
ao Expresso

Na sequência da entrevista publicada na semana passada recebemos esta nota de António Costa que publicamos aqui na íntegra

Na entrevista que concedi ao Expresso só há uma pergunta sobre austeridade. A pergunta é clara e a minha resposta é inequívoca: “Na última semana perguntaram-lhe sobre se admite que venha a ser necessário aplicar medidas de austeridade.” Resposta: “Foi uma má ideia e seria uma má ideia. O país não precisa de austeridade, precisa de relançar a economia.” O próprio *lead* da entrevista é claro ao referir que recuso medidas de austeridade.

Como já tinham sido inequívocas as respostas que dei a variantes da mesma pergunta nas entrevistas que nessa semana dei à agência Lusa e ao “Observador”.

À Lusa disse: “Podem estar seguros de que não adotarei a mesma receita, não só porque já na altura não acreditei nela como, sobretudo, porque a doença agora é claramente distinta da anterior. Não há atualmente uma doença das finanças do Estado, que, felizmente, conseguiu sanear as suas finanças públicas. Esta crise é uma crise económica, global, que resulta de uma crise sanitária. Portanto, querer aplicar a mesma receita que já se demonstrou errada há dez anos seria agora duplamente errado.”

No “Observador” perguntaram: “Portanto, aconteça o que acontecer, não há cortes salariais, de pensões, não há aumentos de impostos?” Tendo eu respondido: “Essa seria uma estratégia profundamente errada na atual circunstância... Todas as medidas de austeridade que viessem asfixiar seriam contraproducentes nesta fase de relançamento.”

Na entrevista ao Expresso fui cauteloso e prudente sobre o processo de desconfinamento, em resposta a outras perguntas:

Pergunta: “Quanto tempo é que acha que vai demorar a fazer todo este processo?” Resposta: “Depende muito de como as coisas vão correr passo a passo...”

Pergunta: “A partir de junho, portanto?” Resposta: “Se é em junho ou se ainda pode ser em maio, depende muito. Temos de ir medindo dia a dia o que vai acontecendo.”

Pergunta: “Para conseguir medir, vai precisar de dar tempo a cada bloco de medidas?” Resposta: “Por isso não pode ser tudo em simultâneo, temos de ir avançando. Quando digo maio é porque não quero estar a antecipar expectativas quanto ao que possa acontecer ainda em abril.”

Mas quanto à austeridade fui inequívoco e coerente com o que já dissera antes: “O país não precisa de austeridade.”

Eu respondendo pelas minhas declarações, o Expresso pelos seus títulos.

ANTÓNIO COSTA

Dono do grupo turístico Douro Azul avança para tomada de posição na Media Capital. Sem revelar o valor do negócio, diz que vai sozinho e que espera que o negócio esteja concluído “nos próximos dias”

Mário Ferreira
compra 30% da TVI

Textos **JOÃO VIEIRA PEREIRA**
e **PEDRO LIMA**

Mário Ferreira, dono da empresa turística Douro Azul, vai comprar 30% da Media Capital, empresa que detém os canais de televisão TVI e TVI24, a Rádio Comercial e a produtora Plural.

O empresário disse ao Expresso que a compra desta participação ao grupo espanhol Prisa será feita através da *holding* familiar — o grupo Pluris —,

que detém juntamente com a mulher. “Trata-se de uma participação de 30%, que não afeta o controlo da Prisa”, afirma, dizendo agora aguardar “todas as respostas necessárias”, de forma a “materializar a aquisição nos próximos dias”.

Questionado sobre se informou o Governo português, responde que “comunicámos de forma transparente a todas as entidades interessadas o modelo e forma de investimento”. Os reguladores da concorrência AdC e da comunicação social ERC já foram informados. Mário Ferreira refere também que já se disponibilizou para

“aportar ao projeto da Media Capital recursos financeiros adicionais”. Recusando revelar o valor do negócio — será a Prisa a fazê-lo (o que não fez até à hora de fecho desta edição) —, adianta que “todos estes contratempos e atrasos têm delapidado mais e mais valor ao grupo Media Capital, tendo obviamente um impacto direto no preço de venda”. Mário Ferreira esteve envolvido na compra abortada da Media Capital pela Cofina — se esse negócio tivesse avançado teria ficado com 15% da dona da CMTV e do “Correio da Manhã”.

jvpereira@expresso.impresa.pt



FOTO PAULO DUARTE

“Compro com capitais
próprios e sem parceiros”

Mário Ferreira diz ter sido surpreendido com o falhanço da OPA da Cofina à Media Capital e que nessa altura iniciou contactos imediatos com vista a este investimento.

■ **Que percentagem de capital vai adquirir da Media Capital (MC)?**

■ A nossa *holding* familiar, minha e da minha mulher, vai adquirir uma participação relevante, mas minoritária, no capital da MC. Trata-se de uma participação de 30%, que não afeta o controlo da Prisa. Queremos acentuar o cunho português no relançamento de um projeto que já mostrou ter um enorme potencial e ao mesmo tempo reforçar a estrutura acionista e de gestão da empresa, que, em virtude dos sucessivos processos de aquisição a que esteve sujeita, necessita desse reforço, com brevidade.

■ **Compra sozinho ou tem consigo outros investidores?**

■ Ainda bem que me faz essa pergunta, pois tenho-me ‘divertido’ nos últimos dias a ler e a ouvir uma quantidade de disparates na imprensa, insinuando que teríamos apoio de capital angolano ou chinês. Não temos outros investidores connosco e não vamos sequer recorrer a qualquer financiamento bancário para a aquisição. Esta compra será feita, na íntegra, com capitais próprios e sem parceiros.

■ **Estava na corrida à Media Capital com a Cofina. O que correu mal?**

■ Do nosso lado nada. Fui convidado pelo engenheiro Paulo Fernandes a integrar o aumento de capital da Cofina com vista à aquisição da Media Capital. Estava previsto adquirirmos uma posição de 15%, que nos colocaria na posição de segundo maior investidor, logo a seguir ao engenheiro Paulo Fernandes, que ficaria com 20%. Aceitei de imediato, porque, conhecendo a sua grande capacidade de empresário, acreditei que poderia ser um projeto vencedor. Contudo, sem aviso prévio, fui informado na noite em que enviaram o comunicado para a CMVM de que a operação não se iria concretizar.

■ **Como surgiu então a ideia de continuar sozinho?**

■ Tive contacto com o presidente não executivo da Prisa, Javier Monzón, logo que tomou conhecimento da situação, para tentar saber detalhes que eu, obviamente, não tinha. Decidimos trabalhar em conjunto para continuar em frente com um potencial negócio e prometi-lhe que continuaria a investir o mesmo ou mais capital que já tinha disponível para este projeto.

■ **Qual o valor do negócio?**

■ Será a Prisa a revelar os detalhes da operação. Infelizmente, todos estes contratempos e atrasos têm delapidado mais e mais valor ao grupo Media Capital, tendo obviamente um impacto direto no preço de venda, criando também um desnecessário

ruído junto do mercado e das equipas, que necessitam agora de paz e de acreditar no futuro. Quando falo de paz, será paz para os colaboradores, que veem agora a garantia de um novo futuro e de crescimento, e também paz para os acionistas, pois, nos últimos dias, temos vivido em Portugal um verdadeiro estado de guerrilha de informação, onde alguns grupos de pessoas têm tentado junto dos *media* e da banca nacional passar informações falsas, de modo a criar ruído à volta da operação em causa.

■ **Tem acordo para comprar o remanescente do capital? Ou algum tipo de direito de preferência?**

■ Não temos direitos de preferência. Um eventual aumento da nossa participação só poderia ter lugar se, no futuro, a Prisa e nós entendêssemos que essa via seria adequada e necessária e se previamente todas as entidades reguladoras com competência não se opusessem ao projeto.

■ **Já tem o acordo dos reguladores?**

■ Estão a ser cumpridas todas as regras legais junto dos reguladores e, apesar da entrada se consubstanciar numa participação minoritária, quisemos começar já o diálogo com os habituais reguladores, incluindo a Autoridade da Concorrência. No tocante em particular à ERC, foi inclusive feita uma consulta prévia, mas o seu Conselho Diretivo entendeu não se querer pronunciar nesta fase com carácter prévio. Porém, estamos absolutamente convencidos de que não existem razões de nenhum tipo, seja de idoneidade, seja financeira, seja qualquer outra, que possam justificar que, um dia que seja solicitada a autorização da ERC, haja qualquer obstáculo ou impedimento.

NO FIM ERA
O VERBO

PRÉMIO DITO E REGISTADO
“Não, não haverá medidas de austeridade”

António Costa
Primeiro-ministro, no Parlamento

PRÉMIO OPOSIÇÃO PATRIOTA
“Quando há trabalhadores em *lay-off* a receber só 2/3 do salário, outros atirados para o desemprego (...) estes aumentos não podiam acontecer”

Rui Rio
Presidente do PSD no Twitter sobre os aumentos de 0,3% na Função Pública

PRÉMIO PRIMEIRO ESTRANHA-SE
“É estranho que médicos e enfermeiros não tenham recebido aumento e que o Governo se recuse a dar um subsídio de risco a quem está na linha da frente de combate à pandemia”

Catarina Martins
Coordenadora do Bloco de Esquerda

PRÉMIO REGRAS E EXCEÇÕES
“Então, nós íamos mascarados para o 25 de Abril? (...) houve muita gente mascarada de ‘abrilista’ durante estes anos e agora deitou as garras de fora”

Eduardo Ferro Rodrigues
Presidente da Assembleia da República, à TSF

PRÉMIO EM ESTADO CRÍTICO
“Os empresários estão em pânico neste momento para sobreviver”

Paula Franco
Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, no Parlamento

PRÉMIO SEM OXIGÉNIO
“Se não nos chegar rapidamente um fundo de tesouraria, é como se faltasse o ventilador às empresas”

Jorge Pisco
Presidente da Confederação das Micro, Pequenas e Médias Empresas

PRÉMIO LEI DO MERCADO
“Espera-se uma redução geral dos preços dos produtos alimentares, tendo em conta o elevado excesso da oferta”

Maria do Céu Albuquerque
Ministra da Agricultura, numa mensagem organizada pela Associação de Agricultores

PRÉMIO SOS
“O mundo está à beira de uma pandemia de fome. Se não se agir, haverá fome de proporções bíblicas”

David Beasley
Diretor da Agência das Nações Unidas para a Alimentação

PRÉMIO LUÍS XIV
“Eu sou, realmente, a Constituição”

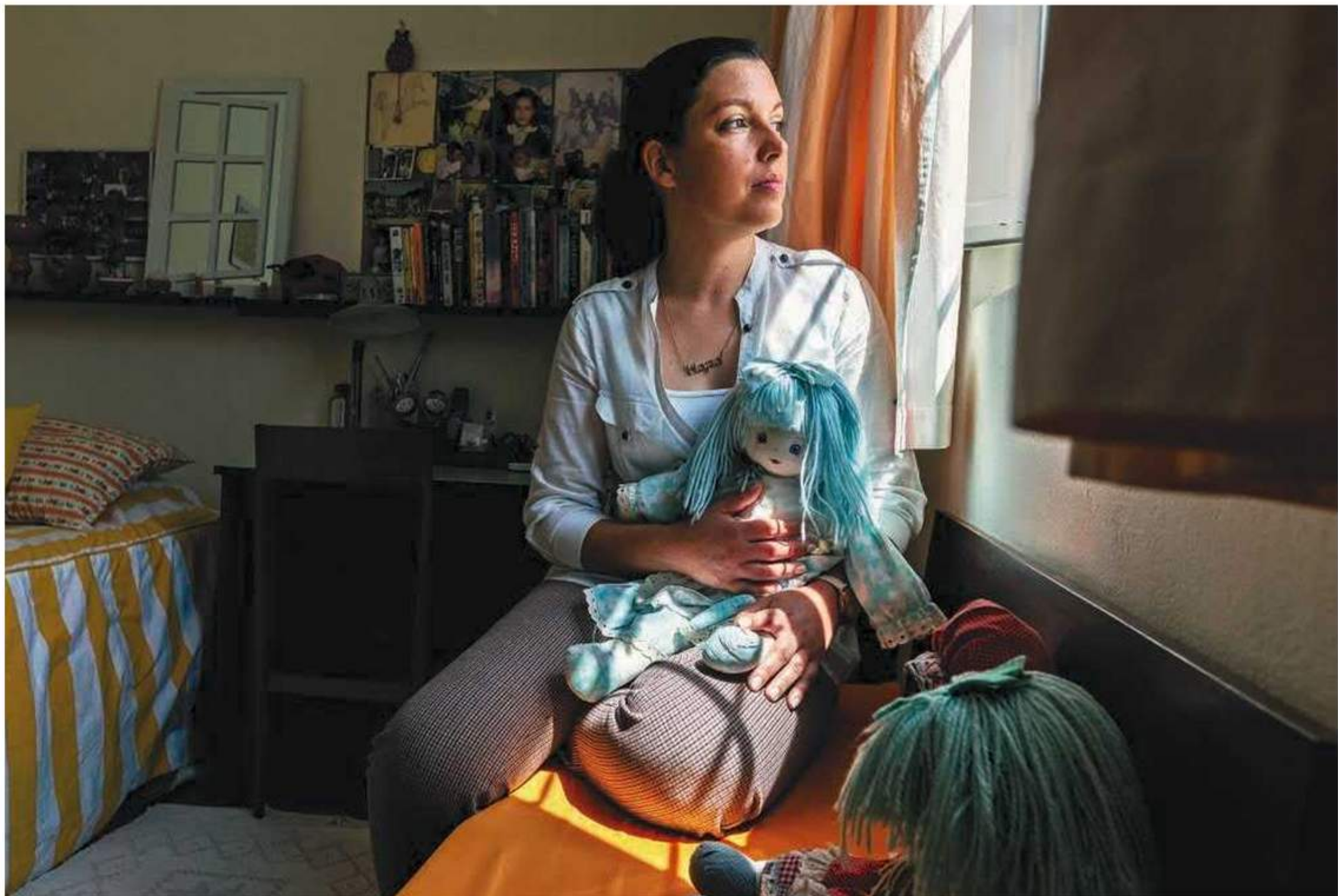
Jair Bolsonaro
Presidente do Brasil, citado pela “Folha de S. Paulo”

PRÉMIO DORES DA QUARENTENA
“Eu não entendo por que não podemos jogar ténis se as pessoas vão trabalhar”

Rafael Nadal
Tenista espanhol

PAULA SANTOS
paulasantos@expresso.impresa.pt

REPORTAGEM



10.600
é o número de novas famílias que, desde o início da pandemia, preencheram o formulário a pedir ajuda na Rede de Emergência Alimentar, estruturada pelo Banco Alimentar Contra a Fome

292,60
euros foi o valor pago em abril pela Segurança Social aos trabalhadores independentes com quebra total de atividade por causa da covid-19



FOTO RUI DUARTE SILVA



Emprego Depois da recessão de 2008, os jovens nascidos nos anos 80 e 90 voltam a enfrentar nova crise. Retratos de quem se tinha reerguido e voltou a ser puxado para a precariedade

O novo tombo da Geração à Rasca

Em dez anos estes jovens enfrentaram duas crises

Texto **BERNARDO MENDONÇA**
Fotos **ANA BAIÃO**

Foi com uma mensagem e uma fotografia chocante do seu frigorífico vazio onde apenas restava manteiga, uma embalagem de mostarda e dois iogurtes para alimentar-se a si e aos seus dois filhos que Cláudia, de 26 anos, pediu ajuda há duas semanas à Associação Nacional de Condutores de Animação Turística e Animadores Turísticos (ANCAT), que, por sua vez, alertou o Banco Alimentar e a associação Ajuda de Mãe.

Contratada a recibos verdes pela Câmara de Loures como guia de arte urbana no Bairro Quinta do Mocho, em Sacavém, “a maior galeria de arte urbana a céu aberto da Europa”, Cláudia está há três anos a dar a conhecer aos turistas as obras de Vhils, Bordalo II, Odeith, Slap, Tamara Alves, entre tantos outros. Para complementar o dinheiro da autarquia, fazia visitas privadas: €10 por pessoa, ou €18 com almoço incluído no restaurante africano da Tia Filó, “uma cozinheira de mão cheia que faz a melhor muamba, calulu ou cachupa da zona”. Logo no início de fevereiro, começou a ter as primeiras visitas guiadas canceladas. E quando o número alarmante de mortos provocados pelo novo coronavírus em Itália começou a contaminar as notícias e foram anunciados os primeiros casos de infeção em Portugal, no início de março, os *tours* acabaram de vez.

Se antes o dinheiro já era pouco, agora acabou, com a paragem súbita da atividade. A juntar às despesas fixas, Cláudia acumula dívidas. E passou de uma jovem em dificuldades a uma situação de miséria. “Estou a tentar viver e a saldar dívidas de telecomunicações, de um quarto que tive alugado,

à segurança social. Não desejo isto a ninguém. E nem sei se a Câmara me vai continuar a pagar.”

Cláudia começou a procurar emprego em 2011, no mesmo ano em que milhares de jovens saíram à rua, nos célebres protestos da “Geração à Rasca”, ocorridos a 12 de março, a maior manifestação não vinculada a partidos políticos desde a Revolução dos Cravos, que foi um grito de revolta contra a precariedade, os salários baixos e a falta de oportunidades de uma geração que estava então a entrar no mercado de trabalho. Cláudia sofreu isso tudo.

Na altura, começou a servir às mesas em hotéis. Recebia 5 euros à hora. Se trabalhasse durante a madrugada, pagavam-lhe 7. “E como o dinheiro era pouco, para ganhar mais acumulava turnos e não ia à cama.” Aguentou o “ritmo louco” durante cinco anos, até lhe ter sido diagnosticada uma anemia grave. Depois de se restabelecer, decidiu mudar de vida e foi aí que o seu bairro lhe passou a garantir o sustento, aproveitando o *boom* de turismo que nos últimos anos permitiu a retoma e impulsionou a economia nacional. O lugar antes associado a crimes, drogas e violência, onde até os taxistas se recusavam a entrar, transformara-se numa referência internacional de arte urbana.

FOI COM UMA MENSAGEM E UMA FOTOGRAFIA CHOCANTE DO SEU FRIGORÍFICO VAZIO QUE CLÁUDIA DEU O ALERTA E PEDIU AJUDA

Mas os turistas partiram com a mesma velocidade com que o vírus chegou. E Cláudia não teve outra alternativa senão pedir ajuda. Foi para realidades como esta que o Banco Alimentar (BA) criou a rede de emergência. E se em fevereiro eram alimentadas 380 mil pessoas, os números agora dispararam. “Cerca de 10.600 novas famílias já preencheram o formulário a pedir ajuda. Se pensarmos que cada uma dessas famílias é constituída por três, quatro ou cinco pessoas, talvez existam mais 50 mil pessoas a pedir ajuda. Várias delas da “Geração à Rasca”. E isto é só o começo”, alerta Isabel Jonet, presidente da Federação de Bancos Alimentares.

“Esta crise está a afetar mais os que não tinham relações laborais estáveis, que não tinham contratos formais com empresas, os recibos verdes e os que pertencem à economia informal. Não há *lay-off* para estes”, diz.

O duplo azar de geração

A geração que estava a entrar no mercado de trabalho na enorme recessão que teve início em 2008 enfrenta agora, novamente, uma crise económica e desta vez ainda maior. Os que, nos últimos anos, tinham finalmente conseguido reerguer-se, muitos a reboque do turismo, voltaram, sem aviso, a ser puxados para a precariedade e a miséria. João Cerejeira, economista e professor na Universidade do Minho, alerta para o azar desta geração. “Os estudos indicam que há uma queda de 10% no valor do salário para quem se gradua e entra no mercado de trabalho numa época de crise, em relação aos que se diplomam noutras alturas. E leva em média uma década a recuperar essa diferença, o chamado *catching up*. O que quer dizer que quando esta geração estava a chegar a um ponto de recuperação surgiu esta crise.”

O futuro já está comprometido. “Esta geração vai ter reformas mais baixas. Por terem tido salários mais baixos e



RETRATOS Da esquerda para a direita: A assistente de bordo Joana Paredes retratada no quarto de infância onde voltou a morar, em Alcácer do Sal; em baixo, a artista de artes performativas Joana Castro na sua sala, no Porto; na foto do meio, a guia turística de arte urbana, Cláudia Barros, junto com os dois filhos, Alexandre e Luna; em baixo, o casal João Silva e Joana Oliveira, condutores de tuk-tuk

10

é a média de anos que demora a recuperar os 10% de quebra no rendimento de quem começa a sua atividade profissional numa altura de crise económica



€736

é o atual salário médio mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem, com ensino superior e até aos 24 anos. Uma quebra de 17% face a 2008 e isto sem o impacto da pandemia

343.761

é o número de pessoas inscritas nos centros de emprego. O desemprego registado aumentou 9% face a fevereiro. Espera-se um aumento mais acentuado nos próximos meses

passado por vários períodos de desemprego e de intermitência, o que criou carências contributivas.”

O sociólogo e investigador do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, Vítor Sérgio Ferreira, chama a atenção para as expectativas goradas destes jovens, que aspiravam a uma maior estabilidade no trabalho, “que é dos valores que todas as gerações mais prezam”. E nota que o estatuto de adulto está a mudar e passou a ter características atribuídas aos jovens, como a incerteza e a insegurança profissional. “Esta pandemia veio acentuar a precariedade que define esta geração.”

O especialista aponta que uma das condições desta geração é a reversibilidade. “Quando as pessoas saem de casa dos pais, a norma social é não voltarem. Mas isso está a acontecer com frequência nesta geração porque as condições de autonomização estão diminutas.” E agora ficaram ainda mais.

Aos 35 anos, Joana Paredes não imaginava voltar de novo a viver em casa da mãe e ao quarto de infância, em Alcácer do Sal, onde ainda restam bonecas dos tempos de menina. Mas a crise trocou-lhe as voltas... mais uma vez. Em 2009 licenciou-se em Biologia com especialização em antropologia biológica, mas esbarrou com “um choque de realidade pela enorme falta de oportunidades” na área. Ainda chegou a trabalhar em escavações arqueológicas, em Évora, “não recebia mal, eram cerca de €1200 mensais”, mas ficava demasiados meses sem trabalho e tinha que esticar esse dinheiro para pagar as despesas e o quarto que alugava.

Por não conseguir subsistir, em 2011, no auge da crise económica no país, mudou de atividade e iniciou-se no mundo dos *call centers*. Passou a receber €600 na área de apoio ao cliente. “Mal dava para pagar a comida e o quarto que estava a alugar. Vivia a contar cêntimos.” Depois passou por uma empresa de *vouchers* para atividades turísticas, que lhe rendia €700 por mês, mas cansada dos

baixos rendimentos emigrou em 2017, para Berlim, tornando-se assistente de bordo. O salário oscilava entre os €800 e os €1200. Mas o apelo para regressar ao seu país fê-la aceitar um contrato com uma *low cost*, com base em Lisboa.

No final do ano passado a companhia dispensou-a “temporariamente”, mal o contrato terminou. A ideia era que ficasse uns meses a viver do subsídio de desemprego e voltariam a chamá-la em fevereiro, quando começasse a haver mais voos. Mas por burocracias entre países, não recebeu o subsídio e a chegada da covid-19 deu-lhe um bilhete só de ida para Alcácer do Sal, onde foi morar com a mãe, que a ajuda com a reforma. “Voltei atrás na minha independência e o dinheiro de reserva está a acabar.”

Joana passa os dias ao computador a candidatar-se a serviços de apoio ao cliente. “Até agora apenas recebi uma resposta, negativa. Sinto-me frustrada.” O maior desejo? “Ter uma casa só para mim onde pudesse ter um cão. Sempre aluguei quartos.”

O facto de muitos destes jovens terem terminado o curso numa altura de crise, como Joana Paredes em 2009, fez com que ingressassem no mercado de trabalho em empregos abaixo das suas qualificações, lembra o economista João Cerejeira. E o problema é que muitos dos que se conseguiram final-

mente aproximar da área para que se formaram já chegaram tarde demais. “É difícil começar uma carreira aos 30, 35 anos”, diz.

Um mestrado e um tuk-tuk

Foi numa empresa que geria as situações de bagagens danificadas nas viagens que Joana Oliveira, de 29 anos, e João Silva, de 30 anos, se apaixonaram. “Na época ganhávamos pouco, cerca de €700”, conta Joana. E, depois de algumas mudanças profissionais, decidiram apostar no turismo e na condução de *tuk-tuks*, em Sintra. Em 2016, com a ajuda dos pais compraram um veículo próprio, por €5500. E quando as suas finanças pareciam finalmente prosperar — nos meses de verão ganham juntos €2500 — esta crise atirou-os para fora da estrada e do mercado.

De momento têm o *tuk-tuk* arrumado numa garagem, aguardam a resposta ao pedido de subsídio à Segurança Social por terem tido uma quebra total de atividade, e estão em busca de emprego. “Que futuro? Vejo-me a trabalhar num supermercado”, desabafa Joana, que tem um mestrado em Turismo e Gestão de Eventos.

A par dos que trabalhavam na área do turismo, os artistas são dos que mais estão a sofrer com esta crise. A 10 de março, apenas dois dias antes da estreia do espetáculo MINA, de Carlota Lagido, no Teatro São Luiz, a coreógrafa e artista de artes performativas Joana Castro, e o restante elenco, foram informados do cancelamento desta criação no contexto das restrições impostas pelo combate a esta pandemia. E, tal como todos os profissionais da área, viu todo o trabalho que tinha programado para a frente cair, como um baralho de cartas: *workshops*, formações, estreias e reposições de outros espetáculos. E passou a viver do pouco dinheiro que tinha guardado e que lhe permite viver até junho. E depois?

ESTA GERAÇÃO VAI TER REFORMAS MAIS BAIXAS, POR TEREM TIDO SALÁRIOS MAIS BAIXOS E PASSADO POR DESEMPREGO E INTERMITÊNCIA

“Todas as apresentações que tinha previstas até lá estão canceladas, mas em vias de reagendamento para 2021. O problema mais urgente é saber do que vou viver até acontecerem. O novo decreto de lei obriga ao pagamento de, no mínimo, 50% das atividades canceladas ou adiadas, o que muitas entidades nem sequer estão a cumprir. Mas como sobrevivemos com 50% dos rendimentos em 2020, e 50% dos rendimentos em 2021? Comemos metade agora e outra metade no próximo ano? Pagamos metade das contas agora e metade das contas no próximo ano?”, questiona.

A jovem, de 32 anos, recorda como é a vida precária da maioria dos artistas no país. “Como vou recebendo em fatias os valores dos trabalhos, estou constantemente a fazer contas de cabeça, de quanto recebi nos meses anteriores e até quando precisarei desse mesmo dinheiro para viver nos meses seguintes. Se quero tirar um tempo para descansar, para férias ou simplesmente para me organizar, tenho de ter dinheiro de parte para o fazer, porque não tenho subsídio de desemprego ou de férias.”

Consciente da dificuldade que muitos outros profissionais das artes estão a passar, sem meios para garantir a alimentação e habitação, e já que “os apoios do Estado não vão ser suficientes, nem vão chegar a todos”, Joana e outros colegas partilharam nas redes sociais uma folha de Excel de ajuda direta, sem intermediários. Cada pessoa que puder ajudar alguém deverá colocar o nome, o contacto e o valor que quer doar. “Acabo de disponibilizar 15 euros para as compras de alguém e aguardo que me telefonem.” Joana planea estreiar hoje, dia 25 de Abril, a sua nova performance “Darktraces”, numa praça do Porto, integrada no Festival Dias da Dança. “Seria por isso uma revolução na rua, que é onde esta deve acontecer. Se não me é possível fazer com um grupo de pessoas, farei sozinha na varanda de casa.”

bmendonca@expresso.impresa.pt

COMO VAI SER O 25 DE ABRIL

GRÂNDOLA À JANELA

Às 15h, o 46º aniversário da Revolução dos Cravos é assinalado não com os tradicionais desfiles de rua, mas à janela de casa e a cantar ‘Grândola, Vila Morena’ — a canção de Zeca Afonso, usada como uma das senhas do 25 de Abril —, seguida do Hino Nacional.

FESTIVAIS ONLINE

Abril no Bairro é o evento *online* que vai juntar cantores e bandas como Blind Zero, Joana Alegre, Jorge Palma, Pedro Moutinho, Rui David, The Happy Mess, Vicente Palma e Zeca Medeiros. Sob o mote “8 artistas, 8 canções”, cada convidado vai interpretar uma canção original, preparada especialmente para esta data. As sessões podem ser vistas entre as 21h30 e as 22h15, nas páginas de Facebook de cada cantor. O Festival Liv(r)e, por sua vez, realiza-se a 24, 25 e 26 de abril, às 21h30 (e uma emissão especial no sábado, às 17h30), junta 12 artistas, de vários pontos do país, e pode ser visto na página de Facebook de A Música Portuguesa a Gostar Dela Própria. Pode ver uma lista mais completa de concertos no site BLITZ.

CORRIDA PELA LIBERDADE

A tradicional corrida que todos os anos liga o quartel da Pontinha aos Restauradores, no coração de Lisboa, é substituída pela “Corrida Pela Liberdade”. A Xistarca aceitou a inscrição de todos os que queiram correr 5 km “na varanda, na garagem, terraço ou jardim de casa”. Os vencedores podem escolher a quem doar as tradicionais *t-shirts* de participação.

REPORTAGEM

Descer a avenida... mas à janela

Hoje, o 25 de Abril não desce a Avenida da Liberdade. **Pela primeira vez, a festa da revolução faz-se à janela.** Memórias de quem tem lugar cativo



FOTO TIAGO MIRANDA

João Paralta, o homem que costuma conduzir a chaimite na avenida, sente este ano “um vazio” com a viatura parada

ANA SOFIA FONSECA

O almoço tem de estar pronto cedo. É comer, lavar a louça e “ala que se faz tarde”. Todos os anos, a mesma história. É certo e sabido que, às três da tarde, o Marquês de Pombal é um cravo sorridente. Vem gente de toda a parte, uns de longe, outros de perto. Excursões, grupos de amigos, velhos e novos. Carolina Fontela sabe de cor a rotina do calendário. Tem 19 anos, desde pequena que 25 de Abril tem endereço certo: Avenida da Liberdade, Lisboa. Este ano, a vida em suspenso. Gente aos magotes não rima com estado de emergência e a Associação 25 de Abril não convocou o tradicional desfile popular. A estudante de Direito anda a habituar-se à ideia: “Parece que estamos a viver, ao mesmo tempo, um filme a preto e branco e um de ficção científica. Não temos liberdade para ir para a rua, mas por causa de um vírus.”

Não fosse a pandemia e Carolina havia de levar a tarde inteira com a avó. Ainda a louça a pingar e já elas na avenida: “Para a minha avó, é o dia mais importante do ano.” Da vida inteira. Foi há 46 anos que, um acaso do destino, a fez saltar para a História. Passava do meio-dia quando Celeste Caeiro se tornou Celeste dos Cravos. A mulher que deu nome à revolução que, numa madrugada, derrubou mais de quatro décadas de ditadura. A neta não esconde orgulhos: “Foi ela quem começou a distribuir cravos brancos e vermelhos pelos soldados. Na escola, quando dávamos o 25 de Abril, havia sempre uma fotografia da minha avó nos livros.” Cresceu a percorrer a avenida ao seu lado, uma multidão a querer “uma fotografia com a Celeste”.

Descer a Avenida da Liberdade faz parte das comemorações do 25 de Abril há quatro décadas. Até então, na capital, a revolução era assinalada com uma sessão solene na Assembleia da República e uma parada militar. Por vezes, festa no Parque Eduardo VII. Na primeira página, “O Diário de Lisboa” de 27 de abril de 1981 dá conta da estreia: “Raras vezes a cidade de Lisboa terá visto uma tal multidão a desfilar pela Avenida da Liberdade.” De lá para cá, este é o primeiro ano sem engarrafamento de gente. Vasco Lourenço, um dos capitães de abril, tem lugar certo na primeira linha de marchantes: “Tirando dois anos em que a dor nos joelhos me obrigou a juntar-me à festa apenas no Rossio, desci sempre a avenida. É uma jornada que marca o dia e o ano das pessoas. Desta feita, teremos de celebrar de outra forma.” À janela, que é onde o confinamento mais nos aproxima da rua.

O presidente da Associação 25 de Abril prossegue: “Convidamos todas as pessoas para irem à janela cantar ‘Grândola Vila Morena’.” Às 15 horas, a canção de Zeca Afonso há de arrepiá-lo como há 46 anos, naquela noite em que a música teve honras de senha. Mal os primeiros acordes soaram na rádio, o capitão de infantaria teve a certeza de que já nada podia deter o golpe em marcha. Há muito que empenhava a vida na conspiração e o regime tanto o trazia debaixo de olho que, dias antes, havia-o despachado para os Açores. Tantas reuniões e, no momento decisivo, a um oceano de distância do posto de comando do Movimento das Forças Armadas.

Chaimite parada

Avenida abaixo, Carolina perde sempre a conta a quantos

abraços a avó soma. O rosto da miúda faz lembrar Celeste, no retrato que tirou aos 20 anos, quando abandonou o orfanato onde cresceu. Ficou-lhe o gosto pela fotografia. João Paralta já a viu posar junto à chaimite. Terá até recebido um cravo das suas mãos. Desde que a viatura de guerra alinha no desfile, é ele o condutor. Tinha 14 anos quando a mãe, na esperança de o livrar da guerra colonial, lhe arranjou serviço nas oficinas do Exército. Quem diria que, em tempos de paz, seria ele o homem da chaimite? A descer a avenida, “acontecem histórias para o ano”. Uma vez, o carro avariou ainda no Marquês

Carolina, neta da florista Celeste, que ofereceu os cravos aos soldados, também vai comemorar à janela

de Pombal. O desfile inteiro a suar nervos e a encher, “com uma garrafinha”, o depósito da bomba de travões. Hoje, lamenta a sorte: “Está a chegar o dia e eu aqui parado, já devia estar a tratar do carro.” Suspira. “Um homem reclama que é sempre a mesma coisa, mas a verdade é que é uma tristeza ser diferente. Este ano há um vazio.” Também Carolina sente o rombo no calendário, mas guarda certezas: “Mesmo longe da avenida, temos de comemorar. Estamos confinados em casa, mas podemos falar à vontade. Eu estou na faculdade. Antes do 25 de Abril, não poderia estudar para ser juíza.” Sabe bem do que fala, a avó bem amargou os usos da ditadura. Filha de pai desconhecido, foi

mãe solteira, “foi malvista”. Na avenida, é estrela.

Faltas por trabalho, casamento... e covid-19

Quem também não falha a avenida é Pedro Vieira. Começou a participar na juventude e de pressa caiu de amores. Aos 44 anos, o escritor e guionista não tem dúvidas: “Para mim, é o dia mais feliz do ano. É o meu Natal.” Os pais nunca alinharam na política, mas sempre lhe mostraram quanto a revolução dos cravos havia mudado o seu mundo. Conheceram bem a cartilha da maioria dos filhos do Estado Novo — de barriga vazia, cedo os bancos da escola trocados pelas lides do trabalho. O golpe dos capitães garantia aos filhos outra leveza, melhor futuro. “Tenho muita consciência do valor da liberdade e de quanto quem sou se deve a essa data.”

Na memória, guarda apenas duas ausências na avenida. A primeira há mais de dez anos, quando não conseguiu folga na livraria onde trabalhava. Manhã cedo, antes de pegar ao serviço, atravessou a avenida sozinho. No silêncio, o significado da data à flor da pele. A segunda foi há seis anos para trocar alianças de cravo na lapela. Casou no dia em que a revolução celebrou 40 anos. Alguns convidados chegaram afogueados à cerimónia, ainda embalados pelo “ambiente” da avenida.

Este ano será a terceira vez que não pisa a avenida. Nem pólen a despertar alergias nem abraços nem um copo de Ginginha a fechar a tarde, no Rossio. “A avenida não se desce por uma excecionalidade enorme e impensável, por isso, é mais fácil aceitar a frustração. Para o ano, sem pandemia, regressaremos com alegria redobrada.” Hoje, em cada janela, cabe a avenida inteira.

politica@expresso.impresa.pt

25 DE ABRIL

“CONQUISTÁMOS O MÓNACO”

Manuel Galdes foi o mais jovem capitão de Abril que, na madrugada de 25, ligou a Otelos depois de tomar um dos pontos estratégicos do golpe que acabaria com a ditadura: a RTP

Em outubro de 1973, o ainda alferes Manuel Galdes foi abordado por um capitão, que lhe disse que havia uma organização de oficiais que estava descontente com o regime. “Perguntou-me se queria aderir e disse-lhe: ‘Se for para fazer um golpe e derrubar o regime, vou. Se for só para discutir assuntos oficiais, não quero.’” E foi assim que participou na célebre reunião de Óbidos, a 1 de dezembro desse ano, quando foram escolhidos os futuros chefes do movimento: Costa Gomes e António de Spínola, e passam a fazer parte da comissão coordenadora figuras como Salgueiro Maia, Otelos Saraiva de Carvalho e Vasco Lourenço. “Nunca mais me esquecerei. Foram colocadas três hipóteses aos 600 presentes: se queriam ter uma comissão meramente reivindicativa, se queríamos debater com o Governo ou se iríamos avançar para um golpe de Estado. Decidiu-se pela última”, lembra.

Manuel Galdes foi um dos homens que tomaram a RTP, uma ação fundamental para o golpe que poria fim a 48 anos de regime ditatorial em Portugal. Ao Expresso, e de Macau, onde vive agora, conta como se tornou um dos capitães de Abril. O coronel Marcelino Marques foi um dos professores com quem criou amizade. “Percebi que estava ali alguém desperto para as atividades da revolução e antirregime. Não foi ao acaso que se sugeriu que fizesse parte da comissão coordenadora numa reunião em sua casa”, realça.

Depois da reunião de Óbidos e às portas da revolução, em dezembro de 1973, Manuel Galdes é eleito um dos representantes da administração militar na comissão coordenadora do Movimento das Forças Armadas. Com 23 anos, ficaria na história como o mais jovem capitão de Abril. Foi também nesse período que fortaleceu a amizade com Raul Rego, diretor do jornal antirregime “República”, fundador do Partido Socialista, conterrâneo e outro dos seus mentores. Nas muitas horas que gastavam juntos, testemunhou as vezes que Rego vinha à varanda da redação, na Rua da Misericórdia, em frente à censura, gritar: “Fascistas, censores.”

A misteriosa caixa

Galdes recorda também o dia em que Raul Rego lhe entregou uma caixa, no início de 1974, e lhe recomendou que a levasse com cuidado. Era o programa do Partido Socialista, o primeiro, que guardou debaixo da cama no quartel para depois distribuir. “Tudo se encaixava para me tornar, com uma base sólida, um opositorista ao regime e leal à preparação da revolução do Movimento das Forças Armadas”, realça. Nunca falhou as sucessivas reuniões de preparação do 25 de Abril, apesar de serem de noite, às vezes mais do que uma por semana e fora da capital. As viagens eram de autocarro porque não tinha carro nem dinheiro para táxis. A seriedade com que encarou a missão haveria de lhe deixar outro momento na memória, quando muitos dos colegas, entre os quais Vasco Lourenço, falharam um encontro para ver um jogo do Sporting.

Entre outras missões, serviu de correio, por ter tempo e por ser dos que sabiam menos de técnica militar. Durante o estágio na direção de finanças do Exército, foram várias as vezes que se ausentava, com o consentimento do diretor, para rumar ao Porto no comboio da meia-noite e voltar a Lisboa às sete da manhã para entregar e receber correspondência entre os homens que preparavam a revolta.

Depois da tentativa gorda de insurreição militar a 16 de março de 1974, dá-se então o 25 de Abril. Quando cai o regime, Galdes estava a comandar a primeira recruta, a última fase do tirocínio. Foi um dos militares que ocuparam a estação da RTP. “Uma noite inesquecível. Valeu uma vida. Se não tivesse mais nada para levar no saco para o outro lado, isto já chegava”, afirma. “Fomos a primeira unidade a tomar o objetivo, às 3 da manhã, conforme a ordem das operações. Era eu que tinha de comunicar com Otelos. Conhecia a minha voz, nem precisei de dizer o nome”, recorda. E lá disse, a senha que abria caminho para que o golpe de Estado prosseguisse e sucedesse: “Conquistámos o Mónaco.”

Manuel Galdes nasceu em Macedo de Cavaleiros, a 12 de fevereiro de 1950, e foi lá que cresceu com os pais e cinco irmãos. Deixou a aldeia do Norte de Portugal quando terminou a primária para estudar no seminário, primeiro na Régua e depois em Braga.

Abandonou o seminário em 1966, aos 15 anos, depois de ter feito tudo para ser expulso. “Deixou os meus pais tristes. Fui severamente punido. Andei a trabalhar no campo como se fosse mais um agricultor”, recorda. Na manga, já tinha a solução para compensar a deceção. “O meu pai gostava muito que fosse militar”, refere. E é no que se torna. Queria ser piloto, mas o médico acabou-lhe com o sonho em dez minutos, o tempo que levou a perceber que Galdes tinha os pés chatos. “Foi uma desilusão horrível, mas deixei a minha mãe descansada”, explica.

Entra no curso geral da Academia Militar e, depois de um ano, ingressa no curso de Administração. “A Academia foi uma escola muito boa. Tive grandes instrutores, homens por quem ainda hoje tenho grande respeito e admiração. Muitos tive a sorte de encontrar anos mais tarde, aquando da preparação do 25 de Abril”, sublinha. No segundo e terceiro anos desenvolve uma relação mais próxima com alguns professores, e é quando se começa a formar “o Manuel Galdes antirregime, progressista e democrata”.

CATARINA BRITES SOARES
politica@expresso.impresa.pt



NINGUÉM SABE



1 Em 2008 e nos anos que se seguiram, tivemos todos de tirar um curso apressado de finanças públicas, gestão de défice, de dívida, mercados, austeridade. Desta vez, estamos em aulas intensivas de epidemiologia, infeccologia, saúde pública, matemática aplicada ou gestão hospitalar. De manhã à noite, ouvimos e lemos todos os especialistas de todas as áreas envolvidas, de todos os países, de todos os hospitais, de todas as Universidades, médicos, técnicos, cientistas, investigadores, e, em relação às questões essenciais, quase tudo permanece por esclarecer: é melhor a estratégia de contenção inicial à viva força ou a rápida obtenção da imunidade de grupo, através da contaminação livre de grande parte da população? Que medicamentos, dos existentes, são, de facto, eficazes, e em que fase, para conter a progressão da doença? Quanto tempo dura a fase de contágio? Os ditos recuperados podem voltar a ficar infectados?

Nunca tantos procuraram tanto e souberam tão pouco. E foi citando Churchill, após a Inglaterra ter ganho a primeira batalha contra a Alemanha, a meio da II Guerra, que Bill Gates — talvez o ser mais inteligente e mais útil do planeta (e que previu e avisou contra uma pandemia assim, em 2015) — resumiu acertadamente a situação em que estamos: “Ainda não é o princípio do fim, mas talvez o fim do princípio.” Para Bill Gates, há uma má e uma boa perspectiva. A má é que o Monstro só será dominado quando estiver disponível para a maior parte da Humanidade uma vacina eficaz, e isso não acontecerá tão cedo; a boa é que, depois disso, o mundo evoluirá para melhor, haverá melhores instituições internacionais, melhor espírito de cooperação e maiores avanços científicos partilhados.

2 Certas coisas, porém, nunca mudarão e, se calhar, como dizia o Príncipe de Salina, até é bom que assim seja. Por exemplo: no meio deste sufoco do coronavírus, até quase me passava despercebido o 150º aniversário do nascimento de um dos maiores malfeitores políticos da História: Vladimir Ilitch Ulianov, de seu nome. Não fosse a notícia de que Putin tinha aberto uma excepção ao estado de emergência em vigor na Rússia para autorizar os nostálgicos do PCUS a desfilar em Praça Vermelha perante a mais célebre múmia conservada até aos nossos dias, a seguir à de Tutankhamon, e eu nem tinha dado por nada. Mas a data

não escapou, claro, ao nosso PCP: Jerónimo de Sousa gravou um vídeo a proclamar a eterna lealdade dos comunistas portugueses a Lenine, essa “bússola para a orientação da nossa actividade”. 150 anos depois, e nada mudou. Mesmo no meio de uma catástrofe de saúde pública e de uma correspondente catástrofe económica, com as empresas paradas e fechadas por falta de procura e de mercado consumidor, a bússola leninista que orienta Jerónimo de Sousa em qualquer momento ou circunstância diz-lhe que não há nada de novo aqui: é uma ofensiva do “grande patronato, com toda a espécie de arbitrariedades, que tem de ser contrariada com opções que evitem o agravamento da exploração e do empobrecimento”. Venham daí as opções, caro Jerónimo de Sousa! Na certeza, porém, de que, não havendo almoços grátis e não nascendo o dinheiro debaixo da mesa, alguém terá de pagar a conta, no final. Seria interessante que explicasse quem pagará e como. Da mesma maneira que já vi dito que todo este dinheiro que o Estado agora terá de pedir emprestado jamais será pago. E eu pergunto: e, se assim é, quem é o que o vai emprestar?

3 Não é só o PCP que acha que não há razão alguma para pensar diferente do que sempre fez. A Ryanair, por exemplo, diz que se a obrigarem a voar com os aviões preenchidos só a 66%, o seu negócio não é rentável. A rentabilidade do negócio depende de aviões sempre a rebentar pelas costuras, tripulações sempre a voar no limite das horas, passageiros tratados como gado, prioridade de atendimento e tempos de espera mínimo nos aeroportos, e taxas mais baratas em troca da frequência dos voos. Em contrapartida, esta e as outras *low cost* proporcionam a milhões de passageiros a possibilidade, que de outra forma não teriam, de viajar a custos acessíveis. O seu negócio é a quantidade e não a qualidade. Mas os custos indirectos que acarretam, e que nunca são falados, são imensos: não apenas a poluição que acrescentam, mas também os novos aeroportos, como o do Montijo, que se tornam necessários por sua causa, ou a massificação turística das cidades para que contribuem decisivamente e que é um excelente negócio para a hotelaria e uma péssima existência para os habitantes locais.

A questão que se vai pôr já de seguida, e a uma escala global, é que tipo de recuperação económica queremos e vamos ter. Empresas e empresários como a Ryanair e Paul Ryan vão defender e pressionar para que se regresses imediatamente ao *business as usual*, garantindo, e tal-

vez com razão, que essa é a forma de assegurar uma recuperação rápida. Porém, há uma grande diferença: agora sabemos. Agora, ninguém pode dizer que não sabe, que não viu, que não aprendeu nada. Acreditar que podemos continuar a ter 14 milhões de pessoas em 230 mil voos nos céus todos os dias, que podemos continuar despreocupadamente a queimar recursos naturais que sabemos ser finitos e a envenenar o ar que respiramos, que podemos continuar indiferentes à sorte de milhões de pessoas que ainda morrem de fome no mundo enquanto tantos vivem no luxo e no desperdício, é acreditar que, depois disto passar, tudo ficará apenas como um susto e não como uma lição.

Talvez ingenuamente, eu acredito que desta vez vamos — as pessoas comuns, os consumidores comuns — querer ter uma palavra a dizer. Que não vamos ser carne para canhão, destinatários obedientes e amorfos de escolhas e gostos que outros fizeram em nosso nome e de que nos convenceram que não poderíamos absolutamente prescindir. Que vamos querer menos e que menos pode ser melhor. Que vamos querer estar mais bem informados, reflectir mais, olhar com olhos de ver, e que, uma vez que já aprendemos que por mais urgente que tudo seja, o tempo pode sempre ser suspenso, vamos ter menos pressa e mais tempo.

4 E ainda vamos ter saudades de Angela Merkel. Ela evoluiu muito desde 2008 e, agora, liberta daquele seu sinistro doutor Schäuble — que fazia lembrar o general Millán-Astray, do “Viva la muerte!” — Merkel tornou-se simultaneamente mais humana e mais inteligente. E, logo, mais estadista — talvez o único estadista de uma Europa voluntariamente pequena. No Bundestag, na véspera do Conselho Europeu, ao mesmo tempo que fazia o seu discurso “sangue, suor e lágrimas” aos alemães, dizia-lhes também que esta era a hora de “mostrar quem somos e quem queremos ser na Europa”. Mas não chegou para convencer os que acham que a Europa só lhes interessa como mercado único e território de caça fiscal: Holanda, Finlândia, Áustria e Suécia. Pessoalmente, tenho pena pela Suécia, que é um grande país, de notável gente. Os outros não interessam para nada: a minha ideia de Europa passava bem sem eles.

5 Regresso ao princípio: ninguém sabe. Ninguém sabe como isto acaba e nem sequer se acaba bem. Sendo que há diversas formas de acabar mal e acabar bem. A solução está na mão

Entre um mundo governado por um cientista ou por um estadista, eu prefiro sem hesitar o do estadista. Porque não basta salvar a espécie humana, é preciso que, no final, ela se mantenha humana nos seus valores

dos investigadores e dos cientistas, de quem todos esperamos a tão ansiada vacina. Mas isso não quer dizer, ao contrário do que já vi escrito, que a crise devesse ser gerida por cientistas e não por políticos. É justamente o contrário: não há crise mais política do que esta, em todos os aspectos que comporta. E, se dúvidas eu tivesse, elas desfizeram-se ao ler aqui, na semana passada, a entrevista à cientista Maria Manuel Mota, Prémio Pessoa, Prémio Pasteur, comendadora do Infante D. Henrique, etc. Diz ela que este é “um vírus bonzinho” porque só mata velhos e portanto a solução é trancar os velhos a sete chaves, proibi-los de ver os filhos e os netos, de sair à rua, de ter vida enquanto não houver vacina. O contrário, sustenta, daquilo que defendeu Angela Merkel, para quem não se pode libertar os jovens e os adultos e prender os velhos. Entre um mundo governado por um cientista ou por um estadista, eu prefiro sem hesitar o do estadista. Porque não basta salvar a espécie humana, é preciso que, no final, ela se mantenha humana nos seus valores.

6 E, já agora, seria bom deixar de usar a horrível palavra idoso, que rima com ranhoso, sidoso, leproso, tuberculoso e outros estados a evitar. Eu sei que faz parte do novo léxico politicamente correcto que obriga a dizer recluso em lugar de preso, toxicodependente em lugar de viciado em drogas ou drogado, invisual em lugar de cego, arguido em lugar de réu, e que, no limite, levava a ex-Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, a exigir ser tratada por “senhora Presidenta”, ou levou o partido espanhol de extrema-esquerda Unidos Podemos a mudar o nome para Unidas Podemos. Mas nem por isso deixa de ser ridículo, apenas o é mais: alguém diz “o meu idoso” em vez de “o meu velho”, quando se quer referir carinhosamente ao pai? Já imaginaram o que faríamos à literatura se aplicássemos a ditadura do idoso a alguns casos célebres: “O Velho Que Lia Romances de Amor”, de Luis Sepúlveda, de que aqui falei a semana passada, passaria a “O idoso que lia romances de amor”; “O Velho e o Mar”, de Hemingway, passaria a “O idoso e o mar”; “Os Velhos Marinheiros”, de Jorge Amado, seriam “Os idosos marinheiros”, e até o nosso ‘velho do Restelo’ acabaria transformado no ‘idoso do Restelo’. Isto, para não rematar dizendo que “idosos são os trapos”. Tenham lá mais respeito pelos velhos!

Miguel Sousa Tavares escreve de acordo com a antiga ortografia

UNIÃO EUROPEIA



Cimeira Costa preferia só subvenções, mas nórdicos fazem braço de ferro pelos empréstimos. Alemanha decide, e Merkel está mais inclinada para o crédito

Uma luta por bilhões a crédito ou a fundo perdido

Textos **SUSANA FREXES**
Correspondente em Bruxelas

Não foi difícil pôr os 27 líderes de acordo sobre a necessidade de criação de um Fundo de Recuperação Económica. Complexo será negociar que parte do dinheiro chega a Portugal e em que condições. Serão mais os empréstimos, que aumentam a dívida pública e terão de ser pagos mais tarde, ou as subvenções (a fundo perdido) que à semelhança dos fundos estruturais não têm de ser reembolsadas? A presidente da Comissão Europeia defende um “bom equilíbrio” entre ambos, mas esse equilíbrio está ainda longe de estar definido. Na reunião de ontem, países como Áustria, Suécia, Dinamarca ou Holanda começaram já a pressionar para que sejam só empréstimos.

António Costa tem dito que se decidisse sozinho seria “só por via de subvenções”, mas também mostra disponibilidade para aceitar “empréstimos de longo prazo”. O primeiro-ministro português confia num consenso que inclua a opção a fundo perdido, principalmente porque “a grande maioria” dos colegas defendeu essa opção. O problema é que só há acordo por unanimidade e ao que o Expresso apurou a preferência da Alemanha é mais pelo crédito.

Durante a videoconferência desta quinta-feira, a chanceler alemã não entrou na discussão entre empréstimos e subvenções. Disse que primeiro quer ver a proposta que a Comissão Europeia vai apresentar a 6 de maio. A sul, as palavras acaloram o objetivo de vir a apoiar transferências a fundo perdido. O próprio António Costa disse ao Expresso que as posições de Berlim não se confundem com as de Haia ou Viena. Mas, aos olhos dos nórdicos, Berlim está no mesmo campo que eles.

Angela Merkel está disponível, e já o disse publicamente, para permitir que a Comissão Europeia emita dívida e vá aos mercados buscar alguns milhares de milhões de euros, mas sem grandes inovações na distribuição desse dinheiro, ou seja, sem mutualização. Na videoconferência terá dado preferência ao artigo 122(2) do Tratado de Funcionamento da UE, que prevê a ajuda financeira a um Estado-membro, sob certas condições e quando estão em causa eventos excecionais. Por outras palavras, crédito.

Mas ficará a Alemanha presa só aos empréstimos? Tendo em conta que a solução final da resposta à crise passa por um pacote conjunto que liga o Fundo de Recuperação ao próximo Quadro Financeiro Plurianual — e que este se baseia em subvenções —, a solução final aceite por Berlim terá de incluir os dois elementos. Falta saber se o equilíbrio entre crédito e fundo perdido será 50/50, ou mais 80/20.

O risco dos empréstimos

Para o eurodeputado do PSD, José Manuel Fernandes, se o que vier do Fundo de Recuperação “forem só empréstimos, Portugal não pode aceitar”. José Gusmão, do BE, teme que a solução final passe “por uma

pequena parte a fundo perdido e a uma maioria de empréstimos”, quando o “razoável” era que os €1,5 bilhões de que se fala para o Fundo fossem subsídios. Se assim não for, corre-se o risco de os “países não gastarem o que é preciso para não fazerem disparar o endividamento”, prolongando a crise “para lá do necessário”; ou então de “levantarem o confinamento demasiado cedo para minorar as quebras do PIB”, com consequências num agravamento do surto e do número de mortos.

“Não podem ser migalhas”

Sem terem de se entender sobre um texto de conclusões nem sobre montantes ou condições, a última reunião de líderes foi rápida e sem grandes confrontos. Cada um dos chefes de Estado e de Governo reiterou a sua posição e no conjunto empurraram as questões polémicas para a Comissão Europeia. Todos concordaram que o executivo comunitário liderado por Ursula von der Leyen deve agora trabalhar para pôr de pé um Fundo Europeu de Recuperação, ligando-o a uma nova proposta de Orçamento Comunitário. Nisso estão unidos, mas não no que diz respeito à definição dos montantes.

Espanha insiste num fundo de €1,5 bilhões para fazer face à quebra de 10% da economia europeia. Mas a presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, aproveitou a videoconferência para avisar os 27 de que a quebra do PIB pode mesmo chegar a 15%, o que implica uma maior resposta financeira. Contudo, antes de se comprometer com montantes, o primeiro-ministro holandês, Mark Rutte, quer uma análise sobre as necessidades adicionais de financiamento, além do pacote de empréstimos e garantias de €540 mil milhões, fechado pelo Eurogrupo e que deverá estar disponível a partir de um de junho. A Alemanha também é desta opinião. Angela Merkel quer saber o

Líderes preocupados com o turismo

Os líderes europeus continuam à procura das “soluções inteligentes” para as férias de verão, de que falava Ursula von der Leyen ao Expresso. A preocupação marcou a videoconferência europeia de quinta-feira. Surgiram críticas aos acordos bilaterais — caso da Áustria, muito dependente dos turistas alemães — e pedidos para uma reabertura coordenada de fronteiras. O primeiro-ministro grego, Kyriákos Mitsotákis, quer “um entendimento comum sobre a circulação de pessoas”, “tão cedo quanto possível”, argumentado que ajudar o turismo na Europa é também uma forma de “mostrar apoio”, adianta a publicação europeia “Euractiv”. No final, Costa adiantou que “não há nenhuma data para a abertura de fronteiras” e que a Comissão Europeia irá trabalhar com os 27 para avaliar “uma estratégia comum” para as fronteiras externas e internas, tendo em vista o período de férias. Ao Expresso, Siza Vieira, o ministro da Economia, admite que a partir de maio/junho possa haver uma reabertura (ver entrevista na Economia). O sector do turismo é dos mais afetados e a situação pode piorar dependendo da evolução da pandemia e do impacto naqueles que são os meses mais fortes de negócio.

impacto da crise em diferentes setores, incluindo o turismo.

Um documento de trabalho da Comissão Europeia, a que o Expresso teve acesso esta semana, apontava para uma possível mobilização de 2 bilhões de euros, resultantes sobretudo de sistemas de empréstimos e alavancagens, não esclarecendo o que viria do fundo e o que viria do orçamento comunitário. O documento é indicativo, deverá ser alterado, e depende da negociação dos líderes. Neste exercício, apenas 320 mil milhões saíam da emissão de dívida pela Comissão Europeia, sendo metade disponibilizada aos países na forma de empréstimo e a outra metade em subvenções a reembolsar pelos 27 depois de 2028. O social-democrata José Manuel Fernandes diz que “mesmo que metade venha a ser subsídios, é preciso perceber o critério de distribuição” aos países. “Não podem ser só migalhas”. O eurodeputado da comissão parlamentar dos orçamentos mostra-se ainda preocupado com o que pode acontecer à política de Coesão. A estratégia que a Comissão tem em cima da mesa passa por reforçar os fundos estruturais em 2021 e 2022, através de uma antecipação de verbas. O eurodeputado do PSD diz que é preciso esclarecer se “isso não representa um corte nos anos seguintes”.

No meio da discussão sobre a resposta à pandemia, o Pacto Verde Europeu, a redução de emissões e a agenda digital não deixaram de ser prioridades, assim como programas de investimento como o InvestEU, que poderá ver as verbas duplicadas. Ursula von der Leyen já prometeu um orçamento maior a partir do próximo ano para 2021 a 2027. Só que a decisão final pertencerá aos governantes e, tendo em conta o braço de ferro nesta matéria, a Comissão estará à procura de uma fórmula de aumentar o quadro financeiro sem aumentar as contribuições dos chamados países frugais do norte.

politica@expresso.impresa.pt

ECONOMIA Pode ler no 2º Caderno a entrevista ao ministro Siza Vieira e ainda saber mais sobre a resposta europeia ou como a crise está a afetar as dívidas soberanas E6e11



António Costa, esta quinta-feira, em São Bento, participando no encontro dos líderes europeus. À distância...
FOTO JOSÉ SENA GOUÇÃO/EPA

Governo quer “consenso nacional” para acelerar investimentos

Alteração à lei para agilizar concursos públicos será apresentada em breve. Retoma chegará a reboque do plano de investimentos que já existe

A recuperação da crise será longa e cheia de obstáculos. Este é o dado adquirido em cima da mesa do Governo, que tenciona ir à procura de uma nova unidade nacional, desta vez em torno do plano para a recuperação económica. Esta semana, vão começar a ser decididas medidas de abertura, e quando a parte mais dramática da pandemia passar e se olhar para debaixo do tapete haverá muito emprego destruído. Numa antecipação do que será o choque político, o Governo quer um “consenso nacional” para o programa de investimentos, defende o ministro de Estado e da Economia, Pedro Siza Vieira, em entrevista ao Expresso (ver caderno de Economia).

António Costa vai apresentar o plano de investimento que, no essencial, assenta no já conhecido Plano Nacional de Investimentos 2030 (PNI). O primeiro obstáculo é conseguir pôr a andar as obras públicas ainda este ano, mas, para o fazer, Costa precisa que os partidos concordem em aligeirar as regras dos concursos públicos, dramatizando: se tal não acontecer, não há obras nos próximos 18 meses. “Se não fizermos isso, não teremos capacidade de colocar novos investimentos no terreno antes do final de 2021. Precisamos de encurtar isto”, diz Siza Vieira. António Costa já tinha enaltecido no debate quinzenal o clima político de “mínima perturbação” que gostava de ver prolongado: “Isto é um capital enorme para o futuro, quando tivermos de reafirmar a nossa fiabilidade como um país seguro para os nossos parceiros sociais e de atração de investimento.”

Falar de investimento, para o Governo, significa afastar a conversa da austeridade, que dominou a agenda desta semana, depois da entrevista de Costa ao Expresso. “Não devemos repetir os erros do passado”, enfatiza o nº 2 do Governo. “Cortar a despesa, aumentar os impostos, não deve ser essa a resposta” à crise, insiste. Há um mês, Siza Vieira defendia que o posicionamento do PSD deveria levar a um aprofundar da relação à esquerda. Continua a defendê-lo, sabendo que para o investimento pode contar com os antigos parceiros, para medidas de contenção nem por isso: “Não vejo que a ideia de diálogo preferencial à esquerda deva ser posta em causa.”

Regras mais ligeiras

O ministro garante que acelerar o calendário não implicará perda de escrutínio sobre os negócios do Estado.

NÚMEROS

21,9

mil milhões de euros é o valor previsto no PNI 2030 para o investimento público a fazer numa década, especialmente virado para transportes e mobilidade

58%

dos investimentos públicos previstos são em melhorias na ferrovia e na mobilidade, sobretudo na componente elétrica

“O Governo avançará nas próximas semanas com projetos de alteração que garantam a conciliação entre a exigência de transparência e controlo da correção dos procedimentos de adjudicação e a necessidade de rever alguns dos aspetos que a experiência dos últimos anos revelou determinarem mais atrasos”, explica.

Os atrasos na contratação pública (concursos vazios, falta de mão de obra e impugnações) têm sido usados como argumentos para que os números do investimento público não atinjam os valores orçamentados. A esquerda reclama contra a mão de ferro de Mário Centeno, mas, desta vez, mudam-se as circunstâncias e parecem mudar-se as vontades. O mote agora, depois de “emprego, emprego, emprego” de Costa, passou a ser “mais investimento, mais investimento, mais investimento”, disse o ministro do Planeamento, Nelson de Souza, em entrevista ao jornal “Eco”. De Souza é um dos cinco ministros mais envolvidos neste processo, com Siza Vieira, Pedro Nuno Santos, Matos Fernandes e Mário Centeno.

Siza Vieira afirma que o Governo “não deve repetir os erros do passado” e continua a virar-se para o diálogo preferencial à esquerda

A dimensão do plano de recuperação económica da economia portuguesa está dependente daquilo que for a resposta europeia (ver texto ao lado) e só deverá estar em marcha antes do verão. Mas já há caminho a fazer, uma vez que foi decidido por Bruxelas a flexibilização da reprogramação dos fundos do atual Quadro Financeiro Plurianual. “Temos os investimentos bem identificados no PNI 2030, e esse programa é para executar. Temos regras de contratação, de impugnação de decisões de adjudicação que fazem com que sistematicamente estejamos todos muito frustrados, porque anunciamos obras cuja execução demora a iniciar”, diz Siza Vieira.

Olhando para o PNI, os 72 projetos e programas de investimento para uma década somam €21,9 mil milhões, a maioria na área do transporte e mobilidade, mas também há projetos na área do ambiente e da energia. É aqui que entram os dois ministros com estas pastas, Pedro Nuno Santos e Matos Fernandes. A Pedro Nuno Santos, ministro das Infraestruturas e Habitação, cabem-lhe sobretudo dois pontos: acelerar os investimentos na ferrovia e os programas de habitação. Já o ministro do Ambiente, Matos Fernandes, identificou projetos públicos no valor de €2 mil milhões e mais €350 milhões em apoios a privados, disse ao “Público”. Para avançar rapidamente está a conclusão da linha circular do metro de Lisboa e a expansão do metro do Porto. Está ainda em cima da mesa acelerar a nova barragem do rio Ocreza — a nova albufeira para gerir os caudais do Tejo.

Atrelado ao programas de investimento estará um programa de emprego, público e privado. António Costa, em entrevista ao Expresso, falou sobretudo da área da floresta e dos serviços sociais, além de ter esperança de que investimentos estrangeiros em carteira pudessem absorver mão de obra qualificada. Siza Vieira acrescenta a ideia de que a crise sanitária vai obrigar também a uma reconversão de empresas e que haverá uma necessidade de mão de obra relacionada com a higiene nos locais de trabalho: estão a ser trabalhados programas de qualificação e formação, que já estavam a ser negociados em Concertação Social.

LILIANA VALENTE com PEDRO LIMA
lvalente@expresso.imprensa.pt

Teresa Lago

Astrofísica, investigadora, professora



■ Como vê o fenómeno das alterações climáticas a partir da escala imensa da astrofísica?

■ As alterações climáticas preocupam-me seriamente, principalmente por não ver a adoção de medidas corretivas adequadas, tomadas globalmente, e em particular pelos países que mais contribuem para o desequilíbrio atual. Em astrofísica, sabemos bem como o espaço sideral é imenso, ‘vazio’ e hostil. As distâncias entre estrelas e os seus sistemas planetários, ou mesmo entre os planetas do nosso Sistema Solar são imensas, e inviabilizam a hipótese de um acesso regular nas próximas décadas. Talvez um dia venha a ser possível viajar no espaço, tal como hoje percorremos a Terra, agora global como nunca. É verdade que já estão identificados vários milhares de planetas de outros sistemas exteriores ao Sol. Mas nenhum deles ‘outra Terra’, isto é, um planeta onde a vida, tal como a conhecemos, possa instalar-se. De qualquer modo, que sentido terá procurar uma outra Terra, em vez de preservar e respeitar ‘esta’ a que estamos ligados? Sabemos que é única e frágil — basta olhar para as imagens da Terra, tiradas do espaço, que nos mostram quão isolada ela está. E como é extremamente ténue a sua atmosfera, o escudo protetor da radiação, que é essencial à vida. Não é possível deixarmos de nos preocupar com as agressões permanentes, e cada vez mais intensas, de que o sistema Terra é alvo.

■ Como é que pessoalmente encara a condição em que viveremos num futuro próximo?

■ Creio que a ambição desmedida continuará a levar à exploração exaustiva dos recursos, naturais e humanos. Entendo a exploração dos recursos para satisfazer as necessidades básicas, ou mesmo as que nos possam proporcionar bem-estar. Para todos os habitantes, independentemente da região e dos costumes. Mas, a partir desse nível, qual poderá ser a justificação para a intensificação da exploração dos diversos recursos? A ambição? A ganância? O desejo de controlo? Tudo isso, mas principalmente, a ignorância! A falta de conhecimento que leve a entender a nossa dependência absoluta deste planeta, a urgência em encontrar um equilíbrio entre os recursos e a sua utilização a um nível adequado. A nossa vida individual é curta — algumas dezenas de anos — mas a da Humanidade poderá excedê-la em muito, se o permitirmos. Isto é, se não destruírmos o equilíbrio no planeta que a suporta. Creio que é por isso urgente insistir em recordar, em tornar evidente, a nossa condição de ‘passageiros’ nesta nave espacial e especial.

LUÍSA SCHMIDT



VIDAS SUSTENTÁVEL

Nada muda se não mudarmos



Expresso

PSD/PPE

“Estamos a perder tempo”

Paulo Rangel não esconde “alguma perplexidade” perante mais uma reunião inconclusiva do Conselho Europeu. “Estamos a empurrar com a barriga e a perder tempo”, diz ao Expresso. Apesar das palavras de alguns dirigentes europeus, com António Costa à cabeça, Rangel não acredita que se tenham dados passos decisivos rumo a um acordo. “Não sabemos qual é o volume da ajuda; não sabemos se vão ser subvenções ou se vão ser empréstimos e, no caso de uma solução mista, qual a percentagem desses apoios será via empréstimos e as condições desses empréstimos, e não sabemos quais serão os critérios de redistribuição desses esforços. No fundo, não sabemos se isto é uma solução ou um remendo”, nota. Sem esconder algum ceticismo em relação à possibilidade de se chegar a um acordo num futuro próximo, Rangel diz-se como São Tomé: “É preciso ver para crer.” Ainda assim, o eurodeputado do PSD e vice-presidente do PPE elenca dois aspetos positivos que saíram da reunião do Conselho Europeu: haver um consenso em torno da emissão de obrigações europeias com base no Orçamento Europeu e o facto de o Conselho Europeu ter delegado na Comissão Europeia o desenho do próximo plano, uma resposta diferente àquela que foi dada em 2010 e um passo no sentido de uma resposta mais “comunitária”. MIGUEL SANTOS CARRAPATOSO

PS/S&D

“É preciso correr riscos”

Pedro Marques, ex-ministro e atual eurodeputado do PS, entende que este é o tempo de a Europa “correr riscos” e de “ir onde nunca foi”. Num texto de opinião que poder ler no site do Expresso, o socialista entende que o Banco Central Europeu (BCE) deve “ponderar seriamente as medidas não tradicionais defendidas no passado por pessoas como Ben Bernanke, antigo presidente da Reserva Federal Americana, que defendeu abertamente a entrega de helicopter money aos cidadãos”. A imagem de um helicóptero a lançar dinheiro nasceu com o Prémio Nobel Milton Friedman (um liberal) e pressupõe a injeção maciça de dinheiro na economia e, no limite, emissão de moeda. Para Pedro Marques, sem soluções desta ordem de grandeza, “os balanços dos Governos nacionais tornar-se-ão insustentáveis, e o próprio BCE terá de olhar para as medidas a adotar no seu balanço”. Na opinião do socialista, uma resposta assente nas bases da “política monetária tradicional” vai chegar de “forma muito lenta à economia real e ao emprego”. O investimento público, pelo menos aquele que é permitido à luz das regras europeias vigentes, também não será capaz de inverter a situação. O que pode conduzir a uma “armadilha” trágica: sem liquidez e sem a proteção dos Estados, as empresas poderão ter de despedir. “Podemos estar em risco de perder milhões de empregos na Europa”, alerta. M.S.C.

ENTREVISTA



Jerónimo de Sousa foi entrevistado na sede do PCP, esta terça-feira

Jerónimo de Sousa Secretário-geral do PCP

Promessas sobre austeridade chegam? “Não, obviamente”

Textos **MARIANA LIMA CUNHA**
Foto **ANA BAIÃO**

Quatro anos depois de ter alinhado numa solução inédita, o PCP avisa: austeridade seria deitar os anos da ‘geringonça’ ao lixo. A António Costa não bastará mostrar boas intenções. E a primeira preocupação é a execução do Orçamento de 2020.

Os termos em que António Costa tem falado sobre austeridade descansam-no?

❑ Não, obviamente. Não tanto pelas palavras, mas pela realidade com que somos confrontados. Há muitas coisas imprevisíveis, mas tudo indica que muitos se prepararam para transformar dificuldades em oportunidades para aumentar os lucros. E o Governo tem a responsabilidade de acautelar que ao drama do vírus não se acrescentem outros dramas sociais. Creio que António Costa procura ser cauteloso, mas há uma coisa que deve garantir aos portugueses: que não vamos andar para trás. Foram repostos salários e direitos, embora insuficientes; seria inaceitável que depois deste progresso se voltasse à situação de serem sempre os mesmos a pagar as consequências.

O que lhe pareceu a expressão “tempo de vacas gordas”, usada por Costa para definir os últimos anos?

❑ Não é a melhor imagem, tendo em conta até o histórico: no período antes de abril essa expressão foi usada... Nestes anos houve uma evolução positiva, mas claramente insuficiente, porque temos um condicionalismo incontornável: os défices acumulados — energético, agroalimentar, demográfico, tecnológico. Se não produzir, Portugal não tem futuro. Mais do que qualquer declaração de boa vontade, se não assumirmos esta questão como fundamental, mesmo patriótica, estaremos condenados a uma situação de retrocesso e fragilidade. Por isso, mais do que avisos, precisamos que sejam concretizadas as medidas que foram aprovadas no

Orçamento. É importante e faremos tudo para que isso se concretize.

Qual é o plano do PCP para responder à crise evitando a austeridade?

❑ Devemos reter a lição da importância do SNS. O reforço dessas verbas é fundamental. Uma política de emprego público, tendo em conta a necessidades na saúde, na educação, na habitação, e que valorize os trabalhadores. Serviços públicos capazes de dar resposta. Uma política fiscal diferente, em que se tribuam os grandes grupos económicos em vez de lhes facilitar a vida com paraísos fiscais. Uma aposta na produção nacional. Se o Governo o vai fazer, é uma questão que a vida esclarecerá.

Tem havido concretização suficiente do primeiro-ministro sobre o investimento e o emprego público?

“O PCP TEME QUE A CRISE TRAVE OS AUMENTOS DE SALÁRIOS, PENSÕES E INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES JÁ ESTE ANO

DEVEMOS RETER A LIÇÃO DA IMPORTÂNCIA DO SNS. O REFORÇO DESSAS VERBAS É FUNDAMENTAL

❑ Muitas vezes há declarações de intenções interessantes e acredito que bem intencionadas, mas se o Estado não agarra nas ferramentas fundamentais temos um problema.

Se não concretizar esses planos, estará o PS a deitar ao lixo os últimos anos?

❑ Nessa fase, numa circunstância muito própria e pensamos que irrepitível, tivemos sempre um princípio: contem connosco para uma política de avanços na reposição e defesa de salários e emprego, com direitos; não contem para qualquer medida de retrocesso, de travar essa dinâmica construtiva. No fundo, voltar para trás. E isso não aceitaremos, daremos combate em qualquer circunstância porque não é por teimosia ou demarcação pela demarcação; a vida provou que esse é o caminho mais justo. Andar para trás será fazer o contrário do que se perspetivou e concretizou nestes quatro anos.

Quando diz que é irrepitível, fala de posições escritas? E porquê, se temos outra crise pela frente?

❑ Tudo o que for positivo para os trabalhadores e o povo, lá estará o PCP. Tudo o que consideramos negativo e retrocesso, votaremos contra. Agora há aqui uma opção: andar para a frente ou voltar a recuar. E a nossa posição não pode ser mais clara. O que vai fazer o Governo? Era importante que fizesse a opção de continuar. O nosso povo vai encontrar a tranquilidade suficiente para reconstruir as suas vidas, com uma nota de confiança.

Está disponível para viabilizar próximos orçamentos para evitar a lógica de bloco central?

❑ Mais do que posições antecipadas, por graça por vezes uso um ditado da minha mãe: “A melhor prova do pudim é comê-lo.” É perante o documento que definiremos a nossa posição.

Mas pode explicar os termos do PCP. É admissível congelar os aumentos da

Função Pública? E as mexidas no IRS previstas para o próximo OE?

❑ Estamos a falar de trabalhadores que há dez anos não têm um cêntimo de aumento. Por isso mesmo se justifica plenamente a concretização desse objetivo. Nunca definimos linhas vermelhas. Olhamos para as propostas, designadamente do Governo, e fazemos o nosso juízo. E não estamos aqui como guardiões do templo para ver se o Governo cumpre ou não. Um dos méritos do PCP é que se posicionou nesta fase com esta questão: o que é melhor para os portugueses? E apresentámos propostas. Por isso nos preocupam algumas medidas que exigem saber como estamos em termos de concretização do OE.

O que o preocupa neste momento?

❑ Adiamentos na Função Pública, aumento extraordinário das pensões... Além de investimentos estruturantes, nos transportes e designadamente na ferrovia. Vamos ter de fazer esse acompanhamento, se sim ou não o Governo está a concretizar o que foi aprovado pela Assembleia da República.

Fica mais difícil a negociação do próximo OE?

❑ Acho que nada altera o relacionamento existente com o PS. Uma coisa que tem de ser reconhecida ao PCP é a sua posição séria, de uma só palavra, procurando dar uma contribuição construtiva para que as coisas corressem bem. Esse é um reconhecimento que o Governo faz pela nossa postura crítica mas simultaneamente interventiva, e isso não vai ser alterado.

Já houve até elogios públicos do primeiro-ministro. Não o incomodam?

❑ O que nos animou não foi a relação pessoal, mas a procura de soluções a pensar nos interesses nacionais e não tanto nos resultados eleitorais, embora continue a considerar que o resultado não foi determinado pelo posicionamento em relação ao processo destes últimos anos. Fizemos a avaliação e não estamos nada arrependidos.

mlcunha@expresso.imprensa.pt

Eurobonds: “Impossíveis, inaceitáveis”

Qual deve ser a resposta europeia?

❑ O reforço de verbas orçamentais, com o pressuposto de que quem mais pode mais deve pagar. Isso seria um princípio de coesão. Depois, um problema de fundo: não percebemos como é que a banca continua a poder recorrer a fundos comunitários e os Estados não.

São respostas no quadro europeu. Confia nas instituições?

❑ Temos razões para estarmos preocupados. Em tudo o que se está a indiciar — vamos ver os passos seguintes — há uma linha muito forte: gastem, mas endividem-se. E com o estado da nossa dívida (como sabemos, impagável), amarrar o país a um mais profundo endividamento é a resposta mais errada. Não estamos a lidar com uma associação de filantropos, pelo contrário.

O PCP votou contra a resolução que propunha recovery bonds. Porquê?

❑ Essa ideia é impossível e inaceitável. Impossível porque enquanto os alemães e satélites não garantirem o seu processo de financiamento nunca permitirão que se aplique. E a acontecer, haveria outros que passariam a pagar mais, como Portugal.

Qual é que é a resposta, então? Sair do euro?

❑ É uma resposta. O país tem de se libertar das amarras impostas pelo euro. Por outro lado, é a vida que coloca a necessidade de renegociação da dívida. Enquanto nos mantivermos amarrados de pés e mãos, naturalmente vamos ter grandes dificuldades em dar resposta ao reforço dos instrumentos do Estado para o desenvolvimento em áreas tão sensíveis como a energia, a banca...

Suponho que fale também da recuperação de controlo e nacionalizações.

❑ O PCP propõe não só nacionalizações *tout court* mas o controlo público de sectores, designadamente da banca. Isso é fundamental. A banca quer alterar *spreads* e juros que são incompatíveis para muitas micro e pequenas empresas, que encontram por parte da banca uma área de negócio. Nos sectores estratégicos, a questão da TAP tem grande atualidade.

Disse que sair do euro era uma resposta. É prioritária?

❑ É evidente que há respostas urgentes que têm de ser consideradas. Estou a falar da questão do Orçamento, de outras medidas. Mas não defendemos a libertação do euro como um ato súbito. Não é o PCP que deve dirigir o processo, é o Estado português, num quadro de indispensabilidade de renegociação da dívida.

Nota uma contradição nas declarações do primeiro-ministro e do ministro das Finanças?

❑ Não conheço as dissensões e convergências por parte do ministro das Finanças *versus* o presidente do Eurogrupo, mas creio que a vida está a provar que não basta ser um português à frente daquela instituição para que Portugal tenha mais facilidade nos seus objetivos.

PARTIDOS



A pandemia gripou os pequenos

As novas estrelas perderam tração. A crise é um risco ou uma oportunidade?

Texto **LILIANA COELHO**
Ilustração **PAULO BUCHINHO**

Foram a grande surpresa das eleições legislativas, levaram novas causas para o Parlamento e foram ganhando espaço mediático — e nas sondagens. Passados seis meses, os partidos emergentes veem agora as agendas interrompidas pela crise pandémica. Afinal, qual será o futuro do PAN, do Iniciativa Liberal e do Chega a curto e médio prazo? Ainda é tudo uma incógnita, mas, enquanto a política está ‘suspensa’, estes três partidos terão de apostar nas respostas à crise.

Deixou de se falar nos direitos dos animais e da emergência climática, centrais no PAN, o Estado passou a ser o motor de todas as respostas, resistindo ao Iniciativa Liberal, e o Chega — tirando a libertação de presos — esteve mais alinhado com os partidos tradicionais (e perdeu gás em algumas sondagens). Em clima de tréguas partidárias, o espaço para os discursos alternativos é menor.

“Antes, todos tinham agendas chamativas, enquanto agora o seu papel se resume a um único tema, covid-19”, diz José Adelino Maltez, politólogo e professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP). Não há dúvida de que as agendas políticas irão remeter necessariamente para a “crise eco-

nómica subsequente” à pandemia, concorda António Costa Pinto, investigador no Instituto de Ciências Sociais. “As instituições democráticas — primeiro-ministro, Governo e Assembleia da República — deram uma resposta unida à crise, e a oposição tem vindo mais de grupos de interesse do que de grupos políticos. Os temas dos partidos emergentes apagaram-se durante este estado de emergência”, sublinha o politólogo. Com a reabertura da economia no horizonte, maio poderá ser o momento para estes partidos retomarem parte da sua agenda.

Animais sem espaço, Estado com novo ‘amigo’

Para o PAN, que se iniciou como uma força política “monocausal” e um “partido pós-materialista” (humano-animal-ambiente), poderá ser “mais complexa” a exploração da crise decorrente da pandemia, diz Costa Pinto. O porta-voz do PAN, André Silva, admite ao Expresso que não existe espaço atualmente para se debaterem outros temas, além das respostas prioritárias à pandemia, mas salienta que os partidos continuam a discutir economia, educação ou cultura condicionados ao contexto da covid-19. “Esperamos que daqui a um mês comece a haver espaço mental e disponibilidade política para debater outras questões nas áreas em que

atuamos. Tudo dependerá da evolução da questão sanitária nessa fase.”

Já o discurso do Iniciativa Liberal poderá perder força face à necessidade do recurso ao Estado: o facto de grupos de interesse pedirem agora a intervenção estatal pode ameaçar o foco dos liberais. “Com isso, parte do programa do partido perde eficácia e até de certa forma é contraditório”, observa Costa Pinto. A tese é contestada pelo líder do IL, João Cotrim de Figueiredo, que garante que os liberais não defendem a ausência do Estado, mas sim um Estado “leve e forte”, capaz de desempenhar as funções de soberania e responder a situações de emergência, como a actual pandemia. “Se um Estado não serve para uma situação como esta, serve então para quê? Sabemos que alguns acham que esta pandemia era o fim do capitalismo e do liberalismo, quando, pelo contrário, esta crise demonstra a superioridade do liberalismo face aos modelos estatizantes. Os países com sistemas liberais, na saúde e na economia, mostraram melhor capacidade de resposta à crise e prepararam-se para retomar mais cedo”, defende-se Cotrim de Figueiredo.

Drama artificial no Chega

Pelo contrário, o Chega poderá ter mais oportunidades no pós-crise, apontam os politólogos, e André Ventura não alterou até agora a sua

estratégia para as presidenciais. Deixou-se da liderança, invocando aniversários internos desconhecidos, após uma abstenção à renovação do estado de emergência (que tinha antes aprovado), procurando uma “vitimização” que lhe dê notoriedade. Sem comícios nem jantares com apoiantes no actual contexto, Ventura vai visitando lares, quartéis de bombeiros e esquadras da polícia, enquanto no Parlamento critica a libertação de reclusos devido à covid-19. “Em tempo de imprevisibilidade, os políticos são muito previsíveis. Ventura é prova disso. Não há ali nada de novo, tudo é repetição. Esperava-se que se aproveitasse desta crise até com mais ousadia”, nota Adelino Maltez. Apesar das críticas, Ventura garante atuar tendo sempre em conta o “sentido de responsabilidade” perante o momento delicado que o país vive.

Desde que ficou sem partido, Joacine Katar Moreira foi perdendo força, o que se agravou agora com a pandemia. Sem deputada, o Livre esforça-se por divulgar mais comunicados defendendo a necessidade de uma resposta conjunta europeia. Mas sem visibilidade.

O posicionamento destes partidos vai depender também da gravidade da crise e da resposta europeia. Se vai reforçá-los ou tirá-los do mapa é mais uma das incertezas deste tempo incerto.

lpcelho@expresso.imprensa.pt

Gente



A Máscara de Ferro O Presidente da Assembleia da República passou a semana entre entrevistas, ataques e contra-ataques. E foi um ver se te avias de encontrar fascistas em cada esquina. Aaaaahh, que melhor maneira de celebrar o 25 de Abril do que chamando fascistas a todos os que ousam discordar de nós? “Então nós íamos mascarados para o 25 de Abril?” Máscaras, como chapéus, há muitas. E fascistas mascarados é o que para aí não falta...

Zeferino ao domicílio Gerou-se uma enorme onda de solidariedade capilar quando, na semana passada, Francisco Rodrigues dos Santos surgiu com uma farta e volumosa cabeleira a pedir apoios para o “Zeferino, que é cabeleireiro”. E não é que esta semana “Chicão” aparece com o cabelo devidamente aparado? Das duas uma: ou o líder do CDS infringiu a lei ou Zeferino faz visitas ao domicílio.

Contado ninguém acredita O Bloco de Esquerda, através do *esquerda.net*, publicou um “Manual de Instruções” para cantar a ‘Grândola’ à janela, com conselhos tão úteis como: “Decora a letra (ou leva uma cábula)”, “Ensaia algumas vezes”, “Aquece a voz”, “Leva uma coluna de som” e “No fim, não te esqueças de cantar bem alto: 25 DE ABRIL SEMPRE, FASCISMO NUNCA MAIS!”. Tudo devidamente ilustrado. Depois do “Podcast Canábico”, mais um exemplo de tempo bem gasto.

Freudiana A revista “Visão” continua a trazer-nos o dia a dia confinado dos líderes partidários. Desta vez foi André Ventura, que, além de posar com a sua adorável coelhinha “Acácia”, revela ainda que anda a ler a obra “Identidade de Género — Toda a Verdade”, de Maria Helena Costa, sobre o grande perigo que representa para a sociedade a alegada “ideologia de género”, e a ver a nova série da Netflix “Freud”. Gente lança o debate: que explicação teria o psicanalista para estas escolhas?

Lenine forever! Com o mundo numa verdadeira revolução por causa da pandemia, quase passou em claro a efeméride dos 150 anos do nascimento de Lenine, o inspirador dos revolucionários. Mas não ao PCP, claro, que fez questão de assinalar o aniversário de um dos seus principais doutrinadores. Num discurso emitido através de um vídeo nas redes sociais, Jerónimo de Sousa elogiou o “grande intelectual”, fundador da URSS, que “inaugurou uma nova época na história do mundo”. Pois inaugurou: instaurou a primeira ditadura do proletariado. Como vão longe as discussões dos comunistas sobre o marxismo-leninismo, com hífen ou sem hífen. No arranque das comemorações do seu centenário, o PCP arrisca tornar-se um partido saudosista.

25 DE ABRIL NO PARLAMENTO

46

ERAM PARA SER 77 DEPUTADOS, MAS A LISTA FOI ENCOLHENDO ATÉ RESTAREM 46, MAIS UNS QUANTOS CONVIDADOS

HOSPITAIS

Estas médicas acabaram de se formar. E combatem a pandemia do século

TIAGO MIRANDA



SOFIA BRAGANÇA
Hospital Dona Estefânia

RUI GUSTAVO

Num mundo normal, Sara Carvalho estaria agora a acabar o estágio de quatro meses em medicina interna e a preparar-se para mais dois em pediatria. Depois de seis anos duros de um curso difícil e de uma exigente Prova de Acesso Nacional, o primeiro ano comum de Medicina “é calmo” e serve para aprender na prática o que já se estudou em teoria. Mas rebentou uma tempestade provocada por um novo coronavírus que já infetou mais de 20 mil pessoas em Portugal e matou 820. Sara e os colegas que começaram a trabalhar este ano ajudaram na recuperação dos mais de 1200 doentes que conseguiram vencer a covid-19.

“Não estava preparada, ninguém estava. Esperava um ano calmo, com menos responsabilidades, mas temos de nos adaptar”, explica a médica de 25 anos que está a trabalhar no serviço de doenças infecciosas do Hospital de São João, no Porto. A primeira missão colocou-a na frente da batalha: “Ofereci-me como voluntária. Trabalho sempre em equipa com um colega. Vejo os sinais vitais do doente, faço auscultação cardíaca e pulmonar. Se tem queixas, fazemos um teste, uma picada na artéria para fazer uma leitura do oxigénio e do dióxido de carbono. Saímos da área suja, vamos para a sala de reuniões e discutimos os doentes. Não decido nada, mas os outros médicos ouvem-me. Dou a minha opinião.”

No final de dezembro, quando o vírus se libertou na China, Mariana Dias da Costa estava de férias com alguns colegas no sudoeste asiático, a dois mil quilómetros do olho do furacão. “Estive nas Filipinas e na Tailândia durante três semanas e meia. Ouvimos falar do vírus, mas confesso que estava desligada, para mim era uma coisa distante.” Agora, a médica de 26 anos trabalha no Hospital São Francisco Xavier, em Lisboa, um dos que tiveram de se adaptar para receber e tratar infetados pela covid-19. “O curso preparou-nos para ver doentes mas não para uma pandemia. Não há uma cadeira de pandemia. A preparação foi feita uma semana antes do primeiro caso

ser diagnosticado em Portugal”, conta Mariana que, tal como todos os colegas que têm contacto com doentes infetados, teve de aprender a vestir e despir o equipamento de proteção, a única maneira de evitar o contágio e um ritual diário algo complexo. “Temos de nos ajudar uns aos outros, ver se a bata está bem fechada, se há cabelos à vista, fazemos o *check* uns aos outros e só depois entramos. São quatro horas de turno e não é confortável. Os óculos magoam, as máscaras magoam, não podemos ir à casa de banho, mas o tempo passa a correr.”

“Os abraços que os doentes não podem dar”

Há hospitais onde os internos de primeiro ano não têm contacto com os doentes por causa do risco de contágio. “Não entramos nos quartos das crianças infetadas. São os colegas mais experientes que fazem essa par-

E se no primeiro ano da carreira **tivesse de enfrentar um desafio do tamanho do mundo?** É o que está a acontecer com os jovens médicos



RUI DUARTE SILVA

TIAGO MIRANDA



MARIANA DIAS DA COSTA
Hospital de São Francisco Xavier



TIAGO MIRANDA

te e é normal que assim seja”, admite Sofia Bragança, 24 anos, que trabalha no hospital de Dona Estefânia, onde são tratadas as crianças infetadas. “É sempre mais difícil ver o impacto de uma doença como esta nas crianças”, explica. “Nós fazemos o contacto com a família, e o mais complicado é fazer a gestão dos dias. Porque fica sempre um cuidador com a criança doente e quando

há irmãos a rotina familiar altera-se profundamente e há sofrimento porque os irmãos, quando são novos, não percebem.”

Em Santa Maria, um dos maiores hospitais de Lisboa, Marta Lopes, de 25 anos, foi apanhada “por uma revolução” que lhe interrompeu o estágio em pediatria. “Ajudo os meus colegas a



TIAGO MIRANDA

MARTA LOPES
Hospital de Santa Maria

ALICE VASCONCELOS
Hospital de São João

RUI DUARTE SILVA



vestir e a despir as proteções.” Não entra na zona suja, onde estão os infetados. Mas fala “com os familiares”. “Como não vejo os doentes, não conheço a cara deles, só sei quem são pelos diários, a ficha onde registamos os progressos.” Nas unidades onde estão os infetados só entram profissionais de saúde. “Os doentes queixam-se muito de não terem visitas. E a família vive com medo e ansiedade por não os poderem ver”, conta Mariana Dias da Costa. “Investimos muito nos telefonemas. São os abraços que os doentes não podem dar.” Os doentes mais autónomos comunicam com a família por videochamadas. “Os outros, muitas vezes os mais velhos, perguntam todos os dias porque é que não têm visitas. E temos de lhes explicar todos os dias que não podem, porque há uma pandemia. Mas que ligamos para a família. Ontem liguei cinco vezes”, exemplifica Sara Carvalho.

No chamado ‘ano comum’, o primeiro da profissão, um médico não pode passar receitas ou dar consultas e ganha €1100 limpos por mês. Alice Vasconcelos está um pouco à frente na carreira. Aos 25 anos, já está no primeiro ano da especialidade e escolheu seguir Genética. Já estava a dar consultas quando se apercebeu que o vírus chegaria a Portugal. “Pensei que o mais útil seria integrar uma equipa anticovid e fui para o hospital de campanha de São João.” Filha de um médico e de uma bióloga, pensou em dedicar-se à investigação, mas o ano comum e o contacto com os doentes fê-la mudar de ideias. Quer ser médica e investigar: “Decidi estudar o vírus o mais

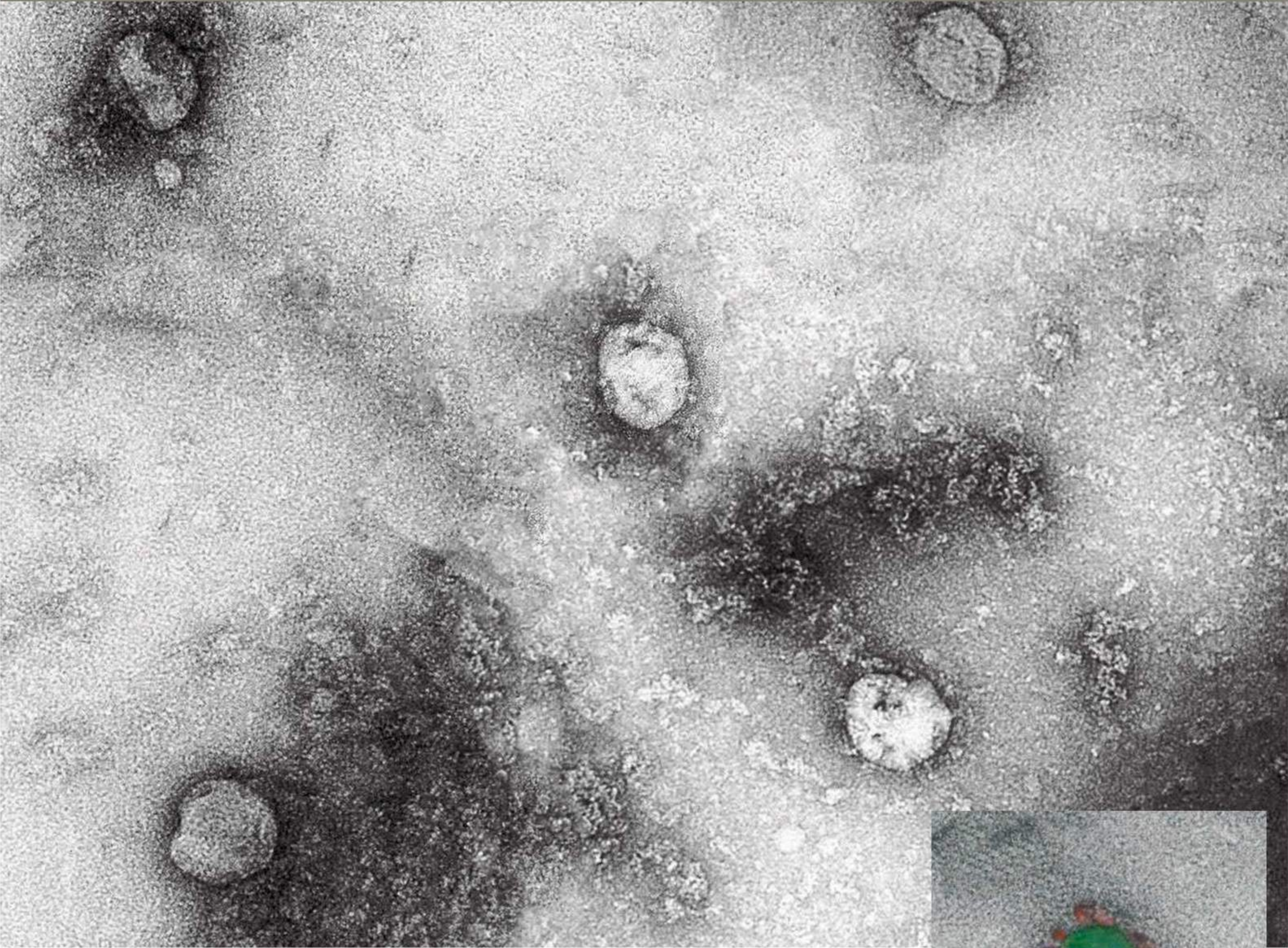
possível, todos os dias, para não ser uma pedra no sapato para ninguém. Tento não desajudar e procuro não pedir ajuda.” No Hospital de São João há agora 125 profissionais de saúde infetados. É Alice quem trata deles: “O meu trabalho é consultar e testar profissionais de saúde que tenham sido infetados. Já houve dois médicos internados mas já tiveram alta. São doentes difíceis porque arranjam sempre explicações para os sintomas e resistem aos testes. Dizem que é uma gripe normal. Os outros — auxiliares e funcionários — são mais preocupados.”

A pandemia chegou a Portugal no início de março. Parece uma eternidade, mas ainda não passaram dois meses. Por regra, os médicos do primeiro ano de internato têm de cumprir quatro meses de estágio de medicina interna, dois de pediatria, três de cirurgia e outros três em medicina familiar. A covid alterou a normalidade. “Não sabemos o que vai acontecer aos estágios, o que é que vai acontecer, nada”, constata Carolina Santos, que foi colocada nas Urgências do Hospital de Santa Maria. “No final do primeiro dia estava morta, desgastada, não tanto pela quantidade de trabalho, mas pela questão psicológica, a tensão permanente, saber que não posso tocar em nada, que não posso ser contaminada.”

“É claro que temos medo. É um risco que temos de correr. Eu morava com os meus pais e passei a viver sozinha”, diz Mariana Dias da Costa. No dia em que decidiu voluntariar-se, Sara saiu de casa e deixou de ver os pais e o namorado. “Não estou com eles há mais de um mês.”

rgustavo@expresso.imprensa.pt

AS PRIMEIRAS IMAGENS REAIS DO SARS-COV-2 EM PORTUGAL



SARS-COV-2-PT As imagens feitas através de microscópios eletrónicos mostram pela primeira vez o novo coronavírus isolado em Portugal. Três investigadoras do Instituto de Medicina Molecular (IMM), coordenadas pelo virologista Pedro Simas (ver entrevista na pág. 18), usaram amostras clínicas de zaragatoas para isolar o vírus, propagá-lo e infectar células em cultura. Depois de isolado — e em colaboração com o Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC) — foram obtidas estas primeiras imagens, cedidas ao Expresso, que mostram o ‘SARS-CoV-2-PT’. Um dos vírus foi colorido artificialmente em computador para facilitar a visualização do detalhe morfológico: a vermelho está a coroa, típica dos coronavírus. Isolar um vírus é fazê-lo crescer em suporte artificial que, neste caso, são células. Ou seja, é retirá-lo do humano para que os cientistas possam estudar e testar em laboratório. Para isolar um vírus são necessárias condições de segurança muito específicas e certificadas. Tanto o Instituto Dr. Ricardo Jorge como o IMM têm essas condições. Ao terem conseguido isolar o vírus em Portugal, a comunidade científica nacional passa a não estar dependente de outros países que já isolaram o vírus, como os Estados Unidos, o enviassem para cá, um processo demorado que exige que o transporte seja feito por empresas especializadas, por ser um agente infeccioso. Como há neste momento vários centros de investigação em Portugal a desenvolver estudos para os quais precisam mesmo de trabalhar com o vírus, o IMM garantiu o isolamento do SARS-COV-2, que será agora partilhado com outros cientistas. São precisamente as mesmas razões que levaram um consórcio de centros de investigação nacionais a criar um protótipo de teste serológico que possa ser produzido em Portugal, sem que o país tenha de depender de importação. Ao ter o coronavírus isolado, será possível estudar a resposta imunológica, os fármacos que reprimem a infeção viral, o tipo de vacina mais eficaz ou até tecidos que possam eliminar ou inativar o vírus. FOTO INSTITUTO DE MEDICINA MOLECULAR JOÃO LOBO ANTUNES (TÂNIA CARVALHO/PEDRO PEREIRA) E INSTITUTO GULBENKIAN DE CIÊNCIA (ERIN TRANFIELD)

EPIDEMIOLOGIA

Nível de imunidade da população ao coronavírus será conhecido no verão

Primeiro estudo serológico em maio contará com utentes que façam análises de rotina

RAQUEL ALBUQUERQUE

Durante três semanas em maio vai decorrer o primeiro de uma série de estudos que permitirão saber que percentagem da população esteve em contacto com o vírus e desenvolveu imunidade. Os primeiros resultados do inquérito serológico serão conhecidos “entre finais de junho e julho”, segundo o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA), responsável pela preparação e realização destes estudos. O inquérito irá abranger apenas uma amostra representativa da população, estratificada por regiões e grupos etários, que está agora a ser desenhada pelo INSA com base no protocolo proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A amostra será composta por cerca de 2 mil pessoas: 1720 acima dos dez anos e mais 352 crianças até essa idade. Sempre que for feito um novo estudo, serão testadas 2 mil pessoas. “Os participantes serão selecionados a partir das pessoas

que vão fazer análises de rotina aos laboratórios ou hospitais parceiros do projeto. Serão convidados a participar neste estudo serológico e a responderem também a um breve questionário de saúde. Se assim entenderem, poderão receber os resultados do teste”, explica ao Expresso Ana Paula Rodrigues, médica de Saúde Pública no Departamento de Epidemiologia do INSA. Numa primeira fase, a seleção dos participantes não terá em conta a distribuição geográfica dos casos confirmados e os estudos serão repetidos regularmente, “de acordo com a evolução da epidemia de modo a monitorizar a evolução do nível de anticorpos contra o vírus na população portuguesa”. Depois de estudar uma amostra da população, o inquérito irá focar-se em grupos como profissionais de saúde ou doentes internados com covid. Os cientistas têm frisado a importância deste tipo de estudo e não só para saber que parte da população foi exposta ao vírus. “É também para per-

ceber a imunidade produzida”, explica Helena Soares, imunologista no Centro de Estudos de Doenças Crónicas da Nova Medical School (CEDOC-NMS), uma das cinco instituições do consórcio Serology4Covid que desenvolveu um protótipo de teste serológico já partilhado com a Direção-Geral da Saúde e o INSA. “Sabemos que a maior parte das pessoas produz anticorpos depois de ter contacto com este vírus e nos Estados Unidos já se testou a utilização de plasma de doentes recuperados noutros doentes com insuficiência pulmonar que melhoraram, o que é bom sinal.”

Imunidade transitória

Ainda há muito para descobrir. “Ainda não sabemos a quantidade de anticorpos que as pessoas produzem, a qualidade desses anticorpos para conferir proteção, o limite mínimo necessário para que estejam protegidas ou por quanto tempo permanece essa imunidade. Noutros coronavírus dura

entre três meses e dois anos, portanto é possível que este se situe nessa gama.” A imunologista explica que o conhecimento de outros coronavírus permite concluir que é “muito pouco provável que não ocorra reinfeção com este”. Ou seja, embora não haja certeza é possível que as pessoas voltem a ser reinfectadas — só não se sabe quanto tempo depois. “Isso acontece porque nos vírus desta família não se chega a criar uma verdadeira memória imunológica. Só se tem uma espécie de proteção transitória. O grau de recorrência da infeção deverá depender da imunidade que foi desenvolvida, algo que para já ainda não se sabe.” Os estudos serológicos noutros países têm estimado percentagens baixas de imunidade, mas com um número real de infectados quase sempre superior ao conhecido. “Estudos serológicos recentes efetuados em regiões da China, Alemanha e Estados Unidos vieram a demonstrar que a infeção por SARS-CoV-2 é muito mais disseminada do que o indicado

pelo número de casos confirmados, colocando as taxas de mortalidade em níveis inferiores ao estimado”, aponta Henrique Veiga-Fernandes, imunologista da Fundação Champalimaud, que esta segunda-feira começa a testar a imunidade de 700 enfermeiros e auxiliares nos hospitais de Santa Maria, em Lisboa, e de Santo António, no Porto, além de arrancar com um estudo serológico a profissionais de saúde, funcionários de lares e agentes de proteção civil no Algarve. Com um número cada vez maior de recuperados, que em Portugal já superou o número de mortes, torna-se fundamental perceber qual a força da imunidade produzida pelos doentes para saber quais as orientações a dar a quem já está curado, aponta Mónica Bettencourt-Dias, diretora do Instituto Gulbenkian de Ciência, também envolvido no consórcio Serology4Covid. “Por enquanto é preciso manter cautela. Ainda não dá para relaxar.”

ralbuquerque@expresso.impresa.pt

EDUCAÇÃO

Creches e escolas à espera de datas e de regras

A reabertura só pode acontecer com novas rotinas. Na próxima semana há reunião entre peritos e Governo

Maio é o mês indicado pelo primeiro-ministro para, de forma gradual, começarem a reabrir atividades e serviços. Mas será preciso esperar mais uns dias para saber se no plano de desconfinamento, que deve ser anunciado no próximo dia 30, constam escolas e creches, como é da vontade já assumida pelo primeiro-ministro. Para já, os responsáveis destas estruturas ainda não receberam qualquer instrução sobre as condições e procedimentos que terão de ser seguidos em tempo de pandemia. “Até agora ainda não recebemos qualquer indicação. E o Governo vai ter de pensar muito bem neste assunto. Por exemplo, não sabemos quantos alunos vão poder estar em cada sala e se será necessário contratar professores para algumas disciplinas, algo que nalgumas regiões não será fácil”, exemplifica o presidente da Associação de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas, Filinto Lima. Nos planos do Governo, havendo condições epidemiológicas que o permitam, os alunos do 11º e 12º que vão realizar exames nacionais — exigidos apenas para o acesso ao ensino superior — ainda poderão voltar às escolas este ano letivo, prolongado até 26 de junho. Por agora, apenas se sabe que todos os que estiverem dentro da escola terão de usar máscara e que equipas do Exército irão desinfetar centenas de edifícios antes de um regresso às aulas.

A estreia da telescola

Outro caso referido por António Costa diz respeito às creches que, desejavelmente, reabrirão em maio para “apoiar as famílias e evitar que muitas estejam com perda de rendimento ou com esforço acrescido por se encontrarem em teletrabalho”. Mas também neste sector será fundamental definir novas regras, até porque as crianças até aos 3 anos não conseguem perceber ou cumprir a 100% normas de distanciamento social e higiene. A presidente da associação, Susana Batista, conta que os próprios responsáveis das instituições estão agora a pensar nas condições necessárias. Isto na sequência de um pedido do presidente da Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas, feito após uma audiência com Marcelo Rebelo de Sousa. Do Governo, ainda não chegou nenhuma orientação. O que já arrancou esta semana foi a nova telescola e as emissões de segunda a sexta-feira de conteúdos educativos para alunos do 1º ao 9º ano. Se o balanço fosse apenas avaliado pelas audiências, só poderia ser positivo. No primeira dia de emissão, a RTP Memória foi o quarto canal mais visto. Mais de 400 mil telespetadores chegaram a estar a ver uma aula de Português para o 1º e 2º anos.

ISABEL LEIRIA
ileiria@expresso.impresa.pt



Pedro Simas Virologista e investigador do Instituto de Medicina Molecular

“Estamos no princípio dos princípios da epidemia”

Texto **RAQUEL ALBUQUERQUE**
Foto **PEDRO NUNES**

A equipa de cientistas que o virologista Pedro Simas coordena no Instituto de Medicina Molecular (IMM) foi a primeira a conseguir, esta semana, isolar o vírus a partir de amostras de testes de infetados com coronavírus em Portugal, o que servirá para estudar a resposta imunológica e o efeito dos fármacos em reprimir a infeção. O investigador defende que o próprio vírus é a solução, que o único caminho é a imunidade de grupo e vê na sociedade um “excessivo medo de morrer”. Esperar pela vacina em confinamento total “é humanamente impossível”, alerta.

■ Em que fase da epidemia estamos em Portugal?
■ No princípio dos princípios. Seria fantástico erradicar o vírus, mas neste momento o problema só se resolve com imunidade de grupo. Em 10 milhões de pessoas teremos 2% de infetados, ou seja, 200 mil, contando com assintomáticos. Podem até ser mais, mas há ainda muita incerteza. Seremos o melhor aluno da Europa também nos torna mais vulneráveis e agora até temos um risco pandémico maior do que há quatro semanas.

■ Porquê um risco maior?
■ Porque temos um número baixo de infetados, pouca imunidade populacional e o vírus espalhado pelo país. É como se fossem focos prontos a explodir quando se libertarem as pessoas.

■ Portugal devia ter feito como a Suécia, que não fechou as escolas?
■ Foi fantástico o que aconteceu em Portugal e o estado de emergência foi a decisão correta. Mas o caso da Suécia mostra que, com distanciamento social, conseguimos aumentar a imunidade de grupo por infeção natural, de forma controlada e sem que o SNS entre em disrupção. A primeira fase da contenção é a mais simples, o grande desafio vem a seguir. E a questão mais óbvia agora é proteger os grupos de risco.

■ Como é que podem ser protegidos?
■ Com uma concentração muito ativa na proteção dos lares, onde ocorre a

maior parte das mortes. Com isso, resolvemos grande parte do problema.

■ Os médicos também falam em jovens saudáveis a precisar de cuidados intensivos. Como é que se pede imunidade de grupo e se lida com o risco?
■ Os médicos veem chegar aos hospitais as situações mais graves. As pessoas ficam em pânico porque, por um lado, ouvem dizer que a probabilidade de morte fora do grupo de risco é pequena, mas, por outro, veem que há jovens ventilados nos cuidados intensivos. Mesmo que um jovem saudável de 30 anos precise de ventilador tem uma probabilidade de recuperação muito grande. A nível mundial, as mortes abaixo dos 30 anos são cerca de 0,2%. É um risco que faz parte da natureza. 98% das pessoas que não pertencem aos grupos de risco lidam com a infeção de forma benigna ou ligeira e os restantes 2% podem precisar de cuidados intensivos.

■ Há um excessivo medo de morrer?
■ Sim, até entre cientistas e médicos. É fácil criar esse medo porque se olha para o raro e não para o global.

■ É possível ter a vacina pronta a ser usada até ao final de 2020?

“
NÃO HÁ OUTRA ALTERNATIVA SENÃO USAR O VÍRUS COMO SE FOSSE UMA VACINA ATENUADA
TEMOS DE ACEITAR QUE HAVERÁ SEMPRE PERDA DE VIDAS, COMO JÁ ESTÁ A HAVER
”

■ É altamente improvável. Mas não é impossível que seja desenvolvida até ao final do ano. Se só chegar daqui a um ano ou ano e meio, acho que já nem será necessária, porque não há nenhum país no mundo que consiga ter estas medidas em vigor mais seis meses. Também não vale a pena estar à espera de um fármaco, porque, em toda a história da ciência, não há nenhum que tenha sido usado para prevenir uma pandemia.

■ Dizer que a solução é a imunidade de grupo é admitir que haverá muitas mortes ao longo deste processo?
■ Sim, é inevitável. O que queremos é minimizar isso. Se depois de aliviar as medidas for preciso voltar atrás, corrige-se a decisão e entra-se numa estratégia de aceleração e desaceleração. Mas temos de aceitar que haverá sempre perda de vidas, como já está a haver. Mesmo que fosse possível eliminar o vírus sem imunidade de grupo, o problema não ficava resolvido. Bastou que quatro ou cinco pessoas saíssem da China para chegarmos onde estamos e sabemos que o vírus deverá ainda tornar-se explosivo em África, no Sul da Ásia ou América do Sul. A única forma de ter o destino do país nas nossas mãos é criarmos essa imunidade, porque mesmo que houvesse um novo surto em Espanha estaríamos protegidos.

■ Mas estamos longe dos 60% ou 70% de imunidade necessários. Como é que lá chegamos?
■ Ninguém pode dizer que serão 60% ou 70% e há modelos que apontam para 20%. A percentagem é irrelevante, porque não há outra alternativa senão usar o vírus como solução, ou seja, como se fosse uma vacina atenuada. Se protegemos os grupos de risco, se calhar até atingimos a imunidade necessária em alguns meses. O outro caminho, o do confinamento completo, é humanamente impossível de manter. Além de que fechar a economia desta forma é tremendamente severo.

■ Como se assegura que não é ultrapassada a capacidade do SNS?
■ Desenhando estratégias inteligentes e seletivas de distanciamento social, apoiadas pelos testes serológicos para saber o que está a acontecer. Sem

saber que percentagem da população foi infetada, estamos cegos. É preciso testar uma amostra representativa da população, além dos funcionários dos lares, para que só entrem os que estão imunes, os profissionais de saúde ou os professores no grupo de risco. Isto pode ser feito gradualmente, atribuindo certificados de imunidade, uma espécie de boletim de vacinas que permitirá saber, por exemplo, se já podemos visitar um familiar num lar.

■ É garantido que alguém que contrai o vírus fica imune?
■ O grau de resposta imunológica está correlacionado com a severidade da doença. Uma infeção assintomática não vai estimular tanto o sistema imunológico e poderá produzir uma imunidade mais leve, enquanto uma infeção severa provoca um estímulo enorme. Sabemos que os coronavírus reinfetam os seres humanos de tempos em tempos, mas mesmo que uma pessoa fique com uma imunidade pequena e volte a ser reinfetada tenderá a lidar melhor com a infeção. Uma das atuais terapias é a utilização de soros de pessoas recuperadas nas que estão doentes e isso é um sinal de que a imunidade é efetiva e protetora, dure três meses, seis meses ou um ano.

■ Era possível estar preparado para esta pandemia?
■ Nunca vamos estar preparados. A questão para a comunidade científica já não era se iria surgir uma pandemia grave, mas quando. E serão cada vez mais. Ao longo da história, os vírus foram saltando de espécie em espécie. Quando descobrimos a agricultura, a varíola passou das vacas para o homem. Depois crescemos em cidades com mais de meio milhão de pessoas e o sarampo passou dos animais para o homem. Há 100 anos, o VIH existia em chimpanzés e só havia 30 mil em África, isolados, mas o homem invadiu o território deles e o vírus saltou a barreira da espécie. Cada vez mais há pressão em territórios como o dos morcegos, que são o habitat natural dos coronavírus. Portanto, a melhor forma para estarmos preparados é prevenir, através de uma forma inteligente de viver com a natureza. E não a que temos tido.

ralbuquerque@expresso.imprensa.pt

Algarve quer alargamento do lay-off para um ano

Hotelaria e restauração empregam 60 mil pessoas e quase 80% das empresas vivem do turismo. Governo pondera medidas específicas para a região

Só em março deste ano, o desemprego no Algarve aumentou 41,3% em relação ao mesmo mês de 2019 (de 15.305 para 21.636 desempregados). Numa região onde a economia está, na sua quase totalidade, direta ou indiretamente ligada ao turismo, a pandemia de covid-19 provocou um autêntico terremoto, que pode ainda estar apenas no início. Mesmo com um eventual abrandamento das medidas de contenção, a partir de maio, o verão não será como dantes. Os empresários pedem medidas de apoio, a começar pelo alargamento do *lay-off* para um período de um ano.

“Tínhamos acabado de sair da época baixa, que é um período deficitário em termos de caixa, e quando nos preparávamos para reiniciar a atividade em força acontece isto. A retoma nunca vai acontecer antes da Páscoa de 2021”, diz Elidérico Viegas, presidente da Associação de Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA), que estima, até agora, uma perda de faturação entre €300 e €400 milhões. Com dúvidas sobre quando a aviação voltará a funcionar e em que condições, este verão apenas o mercado nacional poderá minimizar o avolumar de prejuízos da hotelaria algarvia. Poucos acreditam que a ocupação ultrapasse os 15% ou 20%, quando costuma situar-se acima dos 80%.

Dos mais de 400 associados da AHETA, “todos” suspenderam a atividade e entraram em *lay-off* ou avançaram para despedimentos, refere Elidérico Viegas. E há casos de unidades que fecharam mesmo definitivamente. “Sem apoios, é provável que mais venham a fechar, com o consequente aumento do número de desempregados. É preferível para o Governo que os trabalhadores sejam colocados em *lay-off* em vez de irem para o subsídio de desemprego”, defende.

A hotelaria e restauração, no Algarve, emprega cerca de 60 mil pessoas. Mas, na região, “quase 80% das empresas vivem direta ou indiretamente do turismo”, refere a Associação de Comércio e Serviços da Região do Algarve (ACRAL), que esta semana também veio pedir mais medidas de apoio, além das linhas de crédito anunciadas. “É crítico o Governo injetar dinheiro rapidamente na economia, sob pena de as empresas ficarem insolventes, colocando milhares de pessoas no desemprego e criando um colapso económico dificilmente ultrapassável”, alertou o presidente, Paulo Alentejano.

Perante este cenário, o Executivo está a ponderar adotar medidas específicas para o Algarve. A extensão do *lay-off* para um ano é uma delas. Mas a atribuição do rendimento social de inserção a mais pessoas ou a possibilidade de as empresas recorrerem a fundos europeus para colocarem funcionários em formação em contexto de trabalho são outras hipóteses que poderão vir a ser anunciadas nos próximos tempos.

JOÃO MIRA GODINHO
sociedade@expresso.imprensa.pt

VERÃO

Lotação nas praias é decidida a 6 de maio

Manual irá definir regras que terão de ser seguidas por **concessionários e utentes**. Época arranca a 1 de junho

MICAEL PEREIRA

A boa notícia é que vai haver época banear este ano. A má notícia é que, por causa do risco de transmissão do coronavírus, haverá limites para a praia que vamos poder fazer. Logo a começar pelo espaço que vai ser permitido ocupar na areia.

Um dos pontos assentes na reunião que a comissão técnica de acompanhamento das águas balneares teve na quarta-feira é a obrigatoriedade de as autarquias estabelecerem lotações máximas para cada uma das praias concessionadas no país.

No encontro por videoconferência que juntou representantes da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), da Direção-Geral da Saúde (DGS), do Instituto de Socorros a Náufragos (ISN), da Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), e de mais sete entidades que compõem a comissão técnica das águas balneares, ficou claro que terá de haver um intervalo mínimo entre sombras e que o distanciamento social entre banhistas terá de ser mantido à custa de uma ocupação moderada das praias.

O conjunto de condicionantes a estabelecer como obrigações para o verão está agora a ser elaborado, em articulação com a DGS, de modo a incorporar medidas de mitigação da pandemia, e estará definido num manual que deverá ser aprovado na próxima vez que a comissão reunir, a 6 de maio.

Para já, ficou decidido que a época banear só poderá ter início a partir de 1 de junho, ao contrário do que tem acontecido noutros anos, em que alguns municípios habituaram-se a antecipar bastante essa abertura, como nos casos de Cascais e Albufeira, que costumam arrancar a 1 de maio.

Praia a praia

A opção de só autorizar o início da época a partir de 1 de junho dará tempo para preparar no terreno o que ficar estipulado no manual, o primeiro do género a ser concebido para as praias, dado o carácter excepcional da pandemia e a complexidade logística e operacional que isso envolve. “Vão ter de ser encontradas soluções para cada praia, adaptadas às suas características específicas”,

esclarece Catarina Gonçalves, coordenadora do programa Bandeira Azul.

Nas praias em que o acesso for já de si condicionado pelo estacionamento, isso pode passar por reduzir os lugares disponíveis. Mas nas praias urbanas, onde há passeio marítimo e acesso irrestrito, o cenário é mais complicado e os concessionários deverão ter de participar ativamente no controlo da afluência de banhistas. É aos concessionários, entre restaurantes e cafés de praia, a quem cabe contratar nadadores-salvadores, sendo que é obrigatório haver dois nadadores-salvadores para cada 100 metros de frente de mar.

O diretor do ISN, o comandante Velho Gouveia, explicava esta semana ao Expresso que, apesar de os cursos para nadadores-salvadores terem sido suspensos este ano por causa do estado de emergência nacional, as licenças emitidas no ano passado viram a sua validade estendida. A dúvida está mais em saber se os 513 polícias marítimos que trabalham em toda a costa serão suficientes para multar quem furar as regras.

mrpereira@expresso.impresa.pt



Poupar energia em casa

Quarentena obriga a mudanças em casa, algumas temporárias e inesperadas, outras espera-se que definitivas

Fazer a transição para uma economia verde significa quase criar um mundo novo. E agora que o mundo é literalmente a nossa casa, convém também repensá-la através de algumas ações óbvias, de outras menos óbvias, e ainda das que eram verdade noutro tempo mas que devem agora ser interrompidas. Começamos pelas últimas.

O aumento do consumo de água e energia durante a quarentena tem feito subir as faturas, especialmente nas cerca de um milhão de casas com tarifa bi-horária. O aviso foi deixado pela Deco ainda em março: nestes casos, a fatura pode subir até 25 euros mensais, o que significa que agora “a tarifa bi-horária deixa de compensar”. É o contrário do que até aqui acontecia, em que quem aproveitava as horas de vazio poupava não só dinheiro como emissões de carbono

— nessas horas o consumo da rede vem muitas vezes de energias renováveis, como a eólica. Mas este é um tempo de exceção.

Conselho no mesmo sentido contraintuitivo já o Expresso tinha dado em relação à máquina de lavar roupa: até aqui, sempre a baixa temperatura; durante a pandemia, e por recomendação da Direção-Geral da Saúde, nas temperaturas mais altas, para impedir que o vírus se propague.

A covid-19 não apaga ações mais óbvias, que já deviam estar em casa há muito tempo. Apagadas devem estar sempre as luzes e os aparelhos que não estiverem a ser usados, sendo de evitar a função *standby*, a menos que a casa tenha tomadas inteligentes. Segundo a EDP, o consumo de energia no domicílio subiu 20% entre o início do estado de emergência, a 19 de março, e 8 de abril. Como medida extraordinária, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos reduziu 3% a tarifa de energia aplicável ao mercado regulado, mas agora que até a escola está na televisão, e os olhos colados a vários ecrãs, todas as medidas são poucas. Tanto a

sala como o quarto têm muito por onde poupar se olharmos para aparelhos e tomadas.

Na cozinha, o frigorífico é um dos grandes consumidores de energia, o que significa que não deve estar sempre a ser aberto e fechado. Assim como não deve estar perto de fontes de calor ou abrigar comida ainda quente. O mesmo vale para o congelador, que se rege pelos mesmos princípios.

Já na casa de banho, nenhuma tentação é tão forte em época de confinamento quanto um banho de imersão. É uma boa ideia, estragada por um mau resultado. O desperdício de água deve ser evitado em qualquer ação, se necessário com recurso à bricolage: esta é a altura para fazer reparações em pequenas fugas ou torneiras a pingar.

Em todas as divisões, abrir sempre, fechar nunca mais. Pelo menos até que o inverno volte ao país, portas e janelas abertas são a melhor opção: deixam que o sol entre e o ar corra, numa climatização natural que pode ser reforçada com o uso de plantas.

Muitos outros conselhos haveria para dar, nem todos aplicáveis a qualquer casa e nem todos acessíveis a qualquer bolso. Fica um último, para uma abordagem direcionada: ID Energia (www.idenergia.pt) é uma ferramenta *online* que permite perceber os seus consumos de eletricidade, água, gás, e não só, e compará-los com os de outras pessoas. A partir dela, e seguindo a tática de “testar, testar e testar” que nestes dias tanto ajuda a conter a covid-19, terá uma ideia mais precisa do que é urgente mudar.

JOÃO DIOGO CORREIA
jdcorreia@expresso.impresa.pt

VIDASUSTENTÁVEL
Nada muda se não mudarmos

edp | Expresso

TORNE A TELESCOLA
MAIS FÁCIL PARA SI
E PARA OS MIÚDOS.
A STAPLES AJUDA.



Vá a staples.pt e encontre o melhor para o tele-estudo.

STAPLES®

SAÚDE ANÁLISE

Adiamento Cuidados de saúde não urgentes estão parados há mais de um mês. Só em exames de diagnóstico, 20 milhões ficaram por fazer. Governo promete retomar a atividade programada nos próximos dias, mas o regresso à normalidade ainda vai demorar

Covid deixa mais de 4 mil cancros por diagnosticar

VERA LÚCIA ARREIGOSO

A pandemia mantém o Sistema Nacional de Saúde fechado aos cuidados não urgentes há mais de um mês e os efeitos adversos vão surgir. Sensível à demora, a oncologia é das áreas mais afetadas. Os prestadores garantem que ficaram por fazer 20 milhões de atos, a maioria exames de diagnóstico e análises clínicas, e a Liga Portuguesa Contra o Cancro parou os 30 mil rastreios mensais a tumores. O prognóstico não é bom: mais de quatro mil pessoas estarão com cancro sem saber.

A estimativa sobre a ausência de diagnósticos de doença oncológica é feita pela Sociedade Portuguesa de Gastrenterologia (SPG). Só na área dos cancros do aparelho digestivo, são detetados todos os meses, em média, 1440 tumores, nomeadamente através de colonoscopias, endoscopias e outros exames que desde a pandemia praticamente deixaram de se realizar.

Com base nos dados mais recentes do Globocan, o observatório de cancro da Organização Mundial da Saúde, os especialistas admitem que o primeiro mês de suspensão desta atividade terá impedido, no total, o diagnóstico de 4849 novas neoplasias. Entre elas, 856 colorretais, 581 da mama, 551 da próstata, 440 do pulmão, 240 do estômago ou 135 do pâncreas.

Só através do programa de rastreio ao cancro da mama da Liga Portuguesa contra o Cancro, realizado à margem da rede para exames e análises, estarão por identificar 75 novas doentes. Em média, em cada mil rastreios 2,5 dão positivo e por mês são feitos 30 mil.

Mas é o fecho da atividade programada na generalidade dos privados e dos hospitais públicos que está a adiar a má notícia. “No último mês, desde que o Governo decidiu suspender tudo o que não fosse urgente, estão congelados mais de dez milhões de atos só para utentes do SNS e mais de 20 milhões se incluirmos os beneficiários de subsistemas de saúde, como a ADSE”, afirma Abel Bruno Henriques, secretário-geral da Federação Nacional dos Prestadores de Cuidados de Saúde. E explica: “Produzimos mais de 90% dos atos em ambulatório, portanto o SNS está congelado. Temos contabilizada uma redução de 80% nas análises clínicas, 95% na imagiologia e 100% em exames de cardiologia ou de gastrenterologia, como endoscopias ou colonoscopias, por exemplo.”

Abel Bruno Henriques resume: “É uma pandemia paralela, que resulta do adiamento do diagnóstico e tratamento das restantes patologias.” As únicas áreas que se mantêm são a diálise e a radioterapia.

Além da falta de exames, também não há acesso a consultas presenciais. “As primeiras consultas estão reduzidas e é muito difícil fazer diagnóstico por telefone, e além disso os doentes têm medo de ir ao hospital”, explica o presidente da SPG, Rui Tato Marinho. “Estamos preocupados com os efeitos colaterais da covid. A pandemia está a matar 20 a 30 pessoas por dia e só os cancros do

aparelho digestivo matam 24 a 25. A grande maioria não tem 80 anos como as vítimas da covid”, alerta. Outro exemplo apontado é o transplante hepático, “que está parado em Lisboa por falta de profissionais, que se contaminaram, e já morreram pessoas” (ver texto ao lado).

Responsável pelo Programa para a Área das Doenças Oncológicas, da Direção-Geral da Saúde, José Dinis não tem dúvidas de que “a oncologia devia ter também um gabinete dedicado, como a covid-19, pois um atraso pode comprometer a sobrevivência”. O Governo sempre disse que as doenças oncológicas são prioritárias, mas só as três unidades do Instituto Português de Oncologia (IPO) têm conseguido manter a atividade, ainda que com adaptações.

Doentes têm medo de ir ao hospital

“Vários colegas têm-me dito que têm de telefonar para convencer os doentes a virem às consultas ou até a vir fazer a quimioterapia. Estão a faltar muitos doentes no hospital de dia”, conta o responsável da DGS e investigador do IPO-Porto. “Neste momento já existem mais condições e é preciso avançar, pois o ‘Portugal profundo’ vive dos prestadores privados convencionados. Vai ser precisa muita arte e engenho para recuperar o atraso.”

E é na recuperação que o presidente da liga contra o cancro tem vindo a pensar. “Nota-se uma diminuição de procedimentos, por exemplo de radioterapia, e há alguns adiamentos de cirurgias, mas estou convencido de que os hospitais estão a conseguir organizar-se. Depois da decisão do Governo, a Liga estará pronta

ESPERA

300

mil consultas com o médico de família, 180 mil consultas hospitalares e nove mil cirurgias não foram realizadas no SNS durante o mês de março, contabiliza o Ministério da Saúde

30

mil mamografias foram adiadas. Estima-se que 2,5 por mil mulheres rastreadas têm um resultado positivo, ou seja, não terão sido diagnosticados 75 novos cancros

90%

dos atos em ambulatório (exames, análises e vários tratamentos) são prestados por privados, fechados desde meados de março

para em dois ou três dias começar a dar resposta, embora com menos rastreios por dia para proteção de todos. A prioridade será para a aferição de exames”, afirma Vítor Rodrigues. “Estamos a perder algum tempo, mas terá uma consequência muito reduzida no prognóstico.”

À margem do ‘SNS suspenso’, os IPO asseguram que, tanto quanto possível, tudo tem sido feito para manter os cuidados. “Temos ajustado a dinâmica funcional, sendo que tudo o que era urgente foi tratado como urgente. Continuamos a ter consultas — as não presenciais subiram de 191 para 1650 — e mantivemos a capacidade de resposta em tratamentos, sempre que possível substituindo as terapêuticas endovenosas por orais para reduzir a permanência no IPO. Implementámos também o fornecimento de medicamentos em ambulatório”, adiantam os responsáveis do IPO-Coimbra.

Em Lisboa, o IPO também se adaptou. “Realizamos primeiras consultas e mantivemos todas as de seguimento. Nos casos em que se considerou não haver prejuízo para os doentes, fizeram-se teleconsultas ou remarcações. Mantivemos a atividade cirúrgica e aumentámos os tratamentos de quimioterapia, radioterapia e imuno-hemoterapia.”

Na região mais atingida pela covid-19, foi preciso adiar alguns cuidados e o IPO-Porto já está focado no dia seguinte. O hospital estima uma redução de 6% nos mais de 100 mil atos assistenciais, de 5% nos internamentos e de 10% nas cirurgias. Já as consultas por telefone aumentaram 4% e foram realizadas mais de 200 sessões diárias de quimioterapia.

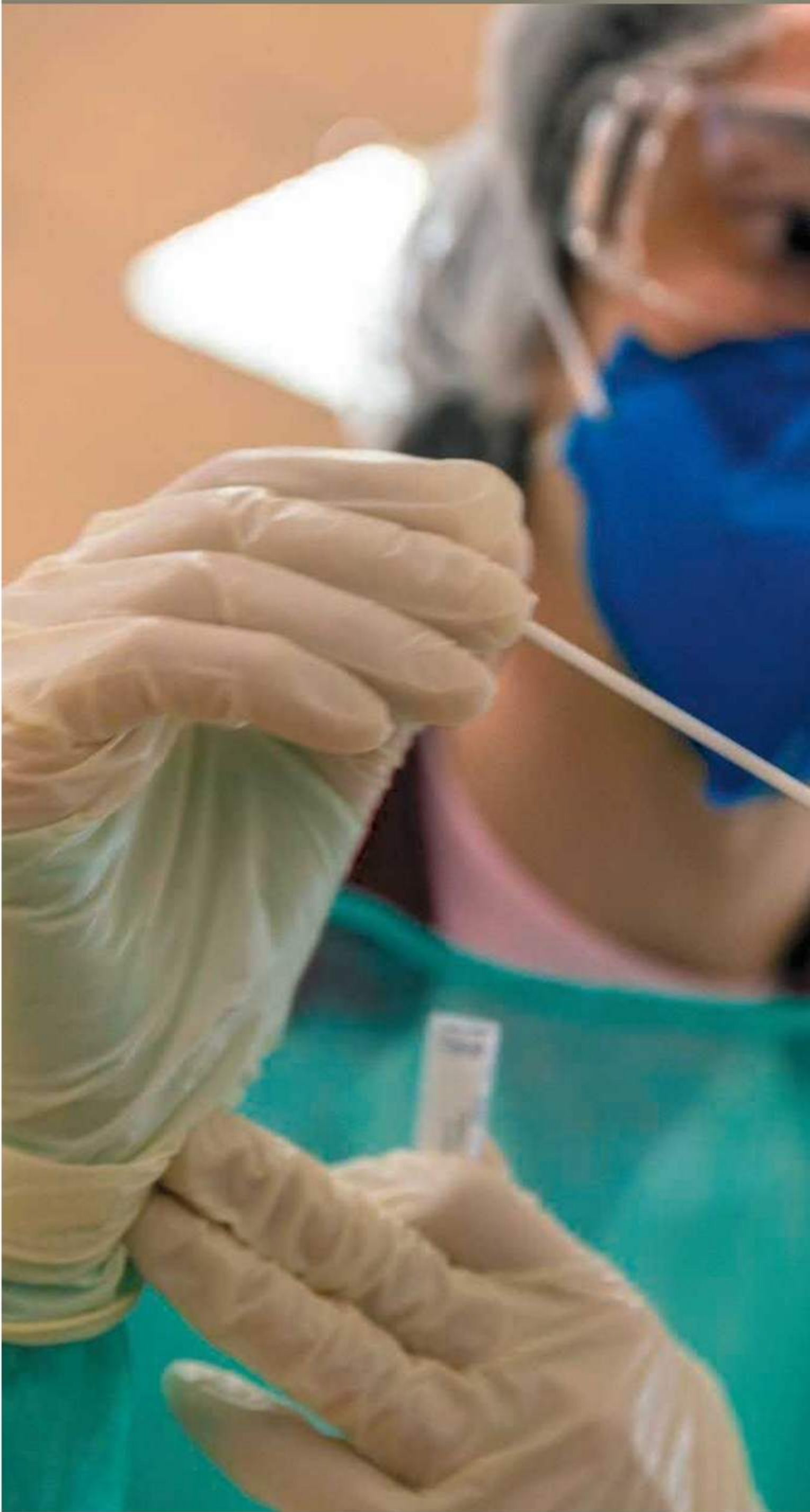
“Estamos a trabalhar prioritariamente num plano de recuperação para que o impacto da pandemia no acompanhamento regular de doentes seja o menor possível. Acreditamos que a maioria dos casos virão a ser diagnosticados nos próximos dois a três meses. Em algumas situações, tal não terá um impacto clínico significativo, mas em outras o potencial de impacto negativo é relevante”, afirma o presidente do IPO-Porto, Rui Henrique. Numa ideia é taxativo: “Não vai haver um ‘regresso à normalidade’ mas sim uma ‘evolução para uma nova normalidade’ e é de esperar que a ‘nova normalidade’ implique uma eficiência inferior ao que estávamos habituados.”

Mas não é só no cancro que há efeitos adversos da pandemia. “A patologia grave, como enfarte ou AVC, cuja precocidade de tratamento melhora muito o prognóstico, diminuiu na Urgência. Trombólises, trombectomias e intervenções coronárias na fase aguda diminuíram 26%. É muito preocupante”, alerta Luís Campos, presidente da Comissão de Qualidade da Federação Europeia de Medicina Intensiva. O especialista refere ainda que “há descompensação de doenças crónicas porque os doentes não estão a ir ao médico ou fazem-no tarde, enquanto outros sofrem mais tempo, com o adiamento das cirurgias”. Luís Campos alerta: “É preciso retomar a atividade, garantindo a proteção.”

A ministra da Saúde afirma que o SNS vai reativar os cuidados programados, suspensos a 16 de março, mas ainda não explicou como. O Expresso tentou saber qual é a estratégia, mas não teve resposta.

varreigoso@expresso.imprensa.pt

EPIDEMIA



TESTES Portugal continua a ser dos países com o maior número de análises. Já em preparação estão as análises

Menos 60% de transplantes quando mais se necessita deles

Necessidade de transplantar corações e pulmões aumentou, mas as doações caíram drasticamente. Cirurgias eletivas estão suspensas

A vida de Paula Martins, de 56 anos, chegou a ter data marcada para mudar: 31 de março. Mas a pandemia não permitiu que o transplante renal de dador vivo, há muito aguardado, acontecesse. Agora, a data fundamental é outra — 4 de maio —, quando deverão ter início as sessões de diálise. Insuficiente renal desde 1994, consequência de uma gravidez mal sucedida que a transformou em doente crónica, esta administrativa de um centro de saúde em Gaia está inconsolável.

“Estou desesperada, a minha vida parou. Os resultados das análises pioraram e eu, que tentei tanto não entrar em diálise, agora não vou escapar”, desabafa. As consultas no Hospital de Santo António, no Porto, passaram a ser feitas pelo telefone, e o que mais a assusta é não haver um fim à vista: “Quando pergunto quando poderei ser operada, respondem apenas ‘em breve’.” Se tudo correr bem, espera ser finalmente operada em setembro.

Paula é um exemplo da quase paralisação dos transplantes desde o início da fase de mitigação da pandemia. As



s para deteção do novo coronavírus. Em média, por dia são processadas mais de 14 mil amostras. No total, até quinta-feira tinham serológicas para quantificar a presença de anticorpos, ou seja, avaliar a imunidade face à epidemia FOTO ANA BAIÃO

Um quarto dos doentes críticos precisa de diálise contínua

Equipamentos para compensar a falência renal aguda são tão importantes nos Cuidados Intensivos quanto os ventiladores

Enquanto o mundo compete por mais ventiladores, até 25% dos doentes mais graves com covid-19 sofrem de insuficiência renal aguda e necessitam de equipamentos de hemodiálise 24 sobre 24 horas. Nos Estados Unidos, os hospitais entraram em colapso pela falta deste suporte. Em Portugal, a situação está sob controlo, mas se o surto aumentar os fabricantes podem não conseguir atender às necessidades. Em Lisboa, o Hospital de Santa Maria, o maior do país, teve de reforçar esta área e já contratualizou mais equipamentos.

“A experiência que testemunhamos repete a dos grandes centros internacionais, nomeadamente Itália, com cerca de um quarto dos doentes admitidos no Serviço de Medicina Intensiva a desenvolverem lesão renal aguda, com necessidade de diálise contínua”, confirma João Ribeiro, diretor dos Cuidados Intensivos de Santa Maria. O médico sublinha, contudo, que não há evidência científica de que a covid-19 aumente o risco de doença renal crónica, assumindo ser “cedo para saber se ficarão dependentes de diálise”.

Em consequência desta situação, “houve necessidade de o hospital se dotar de dispositivos adicionais para realizar estas técnicas específicas de hemodiafiltração contínua para fazer face às necessidades que se antecipam vir a aumentar com a ocorrência do surto pandémico de coronavírus”, explica João Ribeiro. São equipamentos sofisticados, diferentes dos utilizados em centros de diálise para doentes renais crónicos, e que em Portugal são fornecidos apenas por dois fabricantes. O Santa Maria tinha oito dispositivos, utilizados nos Cuidados Intensivos e na Nefrologia, mas desde o início da pandemia reforçou-se com quatro máquinas e já tem mais contratualizadas.

Mesmo assim, o médico confessa que, “se ocorrer um surto semelhante ao de Nova Iorque, o país poderá sofrer a limitação destes sistemas de diálise”. E até já pensou “numa solução que, não sendo ideal, pode ser necessária”, em que uma mesma máquina é usada parte do dia por um doente e outra parte por outro. “Mas seria uma situação de calamidade”, conclui João Ribeiro, que não vê o agravamento como uma hipótese apenas teórica.

Mais do que máquinas

Este especialista sublinha, contudo, que o problema português não se resume a ventiladores ou sistemas de diálise. “A mensagem de que temos poucas camas de cuidados intensivos (6,4 por 100 mil habitantes) passou, mas é preciso explicar que, além da escassez física, faltam recursos humanos.” Portugal tem cerca de 250 intensivistas e, segundo o Colégio de Medicina Interna da Ordem dos Médicos, a cuja direção João Ribeiro

pertence, seriam necessários 800. “É uma lacuna estrutural do SNS”, conclui.

Manuel Pestana, diretor do Serviço de Nefrologia do Hospital de São João, no Porto, concorda que os doentes infetados apresentam uma “prevalência elevada de alterações da função renal” no momento em que dão entrada no hospital e que aqueles que acabam por ser internados podem desenvolver frequentemente “formas graves de insuficiência renal, que obrigam a realizar diálise urgente”. A razão ainda está a ser estudada e pode passar pela capacidade de o novo coronavírus infetar diretamente as células renais ou atingir de forma especialmente grave pessoas com doença renal prévia, como acontece com outras infeções causadas por vírus predominantemente respiratórios, como o H1N1 ou o SARS. Uma situação de risco para os diabéticos, com uma prevalência de 40% desta patologia.

O médico não tem dúvidas de que “a associação entre insuficiência renal e infeção por covid-19 é muito relevante, não só porque surge maioritariamente nos doentes mais graves, mas também porque obriga a dispor de recursos técnicos adequados ao seu tratamento, constituindo

Nos casos mais críticos do São João, de doentes com circulação extracorpórea, a insuficiência renal aguda chega a 50%

um indicador reconhecido de mau prognóstico, que contribui para influenciar negativamente a mortalidade”. No São João, entre 10% a 15% dos infetados com covid-19 internados nos Cuidados Intensivos apresentam insuficiência renal grave e necessitam de diálise. Nos casos mais críticos, que têm de recorrer ao mecanismo de circulação extracorpórea (ECMO), essa percentagem chega a 50%. Mas, segundo o responsável, o plano de contingência acautelou as necessidades de equipamentos.

No Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC) a situação também não exigiu até agora o reforço de equipamentos de diálise, como explicaram ao Expresso, por escrito, os diretores do Serviço de Medicina Intensiva, Paulo Martins, do Serviço de Nefrologia, Rui Alves, e a coordenadora de hemodiálise, Helena Sá. “Estes doentes desenvolvem um quadro clínico sistémico, com envolvimento multiorgânico, que afeta, além dos pulmões, os rins, o fígado, a coagulação e o aparelho cardiovascular. A insuficiência renal aguda é uma complicação presente, mas não causou entre nós a proporção de outros países nem condicionou a falta de aparelhos para o suporte destes doentes.” Dos 19 internados nos Cuidados Intensivos, 10,5% apresentaram falência renal aguda com necessidade de diálise contínua, mas, como as situações não ocorreram em simultâneo, os recursos foram suficientes. C.M.



Paula Martins viu o transplante de rim ser adiado e, por isso, terá de começar a fazer diálise
FOTO RUI DUARTE SILVA

cirurgias pré-marcadas foram suspensas e apenas os casos mais graves têm autorização para avançar. O Instituto Português do Sangue e da Transplantação (IPST) avança ao Expresso que o número destas cirurgias diminuiu 60% só no mês de março, em relação ao mesmo período de 2019. Destas, cerca de 90% são transplantes renais.

As doações caíram 68%, invertendo uma tendência que se vinha verificando, já que, até setembro do ano passado, os dadores tinham aumentado 5%. E, segundo o Instituto, assim continuou nos primeiros dois meses deste ano. Em março, no entanto, tudo mudou. “A pandemia teve impacto na doação, porque,

por um lado, na fase de mitigação em que nos encontramos, a atividade eletiva está suspensa e apenas se realizam transplantes em situação de urgência e superurgência; por outro lado, a pandemia sobrecarrega principalmente as unidades de cuidados intensivos, preferenciais na doação e que asseguram em muitos casos os pós-operatórios imediatos dos doentes transplantados, reduzindo muito os recursos.”

“Não temos dados da lista de espera do primeiro trimestre de 2020, mas a lista de recetores de órgãos urgentes e superurgentes, muito variável semanalmente, tem aumentado nestes dois últimos meses, sobretudo de pulmão e coração, devido à escassez de dadores”, diz o IPST.

Quanto às cirurgias como a de Paula Martins, não há um compromisso de data, apenas a certeza de que “a atividade de transplantação com menor grau de urgência será retomada à medida que as

condições das instituições de saúde se forem restabelecendo e o número de dadores for aumentando”. Questionado pelo Expresso, o conselho diretivo do IPST é claro, dizendo temer que os efeitos da pandemia possam afetar os resultados da atividade de transplantação em Portugal — tradicionalmente um dos países com melhores resultados nesta área. “Não podemos prever quando os hospitais irão retomar todas as atividades que tinham antes”, referem os responsáveis.

O sector dos transplantes viu-se envolvido também em polémica, com a intenção da tutela de transformar o Hospital Curry Cabral, centro de referência nesta área, em Lisboa, num centro de atendimento exclusivo de doentes com covid-19. O diretor do Serviço de Cirurgia Geral e Transplantação chegou a apresentar a demissão, mas, com o evoluir da pandemia e os números menos expressivos do que se chegou a temer, adiou a decisão.

Mas nem tudo correu mal. No Hospital de Santa Cruz, na Grande Lisboa, um homem de 38 anos recebeu um raro transplante duplo de rim e coração. Entrou com uma grave doença cardíaca de origem genética, esteve internado seis meses, período em que acabou por perder um rim. “Houve muita indecisão no período inicial da pandemia porque, embora não haja evidência científica de que o vírus se transmita pelos órgãos transplantados ou pelo sangue, a dificuldade no diagnóstico da infeção causou um abrandamento muito forte no início”, confessa José Pedro Neves, diretor do Serviço de Cirurgia Cardiorácica do Hospital de Santa Cruz. E é por isso que defende ser necessário retomar a atividade de transplantação. “Podemos e queremos fazer mais.”

CHRISTIANA MARTINS
camartins@expresso.imprensa.pt

CRIME

Aumentam assaltos e arrombamentos a lojas e fábricas

O encerramento dos estabelecimentos por causa da pandemia é a principal causa

Durante o primeiro estado de emergência, decretado por causa da pandemia do novo coronavírus, aumentaram os roubos e furtos a estabelecimentos comerciais e a edifícios industriais. Os números são avançados pela PSP no seu relatório sobre os crimes que mais subiram e desceram entre 19 de março e 2 de abril, enviado ao Ministério da Administração Interna (MAI).

Estes furtos a lojas, cafés e fábricas subiram 5% (de 156 para 162 casos) em relação ao mesmo período do ano anterior. Os métodos mais frequentes utilizados pelos ladrões foram o arrombamento, o escalamento ou o uso de chaves falsas. Já os roubos — quando o assalto

é praticado com violência — dispararam 40% (de 10 para 14 casos), embora o seu universo seja reduzido.

De acordo com especialistas ouvidos pelo Expresso, existem algumas razões para este fenómeno, nenhuma delas relacionada com a libertação dos 2 mil reclusos das cadeias por receio de contágio com a covid-19, uma vez que este processo teve início há apenas duas semanas.

“O facto de os edifícios comerciais se encontrarem encerrados e sem funcionários faz aumentar o chamado furto de oportunidade. O mesmo se passou em Espanha”, explica João Paulo Alvelos, membro do Conselho Consultivo do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo (OSCOT). Este responsável lembra ainda que as forças de segurança estão neste momento mais focadas na fiscalização

da circulação automóvel e noutros pontos sensíveis, como os cordões sanitários, para evitar a propagação do vírus. “Estão criadas as condições para a falta de segurança nestes estabelecimentos comerciais.”

Jara Franco, outro especialista em segurança, corrobora: “O encerramento destas lojas é apetecível para os assaltantes. Com a quarentena, estes edifícios estão mais vulneráveis.” A Associação de Diretores de Segurança de Portugal, a que preside, tem dados sobre as tentativas de intrusão nestes estabelecimentos durante a pandemia. “Houve algum acréscimo da ativação dos sistemas de alarmes instalados.” Em alguns casos, as sirenes têm desmotivado os roubos. Noutros, as equipas da PSP chegam a tempo de evitar os assaltos. Mas nem sempre tudo corre tão bem. “Regra geral, os ladrões procuram dinheiro de caixa e também alguns bens de consumo.”

Foi o que aconteceu numa mercearia da Baixa lisboeta há poucos dias, quando as ruas estavam desertas. “Os ladrões partiram a montra e levaram fruta”, conta um comerciante que prefere não ser identificado. Uma pastelaria situada no

bairro de Alvalade também foi alvo recentemente de um assalto. “Partiram o vidro, roubando o dinheiro que estava na caixa e embalagens de chocolate. O assalto deu-se pelas 22h. Antes ainda estaríamos abertos a essa hora, mas agora encerramos mais cedo por causa do vírus”, conta uma funcionária.

As associações de comerciantes estão atentas ao fenómeno, mas não se mostram demasiado alarmadas. “Pode haver uma ligeira subida neste tipo de assaltos, sobretudo pelo facto de os espaços estarem fechados e haver menos policiamento. Sabemos que os estados de emergência são propícios ao pequeno delito. Já sensibilizámos o Governo para esta matéria”, afirma Nuno Camilo, vice-presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal.

Também Armando Correia, que preside à Associação de Comerciantes de Cascais, tem conversado regularmente com os responsáveis de segurança da autarquia e com a PSP sobre o assunto. “Receávamos que, com o encerramento do comércio, disparassem os assaltos, mas tem havido um reforço da segurança no local. Só tivemos a queixa de um restaurante

assaltado, ainda no início do estado de emergência.”

Menos carteiristas

Os dados da PSP, que ainda podem vir a ter acertos estatísticos, revelam também os casos com evolução positiva durante o primeiro estado de emergência. O maior decréscimo vai para os furtos feitos por carteiristas, registando-se uma diminuição de 97% (de 534 para 14 casos). Também os furtos de oportunidade a objetos não guardados são menos 84% do que no período homólogo. Ambos se devem sobretudo à quebra abrupta de turistas nas ruas e transportes públicos.

Também são muito menos os condutores apanhados com uma taxa igual ou superior a 1,2 gramas de álcool por litro de sangue (menos 93%). Um fenómeno que está relacionado com a diminuição do tráfego rodoviário durante a pandemia.

Outro aspeto positivo, e possivelmente explicado pelo confinamento de milhões de portugueses, é a descida das ofensas à integridade física simples (agressões), que passaram de 846 para 315 casos.

HUGO FRANCO
hfranco@expresso.impresa.pt

Cibercrime cresce

Os ataques aos sistemas informáticos de instituições públicas e privadas têm aumentado nas últimas semanas. A Procuradoria-Geral da República já alertou que os cibercrimes multiplicaram-se desde o início da pandemia e poderão aumentar em 300% até ao final de abril. O cibertaque à EDP está a ser investigado pelo DIAP de Lisboa. O mesmo grupo de hackers tentou depois atacar os sistemas da Altice, sem sucesso. “A PJ regista uma subida nos ataques informáticos, nas tentativas de ataques ou nos pedidos de resgate a empresas”, refere fonte da Judiciária. O teletrabalho também é um alvo apetecível para hackers. Mas as potenciais vítimas estão mais atentas a e-mails ou SMS duvidosos e fazem cada vez mais denúncias. Segundo a PGR, foram recebidas 162 queixas, menos 30 do que o total do ano passado. H.F.

MIGRANTES

500 ‘refugiados’ vão ser testados

MAI reforça inspeção ao acolhimento de requerentes de asilo. Unidades turísticas serão opção de alojamento

RAQUEL MOLEIRO

São seis as unidades hoteleiras em Lisboa — todos *hostels*, com camaratas de beliches — onde cerca de 500 requerentes de asilo aguardam a finalização do seu processo de proteção humanitária. O levantamento é revelado ao Expresso pelo Ministério da Administração Interna (MAI) e é por aqui que vai começar o reforço da inspeção às condições de acolhimento destes migrantes depois do cenário desvendado, no passado fim de semana, pela pensão Aykibom!, em Arroios, onde em 40 quartos sobrelotados residiam 187 pessoas de 29 nacionalidades, das quais 138 infetadas com covid-19.

A par da fiscalização, muito em breve arranxa também nesses locais uma despiagem coletiva ao novo coronavírus: vão ser testadas as cinco centenas de requerentes de asilo hospedadas em Lisboa. Ambas as operações são articuladas entre o MAI, Ministério da Saúde, Ministério da Solidariedade e Segurança Social e Secretaria de Estado para a Integração e Migrações.

O Aykibom!, localizado na Rua Morais Soares, foi evacuado e 171 migrantes transferidos para a base militar da Ota, onde vão cumprir a quarentena no Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea. Mas esta foi uma resposta de emergência, inserida no plano de contingência da pandemia. O Governo está a estudar uma solução permanente que resolva a enorme dificuldade em arranjar alojamento para todos os pedidos espontâneos de proteção internacional em Portugal, que em cinco anos subiram 288% (de 442 em 2014 para 1716 em 2019), o que levou à rápida sobrelotação dos



No hostel Aykibom!, em Arroios, viviam 187 pessoas em 40 quartos. Dessas, 138 estavam infetadas FOTO TIAGO MIRANDA

centros do Conselho Português para os Refugiados (CPR) e ao recurso a alojamento externo (hostels, apartamentos e quartos arrendados), “também cada vez mais densificado e que nem sempre garante as condições desejáveis”, reconhecem.

De acordo com o MAI, “as alternativas às instalações usa-

Migrantes vão ser alojados em hotéis e alojamentos locais que a pandemia esvaziou de turistas

das para acolhimento desses requerentes de proteção internacional” podem a passar, a curto prazo, pelo aumento do número de unidades hoteleiras ou apartamentos em Lisboa, “aproveitando a menor pressão imobiliária e turística na capital”, diminuindo assim a sobrelotação dos espaços e o risco de contágio. Ou seja, os migrantes vão passar a ocupar as unidades que os turistas deixaram vagas na capital, muitas das quais se encontram atualmente fechadas, e os apartamentos de Alojamento Local também sem reservas devido à pandemia. O MAI equaciona igualmen-

te “alargar a sua colocação a outras zonas do país”, onde a pressão imobiliária não é tão forte.

Um migrante, vários responsáveis

A mais longo prazo, há outra solução em marcha, que passa pela anulação da necessidade de recorrer ao mercado de pensões e *hostels*. Mas o gabinete de Cláudia Pereira, secretária de Estado para a Integração e as Migrações, ainda não avança pormenores: “A revisão do modelo de acolhimento de população refugiada é um processo exigente, que

se encontra em curso, e que tem envolvido a auscultação de muitas entidades públicas e da sociedade civil implicadas no acolhimento e integração deste público-alvo”. Certo é que o enfoque não se vai resumir às necessidades dos refugiados. “O Governo está também a atuar no sentido de responder a todas as situações

Testes à covid-19 vão incidir sobre centenas de requerentes de asilo residentes em seis hostels de Lisboa

de imigrantes e populações ciganas, de modo a assegurar todos os cuidados de saúde que se impõem”, avançam.

A esmagadora maioria dos hóspedes do *hostel* de Arroios pediu asilo de forma espontânea, na fronteira aérea, quando aterrou em Portugal (não chegou ao país no âmbito de nenhum programa comunitário). A partir do momento em que o pedido é admitido para análise, o CPR é responsável pelo alojamento desse requerente de proteção, até ser proferida decisão do SEF. A verdade é que também a maior parte dos migrantes do Aykibom! já viu o seu pedido recusado, mas apresentaram recurso e nessa fase a responsabilidade do apoio deveria passar para a Segurança Social e para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML). “Refira-se que o CPR vem, desde há bastante tempo, a alertar as várias entidades para a questão da dificuldade de transição dos requerentes que ultrapassam a fase de admissibilidade para o acolhimento por outras entidades, nos termos da Lei do Asilo. Na verdade, toda esta situação é do conhecimento das entidades parceiras, bem como de outras entidades envolvidas na proteção em Portugal, sendo necessária a identificação de uma solução conjunta, que não sendo fácil, é urgente”, denuncia o CPR em comunicado.

Ao Expresso, a SCML explica que “está neste momento a apoiar financeiramente 816 pessoas requerentes de asilo, tendo um orçamento estimado para este ano de €700 mil, um acréscimo em relação ao valor do ano passado, que foi de €590 mil”, não tendo quaisquer obrigações em termos de alojamento.

rmoleiro@expresso.impresa.pt

ATIVIDADE FÍSICA



O tempo passado em frente aos ecrãs está a ocupar entre um quarto e um terço do dia das crianças
FOTO GETTY IMAGES

Crianças passam até 80% do dia paradas em casa

Isolamento leva a aumento significativo dos níveis de sedentarismo

ISABEL LEIRIA

Naquele que é o maior confinamento social da História — há estimativas que indicam que 4,5 mil milhões de pessoas estão atualmente com restrições de circulação —, Portugal integra a longa lista de países que mantêm as escolas encerradas (desde 16 de março) e a liberdade de movimento condicionada. Preocupados com a falta de oportunidades e espaços para a atividade física das crianças durante um período tão longo, investigadores de três instituições de ensino superior lançaram um inquérito para avaliar o impacto das restrições nas rotinas familiares. E os números são alarmantes.

As taxas de sedentarismo aumentaram de forma significativa e são particularmente elevadas na faixa etária dos 10 aos 12 anos: 84% do dia destas crianças são passados em atividades que não implicam qualquer movimento, como aulas *online*, conversas no telemóvel, redes sociais ou jogos em que estão paradas. As percentagens são menores entre os mais novos. Ainda assim, são de 72% na faixa etária dos 3 aos 5 anos e de 78% entre os 6 e os 9. Tudo isto sem contar com as horas de repouso durante a noite.

Estes são alguns dos resultados já obtidos pelos investigadores da Faculdade de Motricidade Humana, da Universidade de Lisboa, Escola Superior de Educação, do Politécnico de Lisboa, e Escola Superior de Desporto e Lazer, do Politécnico de Viana do Castelo, no estudo “O confinamento pela covid-19 em Portugal: efeitos nas rotinas das famílias com crianças com menos de 13 anos”.

O inquérito *online* foi lançado entre 23 de março e 1 de abril, na segunda semana do estado de emergência, e foi respondido por 1973 famílias, com 2167 crianças até aos 12 anos.

Comparando com outros indicadores recolhidos em períodos normais, em que as crianças saem todos os dias para ir à escola e participar em diversas atividades, verifica-se que o tempo sedentário ronda valores 20 pontos percentuais abaixo.

Questionados sobre a perceção que têm acerca da alteração de rotinas dos seus filhos, 70% dos pais consideram que houve um decréscimo de atividade física e 68% admitem que as crianças passaram a estar mais tempo em frente aos ecrãs, seja do telemóvel, do *tablet*, do computador ou da televisão.

Parte deste tempo decorre do facto de o ensino estar a acontecer todo à distância e de muitas escolas exigirem um número significativo de horas *online*,

em aulas por videoconferência. Mas é também fruto de um aumento daquilo a que os investigadores chamam ‘tempo lúdico de ecrã’.

Em relação ao tempo de lazer passado em frente a um ecrã, das respostas ao inquérito fica evidente que o hábito se acentua à medida que aumentam as idades. Ainda assim, mesmo entre os bebés entre os 0 e os 2 anos os pais dizem que praticamente um quarto do tempo (24%) em que estão acordados é passado em frente a um ecrã. Entre as crianças dos 10 aos 12 anos o valor sobe para um terço (33%) do tempo. Afinal, é também através do computador, do telemóvel ou da PlayStation ligada à televisão que conseguem manter o contacto com os amigos.

O estudo também permite perceber que fatores estão mais associados a altas taxas de sedentarismo. Em geral, quem vive em casas com espaço exterior ou onde habitam outras crianças tende a ter mais atividade física. Já as crianças de famílias em que os adultos estão em casa em teletrabalho apresentam taxas de sedentarismo mais elevadas. A idade também influencia — quanto mais velhos, mais parados —, mas as diferenças que existem normalmente entre sexos, com os rapazes mais ativos do que as raparigas, desaparecem neste contexto de confinamento, assinala Rita Cordovil Matos, uma das autoras do estudo e investigadora na Faculdade de Motricidade Humana.

Horas em frente ao ecrã

te contexto de confinamento, assinala Rita Cordovil Matos, uma das autoras do estudo e investigadora na Faculdade de Motricidade Humana.

Exercícios em família

Para esta investigação considerou-se como atividade física diária quer os jogos que implicam movimento (jogar às escondidas, correr, saltar), quer exercícios mais organizados, em casa ou no exterior, e também passear o cão. Dito isto, de acordo com as respostas dos pais ao inquérito, o tempo médio diário de atividade física totaliza pouco mais de duas horas. Este valor é metade do que acontece em tempos normais, quando ir todos os dias à escola, ter aulas de Educação Física, brincar nos recreios e praticar diferentes modalidades não é proibido e a duração média da atividade física é de cinco horas por dia.

Mas nem tudo é mau nestes tempos de pandemia e a grande maioria dos pais (83%) também disse que fazem mais atividades em família.

Perante estes resultados, e sabendo que ao sedentarismo estão associados outros comportamentos menos saudáveis, como uma alimentação com excesso de açúcares e gordura, os autores chamam a atenção para a importância de os pais assumirem as atividades físicas como muito importantes na rotina das famílias, já que as crianças estão a ter muito menos estímulos nesse sentido. E isso é possível mesmo estando em casa. Pais mais ativos geram crianças mais ativas, pelo que devem ser pensados exercícios em conjunto. E se é em frente aos ecrãs que elas passam grande parte do tempo, porque não apostar em videojogos que requerem que os jogadores se movimentem?

O inquérito continuará a decorrer durante o confinamento. As consequências para milhões de crianças e adolescentes, obrigados a viver a maior parte do tempo entre quatro paredes, separados dos amigos e colegas durante um período tão longo, só mais tarde se verão.

Os restaurantes deverão abrir primeiro que os hotéis na retoma que está a ser planeada para o turismo com a covid-19, até para servir as pessoas que gradualmente irão voltar ao trabalho.

Neste ‘novo normal’, preparam-se regras inéditas, como os restaurantes terem de medir a temperatura corporal dos clientes como controlo de entrada, algo que também será feito ao próprio pessoal. A associação AHRESP está a finalizar um guia com todas as condições a cumprir, validado pela ASAE, as autoridades de saúde e de turismo, detalhando a distância que terá de haver entre as mesas, o tipo de limpezas e desinfecções necessárias, normas para confeção e entrega de alimentos em *take-away* ou as formas como as pessoas poderão servir-se em *self-service* e em *buffets*.

Os restaurantes vão ter ainda recomendações específicas neste guia sobre como atuar “em caso suspeito”, devendo preparar para tal uma “zona de isolamento e um plano de contingência”.

Para dar confiança às pessoas de voltar aos restaurantes depois do esforço feito de confinamento em casa para acautelar riscos de contágio, o sector quer ter um ‘selo de qualidade’ no momento de reabertura, com base nos

Exercícios em família

Medir a temperatura aos clientes como controlo de entrada, limpezas e desinfecções constantes, zonas de isolamento para casos suspeitos é o que se prepara para o “novo normal” nos restaurantes

TRANSPORTES AINDA AGUARDAM ORIENTAÇÕES

Gerir aumento de passageiros em maio com lotação máxima dos transportes reduzida a um terço da sua capacidade será “complicado”. Máscara deverá ser obrigatória para passageiros e motoristas

As empresas de transporte rodoviário de passageiros pedem ao Governo que garanta, tal como foi referido pelo primeiro-ministro, que o uso de máscaras seja obrigatório para todos os passageiros e motoristas dos transportes públicos a partir do fim do estado de emergência. E admitem que poderá ser “complicado” gerir a lotação máxima de um terço da capacidade dos veículos, para assegurar o distanciamento social aconselhado, perante um esperado aumento de utentes no próximo mês.

Aumentar a oferta de transportes poderia ser uma resposta para garantir lugares suficientes para todas as pessoas que regressem ao trabalho e precisem dos transportes públicos. “A questão da ocupação dos veículos é socialmente sensível e economicamente muito impactante. Sem reforço do financiamento aos operadores não poderá haver reforço de oferta, o que criará problemas sociais que todos pretendemos evitar”, afirma Luís Cabaço Martins, presidente da Associação Nacional de Transportes de Passageiros (ANTROP), que reúne mais de 86 empresas de transporte rodoviário de passageiros, como a Vimca, Barraqueiro ou Rede Expresso. E alerta para a “situação financeira gravíssima” destas empresas, que tiveram uma quebra de 80% de utentes.

Mesmo com muito menos utentes em abril, registaram-se reclamações devido à falta de resposta. E o risco é que, para cumprir o limite máximo de um terço da ocupação, muitos passageiros possam não ter lugar, sobretudo em hora de ponta. A partir de maio, volta a ser obrigatório validar os títulos de transporte e a entrada passa a ser feita pela porta da frente dos autocarros.

Contactadas pelo Expresso, a maioria das operadoras de autocarro, barco, comboio e Metro, em Lisboa e no Porto, aguardam mais instruções para definir o seu funcionamento a partir de maio, nomeadamente quanto à oferta, à responsabilidade de fiscalização do uso de máscara ou controlo da lotação.

“Realizaremos os ajustes necessários na oferta que estejam ao nosso alcance”, garante a Carris. Já a STCP estabeleceu um acordo com a autarquia do Porto e com a polícia municipal, para colaboração na “manutenção da ordem pública”, evitando a “sobrelotação dos autocarros ou o não cumprimento do uso de máscara”.

RAQUEL ALBUQUERQUE
ralbuquerque@expresso.impresa.pt

RESTAURANTES MEDEM FEBRE DOS CLIENTES

Medir a temperatura aos clientes como controlo de entrada, limpezas e desinfecções constantes, zonas de isolamento para casos suspeitos é o que se prepara para o “novo normal” nos restaurantes

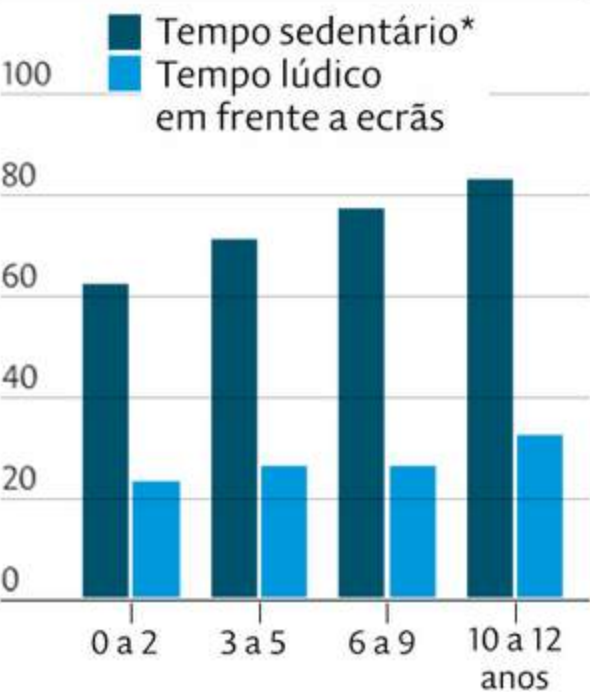
Os restaurantes deverão abrir primeiro que os hotéis na retoma que está a ser planeada para o turismo com a covid-19, até para servir as pessoas que gradualmente irão voltar ao trabalho.

Neste ‘novo normal’, preparam-se regras inéditas, como os restaurantes terem de medir a temperatura corporal dos clientes como controlo de entrada, algo que também será feito ao próprio pessoal. A associação AHRESP está a finalizar um guia com todas as condições a cumprir, validado pela ASAE, as autoridades de saúde e de turismo, detalhando a distância que terá de haver entre as mesas, o tipo de limpezas e desinfecções necessárias, normas para confeção e entrega de alimentos em *take-away* ou as formas como as pessoas poderão servir-se em *self-service* e em *buffets*.

Os restaurantes vão ter ainda recomendações específicas neste guia sobre como atuar “em caso suspeito”, devendo preparar para tal uma “zona de isolamento e um plano de contingência”.

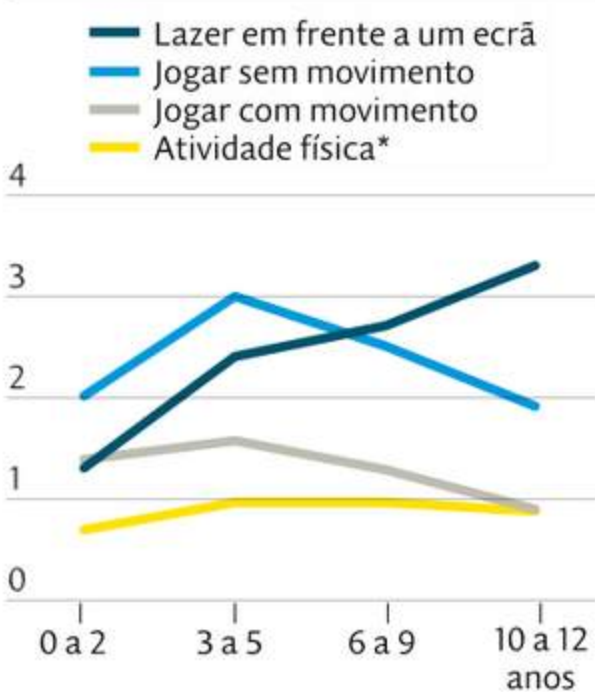
Para dar confiança às pessoas de voltar aos restaurantes depois do esforço feito de confinamento em casa para acautelar riscos de contágio, o sector quer ter um ‘selo de qualidade’ no momento de reabertura, com base nos

ATIVIDADES DAS CRIANÇAS ATÉ 12 ANOS



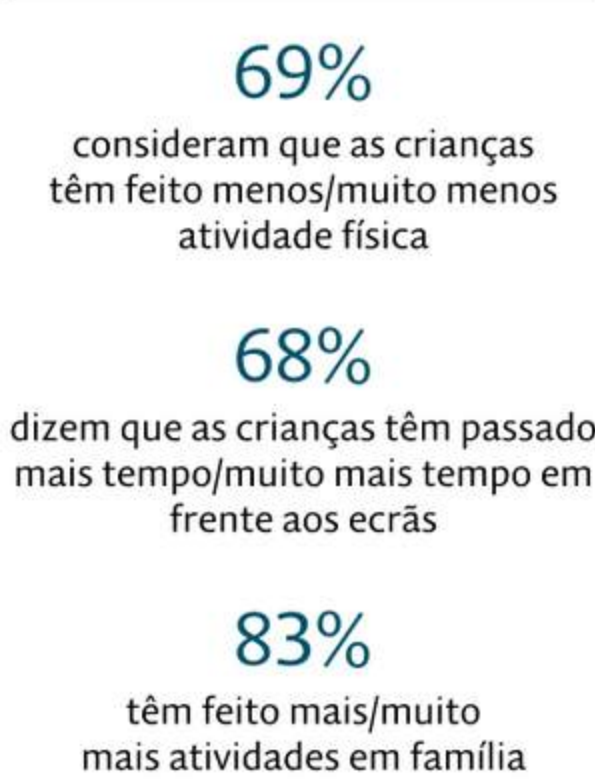
*Inclui horas em aulas online, redes sociais ou jogos em que não há movimento

TEMPO DIÁRIO DEDICADO A:



*Dentro e fora de casa, incluindo passear o cão

OPINIÃO DOS PAIS



FUTURO SUSTENTÁVEL

Mudar Seis personalidades falaram ao Expresso sobre como podemos recuperar a economia de forma sustentável

Caminhos para uma saída “verde” da crise

CARLA TOMÁS

Dois semanas depois de o ministro do Ambiente e da Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes, ter pedido a duas dezenas de personalidades portuguesas “que se pronunciassem sobre o modo como podemos valorizar as questões da sustentabilidade ambiental na saída da crise provocada pela covid-19”, ainda não se sabe a que conclusões chegou.

Na missiva dirigida a empresários, ambientalistas, cientistas e académicos, o ministro fez três perguntas relacionadas com a atual crise e as oportunidades para um futuro mais sustentável e uma “economia verde”. E assumiu que “há oportunidades para mudarmos o nosso modo de vida e construirmos uma sociedade mais justa, mais equilibrada e mais sustentável”.

Em nova mensagem enviada esta semana, Matos Fernandes agradeceu os contributos dos especialistas, considerando-os “essenciais para a tarefa de alinhar as prioridades da política ambiental nos próximos meses”. Para já, diz ter “uma primeira versão do documento” para a discutir com os pares do Governo. E em entrevista ao “Público” (publicada no domingo passado) adiantou algumas das medidas do “plano de ação”, entre as quais o “phasing out dos benefícios fiscais associados aos combustíveis fósseis”, a importância dos mercados de proximidade para abastecimento alimentar, a aposta na mobilidade elétrica, a possibilidade de mais gente continuar em teletrabalho e a promessa de um “mercado de arrendamento de longa duração no centro das cidades”, tudo medidas que contribuem para reduzir deslocações e, assim, emissões de gases de efeito de estufa e que coincidem com várias das propostas que recebeu.

Enquanto o “plano de ação” para uma saída mais sustentável da crise se mantém no segredo dos corredores do Ministério do Ambiente e de São Bento, o Expresso procurou perceber junto de seis dos especialistas contactados pelo ministro que ideias têm para um futuro mais “verde”.

O professor de Filosofia Viriato Soromenho Marques, o presidente da ZERO Francisco Ferreira, a especialista em energia e alterações climáticas Júlia Seixas, o geógrafo e ex-secretário de Estado do Ordenamento João Ferrão, o presidente da Confederação dos Empresários Portugueses (CIP) António Saraiva e o presidente da EDP António Mexia foram os seis a responder ao Expresso. Todos defendem uma “economia mais sustentável” perante a emergência climática e o conjunto de ameaças por esta potenciadas, como secas, inundações, incêndios, ondas de calor e outros fenómenos extremos a que Portugal é particularmente vulnerável. Alguns dos caminhos traçados para enfrentar estes cenários e futuras pandemias aproximam-se. Outros nem por isso.

“Recuperar o serviço militar obrigatório para defender as áreas protegidas e a floresta” Viriato Soromenho Marques, filósofo

“Esta é a grande oportunidade de operar uma verdadeira destruição criadora, ecologicamente orientada”, sublinha o professor de Filosofia e



FOTO GETTY IMAGES

ambientalista. Viriato Soromenho Marques apela a “um vasto consenso nacional” que permita desenhar uma “Estratégia Nacional de Sustentabilidade e Resiliência, liderada pelo Estado e por políticas públicas que não fiquem rendidas aos interesses das grandes multinacionais, movidas pela maximização dos lucros”. O filósofo defende que o Estado deve “recuperar o pleno controlo sobre a TAP e a ANA”; e que a construção do anunciado aeroporto no Montijo “deve ser afastada em definitivo”. Também gostaria de ver o fim do regime dos vistos *gold*, que classifica como “um disfarce para a lavagem de dinheiro com impacte especulativo no território”. Para o filósofo, “a economia verde não pode ser encarada como um sector paralelo e concorrente ao da economia dita normal”. Por isso, por exemplo, os apoios públicos às empresas “devem seguir critérios de sustentabilidade e excluir as que têm uma gigantesca pegada ecológica” e deve acabar-se com os privilégios fiscais aos combustíveis fósseis. Aumentar a capacidade de Portugal alimentar a sua população com uma agricultura sustentável, protegendo solos agrícolas e lançando “uma nova política de colonização interna, voltada para a diminuição das monoculturas desordenadas”, é outra das suas propostas. Já para reforçar a defesa das áreas protegidas, sugere o regresso do serviço militar obrigatório, que permitirá “mobilizar recursos humanos para fazer face à multiplicação de riscos e de eventos extremos”.

“Deve-se penalizar a aviação, aplicando IVA a 23% nos bilhetes de avião” Francisco Ferreira, ambientalista

Para o presidente da ZERO, “é necessário potenciar os avanços conseguidos nos últimos anos nas áreas das energias renováveis, da mobilidade sustentável, da agroecologia, do repensar produtos mais duráveis, reparáveis, reutilizáveis e recicláveis”. O ambientalista aposta no Pacto Ecológico Europeu “como elemento central para a construção de uma nova União Europeia, solidária, transparente, justa e em equilíbrio com a nossa base natural”. E lembra que “os compro-

missos de redução de emissões para 2030 e de neutralidade carbónica para 2050” são para manter. Entre as medidas propostas, defende ainda uma economia de base mais local e nacional, ao nível agrícola e industrial; aproveitar a nova realidade digital das reuniões virtuais e do teletrabalho para reduzir viagens e emissões poluentes; e ter em conta o impacto ambiental das empresas quando se aprovam empréstimos e investimentos. Na reabilitação urbana, propõe que se aposte na eficiência energética e no aproveitamento de energias renováveis; e no sector dos transportes que “se promovam os veículos 100% elétricos, se reforcem os transportes coletivos”. Considera ainda que “se deve penalizar a aviação, aplicando IVA a 23% nos bilhetes de avião, e para reduzir o recurso à aviação é crucial avançar com soluções de alta velocidade nas ligações Norte-Sul e Portugal-Espanha, com ligação ao resto da Europa”.

“É preciso terminar com os subsídios diretos e indiretos a todos os combustíveis fósseis” Júlia Seixas, engenheira do ambiente

A especialista em energia e alterações climáticas defende que, “estando a economia portuguesa assente esmagadoramente em pequenas e médias empresas, deve apostar-se na valorização distribuída, em detrimento de grandes empresas”. Sendo a economia também “aberta à inovação”, advoga que “isso deve ser aprovei-

tado para levar os consumidores a adotarem comportamentos novos, consumindo menos e sobretudo produtos e serviços com menos impacto ambiental”. Para se promover emprego e desenvolvimento local aposta na “valorização dos recursos endógenos, sejam eles energéticos, hídricos ou a nossa paisagem e biodiversidade”. Também o caminho para uma transição energética 100% renovável exige, em seu entender, “terminar com os subsídios diretos e indiretos a todos os combustíveis fósseis”, nomeadamente os que beneficiam as companhias de aviação. Já a agricultura deve “estar assente em processos naturais que permitam produzir alimentos de elevada qualidade, sem recurso a químicos e com baixa pegada hídrica e carbónica, a preços aceitáveis para todos”. Já no sector do turismo gostava de ver “alterado o atual paradigma, assente em modelos de usufruto curto e empacotado, para um modelo de maior duração com menos viagens de avião”. A especialista em energia também aponta a importância de “investimento maciço em eficiência energética e uso de renováveis nos edifícios e nos processos industriais de PME”.

“Apostar numa agricultura de produção local” João Ferrão, geógrafo

“Esta crise vai representar o fim de um ciclo, associado a um determinado paradigma de desenvolvimento e crescimento, e dar início a um outro ciclo de contornos ainda indefinidos”, afirma João Ferrão. O especialista em geografia humana espera que as pessoas percebam que “o progresso e a prosperidade terão de ir muito além das questões de ordem material e dos interesses de âmbito individual, visando o conceito de bem viver alargado”. Entre as medidas que aponta para este novo ciclo, o ex-secretário de Estado do Ordenamento do Território defende uma “regulação adequada dos usos e tipos de ocupação do solo, sobretudo em áreas sob forte pressão imobiliária e turística”; uma “nova fiscalidade verde, que não se resume a mais impostos e taxas”; e a criação de “uma maior resiliência do território, fortalecendo a rede de áreas protegidas”, que nos fornecem água

e outros serviços essenciais. A aposta numa “agricultura regenerativa, de produção local e circuitos curtos de abastecimento alimentar”, é, em seu entender, o caminho para garantir “a segurança e a soberania alimentar”. João Ferrão defende ainda “uma transição energética justa e que beneficie a economia e a sociedade, criando emprego e reduzindo a fatura energética do país”, ao mesmo tempo que melhora a saúde das populações e a qualidade do ar.

“Não podemos continuar a consumir matérias-primas como se estas fossem um recurso infinito” António Saraiva, empresário

O presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP) não tem dúvidas de que esta crise “revelou a dimensão da nossa enorme fragilidade” e que a “recuperação económica que se segue tem de ser seguramente mais verde”. O empresário lembra que “não podemos continuar a consumir matérias-primas como se estas fossem um recurso infinito”. Pensando “na aldeia global em que vivemos”, defende que “todos, seja na China ou nos EUA, têm de respeitar as regras da aldeia”. E, quando fala de regras, fala também das ambientais. Argumentando que “é preciso dar tempo às empresas para se adaptarem depois da crise”, António Saraiva defende que “esta crise também veio demonstrar-nos a importância de defender a produção nacional”. E espera que “a Europa apresente uma estratégia de reindustrialização que não nos deixe tão dependentes de outros”. Na perspetiva do empresário, “vamos assistir a um novo conceito de globalização”.

“A componente climática deve estar no centro do programa de recuperação económica” António Mexia, gestor

“A crise gerada pela atual pandemia veio sublinhar, de forma violenta, a importância de um modelo de desenvolvimento económico e social sustentável e a importância acrescida da resiliência institucional sobre a eficiência de curto prazo”, diz o presidente executivo da EDP. Para António Mexia, “este momento deve ser visto como uma oportunidade para consagrar o combate a duas crises — a climática e a económica — de uma forma integrada”. Por isso, considera “crítico planejar e implementar estratégias tendentes a uma maior resiliência económica e ambiental, como componente essencial da recuperação económica”, na qual “governos, companhias, indivíduos e sociedade civil terão um papel fundamental”. Entre as propostas avançadas estão “a consagração da componente climática no centro do programa de recuperação económica, em termos de geração renovável, redes inteligentes num contexto da indispensável eletrificação, da maior eficiência dos edifícios, descarbonização da indústria e das cadeias de transporte e logística”. Mas a seguir argumenta que “há que garantir a revisão da carga fiscal e incentivos, privilegiando critérios critérios ambientais, sociais e de governação corporativa nas decisões de investimento, discriminando positivamente os agentes económicos que demonstrem estarem empenhados numa sociedade mais transparente e sustentável e focando a estratégia de I&D em projetos que fomentem a referida economia sustentável”.

ctomas@expresso.impresa.pt



Acompanhe no Expresso e em expresso.pt/vidasustentavel. Participe, discuta e influencie a forma como olhamos para estes desafios. Porque a única certeza é a que está na assinatura deste projeto: Nada muda se não mudarmos.

ENTREVISTA

CONSUMO



A ministra da Agricultura diz que a compra de bens alimentares é cada vez mais feita na mercearia de bairro e menos nas grandes superfícies

Maria do Céu Albuquerque Ministra da Agricultura

“Não vai faltar comida no prato dos portugueses”

Texto VÍTOR ANDRADE
Foto OCTÁVIO PASSOS

O abastecimento de bens essenciais está garantido. Maria do Céu Albuquerque tenta agora mobilizar mão de obra para os campos e está convencida de que esta crise vai aproximar mais os consumidores dos produtos locais. O regresso à pequena agricultura no Interior é uma certeza.

Já há rupturas no abastecimento de bens essenciais, mesmo nos que são importados?
Nos frutos exóticos e na carne de vaca, em que somos deficitários, há restrições quer no transporte (alguns frutos chegam de avião), quer pelo facto de alguns dos países estarem a implementar medidas protecionistas. Mas não temos referência de falta de produtos no mercado interno. O que notámos foi que nos primeiros dias [de confinamento] houve uma diminuição da oferta na prateleira, por via de uma procura inusitada. Mas não está comprometido o abastecimento alimentar.

Como é que Portugal vai colmatar a falta de alimentos nos bens em que não existe autossuficiência?
Esse problema não se vai colocar. Estão garantidas entre os Estados-membros da União Europeia todas as condições para que a livre circulação de mercadorias se faça e, portanto, não é expectável que isso venha a acontecer.

Não há, portanto, razão para temer uma eventual falta de alimentos?
Não. Não vão faltar alimentos nas mesas dos portugueses. Não há necessidade de fazer consumos ou compras desmesuradas, porque a comida não irá faltar. Pelo contrário, aquilo que temos vindo a sentir na produção nacional é que há algum excesso em determinados sectores desta atividade por via da diminuição da procura. Por outro lado, o fecho dos restaurantes, hotéis e merca-

dos locais levou a que muitos destes produtos tivessem ficado por vender. Como não venderam tudo, os produtores congelaram produtos, organizaram cabazes, procederam às vendas eletrónicas. Para minimizar este impacto negativo.

Começa a haver queixas de que a distribuição está a esmagar os preços junto da produção para depois vender ainda mais caro. Há registo deste tipo de situações e de especulação de preços junto do consumidor?
Não. Há registo, sim, de algumas flutuações, em função de uma maior ou menor procura. Além disso, a ASAE está no terreno e, se houver fraude, intervirá de imediato.

Quais são atualmente os pontos mais críticos em toda a logística de abastecimento?
Sectores como o vinho, as flores, as hortícolas e os frutos, os queijos de pequenos ruminantes (ovelha, cabra), leiteiro e os ovos estão mais fragilizados, por falta de capacidade de escoamento devido à alteração dos hábitos de consumo. Em termos logísticos, houve uma situação pontual que foi rapidamente ultrapassada no Porto de Lisboa. Os portos estão a funcionar em pleno e têm planos de contingência. Não há razão para qualquer tipo de alarme. A cadeia está a funcionar desde a produção à distribuição e ao retalho.

TEMOS DE AUMENTAR A PRODUÇÃO NACIONAL PARA CONSUMO LOCAL, VALORIZANDO O INTERIOR DO PAÍS

A CADEIA ESTÁ A FUNCIONAR DESDE A PRODUÇÃO À DISTRIBUIÇÃO

As primeiras colheitas do ano estão aí e há várias situações de falta de mão de obra. Já há culturas a ficarem nos campos?
Não. Aliás, está previsto que os estudantes possam trabalhar sazonalmente nas colheitas. Criámos condições para que trabalhadores em regime de lay-off possam ir trabalhar sazonalmente para a agricultura. Por outro lado, através do SEF, criámos condições para que quem está em Portugal possa renovar contratos e novos arrendamentos simplificados.

Como se irá processar a canalização para a agricultura de mão de obra em regime de lay-off noutras atividades?
Queremos acreditar que não será preciso chegar a mecanismos mais extremos que estão previstos no estado de emergência, porque estamos a trabalhar com o sector de forma a que isso não seja necessário. O Fundão, por exemplo, já tem um plano de contingência para a apanha da cereja.

Admite mobilizar uma parte do exército de quase sete mil pessoas no Ministério da Agricultura para trabalhos no campo?
O que quer que eu diga sobre essa matéria será alvo de especulação. E não faz sentido estar a especular sobre uma coisa em que estamos a trabalhar para que não aconteça. Nós próprios tivemos de nos organizar em teletrabalho para criar condições para que a agricultura não pare. Estamos a antecipar a colocação antecipada de dinheiro na tesouraria das empresas e vamos validar a seguir.

O dinheiro já está a chegar às empresas?
Sim. No dia 3 de abril chegaram às empresas os primeiros €7 milhões, no dia 9 chegaram €40 milhões, oito dias depois mais entre €7 milhões a €9 milhões, e todas as semanas iremos colocar uma parte do montante nas empresas. Isto não resolve o problema, e, por isso, também já pedimos à Comissão Europeia para antecipar pagamentos para outubro, que estavam previstos para dezembro. E já sabemos que isso será autorizado por Bruxelas. Estamos a falar de um montante de €480 milhões.

Vamos ter cada vez mais produção local para consumo local, com benefícios claros para a pegada ambiental de alguns alimentos?
Temos de aumentar a produção nacional para consumo local, valorizando, nomeadamente, o Interior do país, a pequena economia e a pequena agricultura.

Esta crise vai acelerar esse processo?
Claramente. A compra de bens alimentares está a ser cada vez mais feita na mercearia de bairro e cada vez menos nas grandes superfícies, e os cabazes de entrega ao domicílio estão a aumentar. Isto é uma tendência que veio para ficar. Há claramente uma alteração no padrão de consumo dos portugueses.

O seu ministério é frequentemente acusado de não ter política agrícola, sendo pouco mais do que um gabinete de gestão de fundos comunitários....
Há um conjunto de objetivos que estão definidos desde o início da Política Agrícola Comum (PAC). Esses objetivos foram sendo ajustados, mas a maioria deles continua pertinente. E, com base nesses objetivos, foram definidas regras para que, estando nós na União Europeia, tenhamos que contribuir para uma PAC. Com base nesses pressupostos, a nossa autonomia é relativa.

vandrade@expresso.impresa.pt

Como ir ao cabeleireiro em dias de pandemia

O ritual do corte de cabelo vai mudar e já há propostas para ajudar a perceber “o novo normal” do salão de beleza

1 Quando podemos voltar ao cabeleiro, barbeiro ou esteticista?

A data não está definida, mas o sector acredita que poderá voltar a abrir as portas a 4 de maio, na primeira leva de aberturas enquadrada no plano de retoma gradual da atividade, quando terminar o estado de emergência. Já existe um pacote de medidas a aguardar o aval da Direção-Geral de Saúde (DGS) e da Autoridade para as Condições de Trabalho e já começaram a haver reuniões com membros do Governo. Falta, agora, comunicação, preparação interna para tudo estar a postos. E falta o anúncio oficial, previsto para o final da reunião de Conselho de Ministros da próxima quinta-feira.

2 Cortar o cabelo é seguro?

As sete associações do sector uniram-se numa resposta conjunta à pandemia, assumindo o seu “compromisso com a segurança” através de um conjunto de regras que vai mais longe do que aquilo que está a ser feito noutros países. Para isso, seguiram as recomendações da DGS e tiveram o apoio de técnicos das áreas da saúde, higiene e segurança. “Defender os meus clientes é a melhor forma de eu me defender”, resume João Semedo, presidente do Clube Artístico dos Cabeleireiros de Portugal, recordando que o sector já respondeu a outros desafios, designadamente na luta contra a sida.

3 Máscara? Marcação?

A recomendação é para levar máscara, embora o salão possa disponibilizar proteção em alguns trabalhos técnicos, explica Cristina Bento, da Associação Portuguesa de Barbearias, Cabeleireiros e Institutos de Beleza. A marcação é obrigatória, até porque a proposta do sector propõe a ocupação de apenas 50% do espaço. Quem tiver de esperar, fica do lado de fora.

4 Quais os principais cuidados a ter?

Como tudo o que entra num salão aumenta o risco de potencial contágio, os sacos extra não são bem-vindos e a bijuteria deve ficar na mala. Será preciso esquecer os cumprimentos pessoais, lavar as mãos e não estranhar quando quiserem medir a temperatura à entrada ou forem higienizar a cadeira onde estava sentado. Há quem admita que os seus clientes optem por ter estojos pessoais de maquilhagem e de manicure. Do lado dos profissionais do sector, as unhas de gel deixam de ser opção, a roupa passa a ter manga comprida e as máscaras e viseiras vão fazer parte do equipamento de trabalho, assim como luvas sempre que possível.

MARGARIDA CARDOSO
mmcardoso@expresso.impresa.pt

O FUTURO DO FUTURO

Uma coxa de frango que afinal é couve-flor

As impressoras 3D estão a mudar a forma como se cozinha e a acrescentar valor às refeições. Criam um ilusionismo entre o aspeto e a composição dos alimentos

Os movimentos tornam-se mais lentos, o paladar e o olfato são atrapalhados pelos recetores envelhecidos, a denteição, mais fraca, desajuda, e um puré, servido para facilitar a ingestão, é uma facada no apetite. Tanja Sobjko, investigadora da área da indústria alimentar da Universidade de Hong Kong, vê nas impressoras 3D múltiplas possibilidades para responder à malnutrição dos idosos, mas também à carência alimentar de grupos como crianças e intolerantes à lactose ou ao glúten.

As possibilidades são inúmeras, e quase parece magia: um *cocktail* de brócolos, couve-flor e batata é introduzido numa impressora a três dimensões, onde é misturado com um agente em textura de gel, que acelera a solidificação do preparado em qualquer forma que se designe... como a de uma coxinha de frango, mas com vitaminas, hidratos de carbono e proteínas nas proporções desejáveis.

Tanja Sobjko conta ao Expresso que há uma mão-cheia de projetos que se dedicam à impressão de comida na Alemanha, em Singapura e nos EUA, onde uma empresa “utiliza dois tipos de laser, um para cozinhar e outro para aperfeiçoar a refeição à superfície”.

Com “muita investigação” em curso, “esta nova tecnologia tem ainda muito por aperfeiçoar, mas será uma boa solução para evitar a exclusão de pessoas com necessidades nutricionais específicas”. Depois do aval de nutricionistas e até de chefes, as impressoras 3D destinadas a revolucionar a forma como a sociedade se alimenta poderão mesmo invadir as casas de consumidores de todo o mundo.

“Com a comida impressa, colorida e com bom aspeto, mesmo os idosos continuam a usar garfo e faca e sentem-se mais jovens, e podemos programar exatamente o que cada porção deve conter, como fazemos com a medicação: de uma forma completamente personalizada. A consistência também é perfeitamente ajustável às necessidades de cada pessoa.”

Apesar das vantagens, o preço desta tecnologia ainda não é convidativo: as impressoras podem custar entre os mil e os sete mil dólares (entre os €922 e os €6450). Jeffrey Lipton, engenheiro mecânico na Universidade de Washington, trabalha na área da robótica e da impressão 3D e explica ao Expresso que faltam apenas apoios para que “o automatismo da comida comece a ter um impacto para lá das pizzas e das sobremesas sofisticadas”. Do ponto de vista técnico, o engenheiro vê no processo a soma das “dificuldades da impressão em 3D e da produção de comida”.

No entanto, Jeffrey Lipton reconhece que esta forma de apresentar alimentos às pessoas é promissora, não só pela manipulação da composição nutricional, como pela mitigação do desperdício alimentar. Cozinhar já é uma questão de arte, à qual se acrescentará o engenho (e a matemática) das impressoras 3D.

CATARINA MALDONADO
VASCONCELOS
sociedade@expresso.imprensa.pt

INTERIOR



Idanha-a-Nova é o quarto maior concelho do país. Na foto, o padre da localidade
FOTO FILIPE CARRETO

Anatomia de um zero

Rodeada por zonas de contágio e tendo uma fronteira aberta com Espanha, Idanha-a-Nova tem sido exemplar. Casos confirmados de covid-19: zero

LUÍS PEDRO CABRAL

Com o mapa do contágio pintado em seu redor e uma fronteira aberta com a Extremadura espanhola, onde o número de mortos já é tão elevado quanto os de Portugal inteiro, o concelho de Idanha-a-Nova tem sido exemplar. Casos confirmados de covid-19: zero. Não é uma feliz coincidência. Tem subjacente uma estratégia e um ancestral ADN beirão. Que importa, como se diz por estes dias de pandemia, sequenciar.

O tráfego nas redes sociais está em permanente hora de ponta e as cidades mais desertas do que nunca, como territórios ambíguos de baixa densidade, com os domicílios transformados em prisões sobrelotadas. Instalou-se um estado de sítio bipolar: quanto mais o confinamento dá os seus frutos, refastelado no sofá, mais atrofiavam os músculos da economia, mais enegrecem as profecias macroeconómicas. Dá a impressão de que o mundo só agora percebeu o que é estar isolado.

“Quando esta tragédia que atinge a Humanidade terminar, é momento de refletir sobre como vivemos em sociedade. Esperemos que todos possamos aprender a viver num território que não precisa de ser tão assimétrico.” Palavras de Armindo Jacinto, presidente da Câmara de Idanha-a-Nova, o quarto maior concelho de Portugal, território do Parque Natural do Tejo Internacional, que integra a Reserva da Biosfera da UNESCO, um imenso património cultural num imenso património natural. No léxico de Idanha-a-Nova, Cidade Criativa da UNESCO na área da Música, isolamento é uma expressão um tanto *démodé*, mais ou menos como os mitos urbanos sobre a ruralidade.

Há muito que Idanha fez o seu trajeto de sustentabilidade, não fosse também a primeira biorregião portuguesa. Noutra altura que não esta, só requer gente. Neste momento, a todos os títulos inverso, o pesadelo é aquilo que o circunscreve. A Região Centro, a segunda mais atingida pelos números de fatalidade da covid-19, tem no concelho de Idanha, com fronteira ativa com a Extremadura espanhola, um exemplo de resistência à pandemia. Não é que este coronavírus, como está amplamente comprovado, tenha complacência pelo Interior. Não há coincidências.

Um zero envolve muita logística.

Quando foi decretado o estado de emergência nacional, o plano de contingência idanhense já estava delineado. Em articulação permanente com as autoridades (GNR, SEF, unidade de saúde local, bombeiros e juntas de freguesia), foram estabelecidas medidas para apoiar a população, empresas e instituições. Os espaços, equipamentos e serviços presenciais, assim como a rede de transportes municipais, foram imediatamente encerrados. Num concelho onde a cultura é pedra filosofal, foi também imediato o “adiamento de todas as atividades e eventos públicos da responsabilidade do município ou em parceria: espetáculos, eventos sociais e culturais, desportivos ou recreativos”. A Good Mood, sediada em Idanha, que organiza o Boom Festival, que traz ao concelho milhares de pessoas de todo o mundo, anunciou, em paralelo, que o evento foi adiado para julho de 2021. Como sempre, na lua cheia.

A desinfecção das ruas e dos espaços públicos tornou-se norma. Gel, máscaras e luvas foram distribuídos nos supermercados e IPSS

Com o município em estado de alerta e a ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, houve que adotar medidas eficazes, adaptando-as às necessidades de uma população muito envelhecida. E, dada a dimensão do concelho, duplamente isolada. Por via do estado de emergência, Idanha encerrou duas das três zonas de fronteira com Espanha (Salvaterra do Extremo e Segura), mantendo aberta a das Termas de Monfortinho. “Na Extremadura espanhola existe uma situação muito grave, com um número de mortos quase equivalente ao total de Portugal. Temos vindo a falar com as autoridades, com membros do Governo, com o próprio Presidente da República sobre esta preocupação”, acrescenta Armindo Jacinto. Assim que as zonas de fronteira aberta foram decretadas, a autarquia contactou imediatamente a GNR e os elementos do SEF para lá deslocados. “Todos eles foram testados antecipadamente à covid-19.

São, aliás, testados de 15 em 15 dias. Conseguimos motivar algumas instalações hoteleiras e da restauração para dar apoio. Adquirimos material de proteção individual. Até aquelas pistolas para a GNR medir a febre.”

Pecar por excesso

Os testes de despistagem são a espinha dorsal de uma imensa logística. “Fizemos testes preventivos numa fase primária aos chamados trabalhadores essenciais — forças de segurança, trabalhadores da autarquia, bombeiros e, em especial, às pessoas que estão a trabalhar com as instituições que lidam diretamente com os mais idosos. Temos mais testes de retaguarda, para as pessoas que possam ter os primeiros sintomas ou para trabalhadores que tenham de deslocar-se para Idanha”, diz o autarca.

O espaço fronteiriço, a população idosa e carenciada, a quantidade de pessoas que foram chegando ao território, redescobrimo subitamente o que é bom estar no campo com o vírus na cidade e o período da Páscoa a aproximar-se, formaram uma só dor de cabeça. “As pessoas olhavam para o concelho de Idanha como livre do vírus e vinham como se fosse tempo de férias, com a ideia de poder andar por aí a socializar. Nós, em colaboração com as juntas de freguesia e com os comerciantes locais, fomos sinalizando essas pessoas, avisando-as de que tinham de ficar em confinamento.”

A autarquia apostou forte na prevenção. “Temos de estar permanentemente atentos, acompanhar muito a população, as entidades comerciais abertas, os que estão a servir as pessoas para que elas fiquem em casa.” A política é a de estar preparado para o pior cenário. “Temos cerca de 200 camas para a eventualidade de isolamento social com infetados. Preferimos pecar por excesso”, acrescenta Armindo Jacinto.

A desinfecção das ruas e dos espaços públicos tornou-se norma. Foram distribuídos dispensadores de desinfetante, máscaras e luvas nos supermercados e nas IPSS. A distribuição de alimentos às famílias inscritas no Banco Alimentar e Social passou a ser integralmente ao domicílio, assim como a entrega de bens alimentares e de medicamentos para os mais vulneráveis. Na fase mais grave da pandemia, coincidente com as férias esco-

lares e com a Páscoa, foi fundamental fazer chegar a informação a todas as aldeias. As muitas pessoas idosas, algumas verdadeiramente isoladas, para quem a internet é ferramenta inútil, além da televisão e das juntas de freguesia, havia que informar devidamente sobre o modo de atuar durante esta crise sanitária. Teve de usar métodos menos convencionais. Uma viatura sonora, alugada para o efeito, deslocou-se a todas as aldeias, por todas as casas, para difundir a informação por megafone.

Além de medidas de apoio às famílias, como a prorrogação dos prazos de pagamento sem juros de faturas dos mais diversos serviços, foi criada uma linha de apoio às atividades económicas, outra de apoio às IPSS e ainda outra de apoio psicossocial para toda a população, com cinco psicólogos. Estas linhas, aliás, funcionam de maneira inversa. “Somos nós a ligar. A linha de apoio psicossocial, para apoio psicológico, transportes, apoio na entrega ao domicílio de

Uma viatura deslocou-se a todas as aldeias, por todas as casas, para difundir por megafone informação sobre como atuar na pandemia

medicamentos e bens essenciais, assim como de sinalização das pessoas que cheguem ao concelho, está em contacto permanente com as pessoas.” Por outro lado, a câmara está “a fazer um levantamento dos empresários e produtores locais, do sector primário, agroindustrial e agroalimentar, além da restauração, hotelaria e das diferentes áreas do comércio, para perceber as suas dificuldades e encontrar soluções que assegurem o presente e o futuro”.

É no futuro que as consequências desta crise se demonstrarão. E nem todas são negativas. “A sociedade vai ter de se reorganizar. O teletrabalho representa uma oportunidade para este país, para não estar tão concentrado em áreas urbanas. E poder fazer o seu trabalho a partir de áreas rurais, onde se pode viver com saúde, melhor ambiente e qualidade de vida.” O concelho voltará a abrir os seus braços. Mal o abraço seja autorizado.

sociedade@expresso.imprensa.pt

SAÚDE

Como vencemos ou controlámos outras epidemias

Olhar para o passado pode ser uma boa lição para saber as **estratégias que tiveram mais sucesso**

DINA MARGATO

O isolamento é uma estratégia adotada desde a Idade Média para travar a propagação de bactérias e vírus. Resultou no passado, durante a peste negra ou na chamada “gripe espanhola”, salvando comunidades que ergueram muralhas à sua volta, e está agora a ser usada em quase todo o mundo. O êxito no controlo da SARS em 2002/2004 deveu-se em parte à separação das pessoas infetadas das restantes. As medidas sociais e sanitárias, a par da imunidade — criada naturalmente em resultado do contacto com o vírus, mas demorada no tempo, ou a promovida pelas vacinas — juntamente com a resposta hospitalar e a coordenação musculada de meios são as melhores ferramentas para controlar uma epidemia. Mas os especialistas alertam que raramente podem considerar-se eliminadas porque os vírus e as bactérias continuam por aí. Ainda em 2017 foram reportados casos de peste negra, em Madagáscar.

MERS (2012)

A síndrome respiratória do Médio Oriente espalhou-se por 27 países e provocou a morte a mais de 850 pessoas. Apesar da redução de propagação, em 2019 foram ainda reportados 212 casos: 198 na Arábia Saudita e os restantes em países vizinhos. “A MERS não se tem disseminado mais porque foram prontamente detetadas as pessoas doentes e a taxa de transmissão é reduzida”, explica Nuno Taveira, virologista e professor do Instituto Universitário Egas Moniz. O contágio é feito apenas por pessoas em estado avançado da doença, o que explica o número elevado de transmissões nos hospitais. Na Coreia do Sul, onde se registou um surto, as medidas de confinamento, adotadas entre maio e dezembro de 2005, que fecharam em casa 16 mil pessoas, travaram a doença. No final, apenas 186 foram infetadas.

H1N1 (2009)

Um subtipo do vírus da gripe criou o alarme em 2009. O H1N1 foi identificado em abril desse ano no México e nos EUA e em quatro meses estava disseminado por mais de 120 países. Em 16 meses, a OMS registava 493 mil casos de gripe A e mais de 18 mil mortes. Esta epidemia gozou da vantagem de aproveitar avanços científicos produzidos para responder a outros vírus da família da gripe. Na terapêutica foram usados dois antivirais — oseltamivir, mais conhecido por Tamiflu, e o zanamivir. Depois, com a descoberta da vacina e a pronta aplicação o controlo foi rápido. Como já havia um *cocktail* contra a gripe, passou a acres-

centar-se a nova configuração. Em 2010, a OMS declarou o fim da pandemia.

ÉBOLA (1976, surto em 2013)

A doença causada pelo vírus ébola — identificado em 1976, com um surto entre 2013 e 2016 que causou a morte a mais de 11 mil pessoas — continua a fazer vítimas no continente africano. Em 30 de março deste ano ainda havia 3310 casos na República Democrática do Congo. Em março, a OMS descreveu um conjunto de medidas que estão a contribuir para atenuar o contágio, que sucede através dos fluidos, daí a necessidade de cobrir a pele por causa do suor. Foram criados 11 laboratórios para se poderem fazer 3500 análises por semana, criados 11 centros de tratamento, realizados 23 mil enterros seguros, devido ao risco de infeção pelos cadáveres e mais de 3 mil unidades de saúde estão a prestar apoio à prevenção. “Para já, não há uma vacina licenciada para uso clínico”, conta Nuno Taveira, “mas há ensaios clínicos em curso com resultados promissores”.

ZIKA (1947, surto em 2015)

O vírus zika, identificado em 1947, no Uganda, deu sinais que suscitaram preocupação em 2015, quando se descobriu ser a causa de microcefalia nos bebés em vários países da América Latina. Em 2016, foram registados 2753 casos no Brasil, e as grávidas foram aconselhadas a não viajar para zonas onde se sabe da presença do mosquito que causa a infeção. Segundo Mónica Saavedra, professora na Universidade de Coimbra, este surto “expôs deficiências do sistema de saúde brasileiro”. O vírus estará a fazer o caminho próprio das infeções virais, promovendo a imunidade coletiva a partir dos sujeitos já infetados. Porém, é provável que a imunidade diminua no futuro porque a população das grávidas modifica-se. Ainda não há vacina.

SARS (2002)

A SARS-CoV, provocada por um coronavírus, foi detetada na China em novembro de 2002 e, em poucos meses, disseminou-se por 30 países. No total, contaram-se mais de 100 mil casos e 3411 mortes. A identificação rápida dos doentes, a célere coordenação a nível internacional, acompanhada por medidas restritivas de deslocação e isolamento, ajudaram a travar a doença. Decretou-se quarentena para os que tinham tido contacto com o vírus na China, e depois, em Toronto, Canadá. Na capital chinesa fecharam-se escolas. Em 2004, a OMS anunciou a inexistência de novos casos. Francis-

co George, ex-diretor-geral da Saúde, aponta este exemplo como um dos bem-sucedidos. Lamenta é que não tenha havido o necessário incentivo à investigação para o estudo deste vírus. Segundo a OMS, embora não haja casos novos desde 2004, o vírus causador tem um reservatório animal do qual é possível ressurgir.

SIDA (1981)

A história da sida, síndrome de imunodeficiência adquirida, prova como se pode fingir uma doença mesmo sem se ter uma vacina. Além das múltiplas campanhas de prevenção, dos programas sobre o sexo seguro e partilha de agulhas, o contributo de fármacos foi decisivo. O tratamento antirretroviral conseguiu retardar o desenvolvimento da doença e aumentar a expectativa de vida do paciente. Desde 1983, ano em que o vírus foi descoberto, provocou a morte de mais de 35 milhões de pessoas e infetou mais de 75 milhões.

VARÍOLA (erradicada em 1970)

A varíola pode ser considerada a única doença erradicada, sublinha Mónica Saavedra. A vacinação em massa e global, “numa iniciativa sem precedentes”, coordenada pela OMS nos anos 70, descreve a investigadora, deu-lhe um ponto final. O último caso reportado data de 1977, na Somália. Mas o resultado milagroso não se deveu apenas à vacina. É preciso ter em conta as características peculiares do vírus: “Apenas se transmitia entre humanos, não precisava de inseto como intermediário, não podia ser transmitido ao homem por outro animal.” Só no século passado, matou 300 milhões de pessoas (é uma das doenças mais antigas, matava séculos antes de de Cristo). Hoje em dia nem sequer faz parte do programa de vacinação.

GRIPE ESPANHOLA (1918)

Também durante a chamada “gripe espanhola”, que matou entre 50 a 100 milhões de pessoas em todo mundo, houve localidades que escaparam com vida, por terem optado pelo isolamento. No Alasca, nos EUA, onde a pneumónica varreu povoações quase inteiras, com taxas de mortalidade na ordem dos 90%, houve uma aldeia isolada que saiu quase incólume. Pelo menos mais sete comunidades no país conseguiram sobreviver, em virtude das medidas de afastamento. Em Portugal, onde morreram 120 mil pessoas, Ricardo Jorge adiou o início do ano escolar, proibiu visitas aos hospitais e a realização de feiras e romarias. Tanto neste caso como no da peste negra, a imunidade gerada pelo contacto maciço com vírus terá, a dada altura, definido o termo da pandemia. sociedade@expresso.imprensa.pt

QUI, 15:13

Maria estás por aí?

Yep. A trabalhar que nem uma louca 🤪

O chefe está on fire! 🔥🔥



lol

Mas conta... 😊

Sabes aquele nódulo que tenho no peito?

Descobri que é maligno.

✓ Vista às 15:15

QUI, 15:15

...

QUI, 15:21

...

QUI, 15:36

...

O cancro ainda nos deixa demasiadas vezes sem respostas. Para ajudar chegou a *Ava*



Apresentamos-lhe a Assistente Virtual Automática criada pela iniciativa “Tenho Cancro. E Depois?”, com o objetivo de apoiar todos os que de uma forma ou de outra, se vêem confrontados com o Cancro. A AVA está ligada às principais instituições desta doença. Não terá ainda todas as respostas que precisa, mas é, seguramente, um bom ponto de partida para encontrar mais facilmente orientação e informação útil.

Precisa de respostas? Fale com a Ava em www.tenhocancroedepois.pt



Tenho CANCRO E depois?

UM PROJETO EDITORIAL:



COM O APOIO:



COM A COLABORAÇÃO:



PARCEIRO TECNOLÓGICO:



SUSTENTABILIDADE



Novos movimentos cívicos: tendências e mudanças

Movimentos juvenis, cada vez mais fortes, **apelam ao papel da ciência nas decisões políticas** e exprimem a revolta perante a crise ambiental, a pobreza e a desigualdade

Greta Thunberg é o rosto da “greve climática”, movimento juvenil que ganhou seguidores em todo o mundo FOTO MICHAEL CAMPANELLA/GETTY IMAGES

LUÍSA SCHMIDT

Os novos movimentos cívicos são hoje uma expressão clara da progressiva orientação da sociedade no sentido de um futuro sustentável. Na sua imagem mais recente, estes movimentos são protagonizados por jovens e nem sempre se apresentam sob formas organizativas precisas. A sua ação é muitas vezes difusa mas sem deixar de ser muito efetiva. Há também outras pessoas de muitas outras idades que, pela sua cultura e sensibilidade, decidiram optar por um modo de vida diferente. E que, de uma forma ou de outra, confluíram para os muitos movimentos sociais que dão hoje energia aos processos de mudança para a sustentabilidade em todas as suas dimensões.

TRANSIÇÃO, ECOALDEIAS, NOVOS RURAIS, CASA COMUM

Se há realidade que marque a vida do planeta em crise pelas suas ruturas ambientais, humanas e especialmente hoje as de saúde pública, é a dos movimentos cívicos ambientais. Parecendo por vezes modestos e às vezes defensivos, instalaram-se e multiplicaram-se no território apenas para fazer e viver de forma diferente. É o caso dos chamados ‘movimentos de transição’. Estes movimentos integram geometrias muito variáveis, experiências que passam pela permacultura, transição energética, conservação da biodiversidade e paisagem, mas também por projetos como as ecoaldeias, as comunidades em rede dentro de áreas protegidas dedicadas à conservação do património natural e cultural, ou até os designados ‘novos rurais’ dedicados a produções biológicas e à recuperação de espaços abandonados ou improdutivos.

Muitas vezes não são organizações, não estão juridicamente formatados, nem têm ambições políticas. São pessoas que decidiram, individual ou coletivamente, mudar de vida e fundar a sua existência às avessas da insustentabilidade. Em Portugal são já uma realidade dispersa, de Monchique a Bragança, passando pelas aldeias raianas, montes alentejanos, aldeias de xisto... Estas experiências têm em comum a vontade de construir um modelo de vida em harmonia com a natureza e, na sua maior parte, encontram-se ligadas em rede e integradas em projetos conjuntos de escala maior, como é o caso da Rede Convergir, que conta com 215 iniciativas, e também do Ecolise (European Network for Community-Led Initiatives on Climate Change and Sustainability), ou o movimento das Ecoaldeias enquadradas no Global Ecovillage Network já com 26 casos em Portugal. Acresce a estas realidades, porque nada disto tem fronteiras, um conjunto de pequenos empreendedores que decidiram (re)tomar uma atividade agrícola sustentável, associada a um turismo rural sóbrio dirigido a clientes que procuram uma experiência de vida na natureza não-danosa, como é o caso do *birdwatching* que tem aumentado exponencialmente. Muitos destes novos empreen-

dedores verdes vendem depois as suas produções em cabazes que colocam nas cidades. De uma forma mais difusa, mas verificável já em inquéritos nacionais como estando a alastrar por toda a sociedade, temos o movimento crescente dos chamados ‘prosumidores’ e ‘consumidores éticos’, ou simplesmente advertidos e sensíveis à grave crise ambiental que o mundo atravessa. Vivem tanto na cidade como no campo, mas renunciaram ao uso da maior parte dos plásticos, reduziram o consumo não responsável nem justo, frequentam mercados biológicos ou compram cabazes *online*, e usam transportes amigáveis. Incluem-se neste grupo os que economicamente podem produzir a energia que consomem. Com as comunidades energéticas tornadas legalmente viáveis, vamos assistir à multiplicação destes movimentos envolvendo as autarquias cada vez mais atentas e apoiantes destas mudanças. Tal como algumas também já integram o movimento internacional das ‘biorregiões’ — articulando agricultura de proximidade, turismo e cultura numa estratégia de valorização e gestão sustentável dos recursos locais. Refira-se ainda a rede Cuidar da Casa Comum que a saudosa Manuela Silva lançou entre nós inspirada pela encíclica papal “Laudato Si”. Trata-se de um movimento que promove a ecologia integral proposta pelo Papa Francisco e que reúne várias sensibilidades católicas, e não só, por todo o mundo. Todas estas dinâmicas diversas e difusas dão conta de uma mudança já instalada na nossa sociedade. Se pensarmos noutros movimentos sociais ambientalistas mais organizados e recentes, aí surgem sobretudo os inspirados pelas ruturas trazidas pelas alterações climáticas. Trata-se de um conjunto de

movimentos autodefinidos em torno de propósitos específicos e com figuras de identificação claras. O mais visível atualmente é sem dúvida o da ‘greve climática’ — um movimento juvenil que ganhou corpo sob a inspiração de Greta Thunberg, mas que evidentemente nunca teria existido nem expandido a este ponto se não estivesse já latente entre esta nova camada juvenil. **AS GERAÇÕES DA “GREVE CLIMÁTICA”, OS MAIS RADICAIS E OS OUTROS** Trata-se de uma juventude que cresceu a desconfiar de um modelo económico que tem destruído os equilíbrios ambientais e sociais. Assistiu também aos documentários e notícias sobre as ruturas ambientais e aos avisos dos cientistas, percebendo muito pragmaticamente que lhes estamos a deixar um mundo em risco. A consciência destes jovens adolescentes, entre o final do secundário e o início do universitário, hábeis nas novas redes sociais e de informação que a *web* faculta, conseguiu estruturar um movimento que desafia os poderes políticos e institucionais a vários níveis. Assusta também claramente os poderes mais conservadores como fica patente na agressividade e estupidez com que alguns se aferam sobre a jovem Greta. Como se o próprio movimento que ela simboliza não existisse já. Aliás, outras figuras juvenis despontam um pouco por todo o mundo. Neste momento estão fora das ruas porque a pandemia assim o obriga, mas continuam ativos e vão voltar. Outros movimentos têm surgido, alguns mais radicais, posicionando-se contra o sistema da insustentabilidade global no uso e abuso de recursos finitos ou poluentes. É o caso do Extinction Rebellion que sur-

giu em Inglaterra em 2018 mas já se expandiu a outros países europeus. Manifestam-se através da desobediência civil contra as políticas e atividades ambientalmente danosas. Há ainda à escala internacional o movimento Blockadia — sobretudo constituído por comunidades resistentes ao extrativismo. E há o Climate Justice Action (criado pós COP-21), o Climate Reality Project (criado por Al Gore) e o 350.org que lutam, numa base não violenta, contra as alterações climáticas e por uma transição energética limpa e justa. Por seu lado, continuam fortes as grandes organizações precursoras como o Greenpeace, a WWF, a Oxfam ou a Avaaz — que fazem pressão internacional e aproveitam as conferências mundiais para aparecer como força negocial. Na Europa emergem vários movimentos por causas, que resultam da clara vontade de intervenção pública das populações, como a Rede Europeia de Ação Contra Pesticidas — os que matam as abelhas. Em Portugal destacou-se o movimento contra a prospeção e exploração de petróleo que juntou cidadãos de todos os quadrantes. Mostrou bem que o nosso país não está longe da sensibilidade que alimenta movimentos no resto da Europa e que, também aqui, uma sociedade civil mais esclarecida se mobiliza e reivindica. Claro que continuam influentes e importantes os movimentos sociais ambientalistas formalizados em ONGA nacionais, como a muito ativa Zero, mas também a Liga para a Proteção da Natureza, a ANP/WWF, o GEOTA, a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, o Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens e a Quercus. E ainda a Associação Bandeira Azul da Europa e a Associação Portuguesa de Educação Ambiental. Mas é o vigor e afirmatividade dos novos movimentos fortemente juvenis e unidos internacionalmente que hoje marca a diferença. São movimentos animados por uma energia que lhes dá a consciência do significado do tempo e do futuro para as suas gerações e que apelam ao papel da ciência e dos cientistas nas decisões políticas e económicas. Todos estes movimentos exprimem um fenómeno maior de natureza social, que transmite uma mensagem clara de revolta perante a ameaça da crise ambiental global a par da pobreza e desigualdades desumanas, que a pandemia expôs de modo óbvio e dramático. Mas transmite também uma mensagem de esperança e de sentido da responsabilidade dupla perante o ambiente e a humanidade, sem separar uma coisa da outra. No seu conjunto mostram também que a sociedade se está a mover, o que assinala uma nova vitalidade e revela uma disposição coletiva para a mudança, para várias mudanças que estão já em movimento. Um movimento para fora do polígono globalizado de erros económicos, socioambientais e éticos que nos põe à beira de outros colapsos e de que as novas gerações querem definitivamente sair.



VIDASUSTENTÁVEL
Nada muda se não mudarmos



JUSTIÇA

Caso Rui Pinto Juíza põe o lugar à disposição por conflito de interesses

Helena Leitão revela que é cliente de João Medeiros, advogado assistente no processo que julga o alegado hacker Rui Pinto

HUGO FRANCO
e RUI GUSTAVO

No início da semana, Paulo Registo, o juiz-presidente do caso Rui Pinto, avançou com um pedido de escusa depois de se ter descoberto que apoiou alguns *posts* partilhados nas redes sociais a denegrir o denunciante do Football Leaks. Agora, foi a vez de Helena Leitão, a juíza-adjunta do coletivo que irá julgar o mesmo processo, colocar o seu lugar à disposição, embora não tenha avançado com um pedido de escusa como o seu colega.

A magistrada diz só ter descoberto esta quarta-feira quem são os intervenientes do mediático processo. Entre eles encontra-se o advogado João Medeiros, que é assistente no caso, já que o seu computador foi alvo de *hacking* por parte de Rui Pinto, de acordo com a acusação do DCIAP.

Num documento oficial enviado ao Ministério Público e aos advogados do processo, a juíza revela que é cliente de Medeiros num processo que envolve a empresa Foot4you, que opera na área do futebol. “A matéria

de tais autos respeita a factos diretamente relacionados com o exercício de funções da ora signatária no Tribunal de Família e Menores de Cascais”, explica a magistrada que garante ainda que a relação com João Medeiros “é estritamente profissional”.

A juíza considera que tais factos “não são suscetíveis de justificar a apresentação do pedido de escusa”. No entanto, “ao abrigo do cumprimento dos seus deveres deontológicos”, a magistrada entende que “tal circunstancialismo” deverá ser comunicado aos sujeitos processuais, “uma vez que não se trata de factos conhecidos publicamente”.

A defesa de Rui Pinto, que avançou com um pedido de afastamento do juiz-presidente

Defesa de Rui Pinto diz que o juiz é um fervoroso adepto do Benfica e apoiou publicações nas redes sociais que apelidam Rui Pinto de “pirata”



Rui Pinto é acusado de mais de 90 crimes, entre eles invasão informática e tentativa de extorsão FOTO FERENC ISZA/AFP/GETTY IMAGES

te, Paulo Registo, diz-se surpreendida com este novo dado no processo. “Vamos avaliar o despacho da juíza e decidiremos para a semana. Fiquei muito surpreendido com isto. É a primeira vez que vejo uma coisa destas na minha carreira”, diz ao Expresso Francisco Teixeira da Mota.

Os likes polémicos do juiz

No início da semana, o juiz do processo, Paulo Registo, pediu para ser afastado dias depois de surgirem nas redes sociais denúncias de que teria feito *like* em publicações que chamavam “pirata” a Rui Pinto.

O magistrado entende que, “tendo em conta o que saiu na comunicação social”, deverá ser um tribunal superior a decidir se “tem ou não condições” para julgar o caso em que Rui Pinto é acusado de mais de 90 crimes, entre os quais tentativa de extorsão e invasão do sistema informático de várias entidades. A decisão será de uma juíza do Tribunal da Relação, que pode manter o magistrado ou afastá-lo do caso.

“Nos últimos dias, foram veiculadas informações na comu-

nicação social e também nas redes sociais que o presente processo tinha sido distribuído ao juiz signatário, que também está indigitado para integrar o coletivo que irá julgar o processo conhecido como e-toupeira e que mantém ligações ao Sport Lisboa e Benfica, com revelação pública de diversas fotografias e também de publicações nas redes sociais”, refere o despacho de pedido de escusa.

O juiz acrescenta que “são também levantadas suspeitas no sentido de estes dois processos terem sido intencionalmente distribuídos” a si próprio, “com o intuito de beneficiar o Sport Lisboa e Benfica, clube do qual se afirma textualmente que é adepto apaixonado e ferrenho, ao mesmo tempo em que se alega um intuito de prejudicar os arguidos Rui Pedro Gonçalves Pinto e Aníbal Fernando de Araújo Pinto [advogado], assim como o próprio Futebol Clube do Porto”.

O magistrado faz parte do coletivo de juízes que vai julgar o processo e-toupeira, em que um funcionário judicial é acusado de passar informação em segredo de justiça a Paulo

Gonçalves, antigo assessor jurídico do Benfica. A SAD foi acusada no processo, mas a juíza de instrução entendeu que não devia ir a julgamento; A decisão da juíza foi validada pelo Tribunal da Relação mas há ainda um recurso desta decisão que não está decidido e é por isso que o julgamento ainda não começou.

Advogado quer afastar juiz

Francisco Teixeira da Mota, advogado de Rui Pinto, avançou entretanto com um incidente de recusa do juiz, apoiado pelo outro arguido do processo, o advogado Aníbal Pinto, acusado de tentativa de extorsão.

“Não se trata de o sr. juiz ser do Benfica e os arguidos do Futebol Clube do Porto”, ar-

O Tribunal da Relação de Lisboa irá decidir se mantém ou afasta o juiz Paulo Registo do caso. O magistrado pediu escusa por causa das suspeitas

gumenta a defesa do alegado hacker, no documento a que o Expresso teve acesso. “Trata-se de o sr. juiz, publicamente, já ter feito o seu julgamento, o seu pré-juízo, em relação a, pelo menos, um dos arguidos e de ser um fervoroso adepto do Sport Lisboa e Benfica — e não um mero simpatizante como refere no pedido de escusa —, clube visado no blogue cuja autoria é imputada ao arguido Rui Pinto, o que, com grande probabilidade, lhe retira a capacidade de, num caso como o dos autos, ser equidistante e imparcial.”

A defesa de Rui Pinto argumenta ainda que o juiz apoiou publicações nas redes sociais que apelidam o arguido Rui Pinto de “pirata” e a ex-eurodeputada Ana Gomes como “Ana Heroína Gomes”, “em tom evidentemente jocoso”. Além disso, o facto de Paulo Registo ter apagado e feito desaparecer os seus *posts* e a sua própria página do Facebook revela “uma irracionalidade comportamental e um desejo de ficar com o processo que não é aceitável e que não é minimamente afastada da forma como apresentou o seu pedido de escusa”.

hfranco@expresso.impresa.pt

Juízes e procuradores vão ter código de conduta

Magistrados terão de fazer declaração de rendimentos. Revelação sobre pertença à Maçonaria está “em análise”

O Conselho Superior da Magistratura (CSM) vai votar numa das próximas sessões plenárias um código de conduta que obrigará, por exemplo, todos os juízes a entregar uma declaração de rendimentos e património semelhante à que os titulares de cargos públicos têm de fazer.

O texto do código esteve a ser redigido pelo gabinete do vice-presidente do CSM, José Lameira, e está pronto para ir a votação. Se for aprovado, os juízes em funções e os jubilados terão 60 dias, a contar desde a publicação do Código em “Diário da República”, para

fazer a declaração de rendimentos e património.

Por lei, os magistrados — procuradores e juízes — só podem ter como rendimento profissional o ordenado que recebem do Estado e que se mantém inalterado mesmo depois da reforma. Mas podem investir em ações, imóveis ou receber doações em testamentos. Se escreverem um livro, podem receber direitos de autor. Mas se derem aulas, não podem cobrar um centimo.

Em resposta enviada por escrito ao Expresso, o CSM diz que a periodicidade com que os juízes terão de fazer esta declaração “está ainda em análise”. A Associação Sindical de Juizes Portugueses foi consultada durante o processo de elaboração do documento e não só se manifestou a favor do Código

como ainda sugeriu que fosse obrigatória uma declaração de interesses sobre a pertença a organizações secretas como a Maçonaria ou a Opus Dei. O CSM não se quis comprometer com uma resposta definitiva e diz que essa questão ainda está “em análise”.

Manuel Soares, presidente da associação, reitera que “devia ser obrigatório fazer essa declaração” e que “não há qualquer violação do direito à privacidade”. “Para nós, juízes, a liberdade tem limites. Por exemplo, não podemos ter atividade partidária.”

Procuradores optam por regulamento

No caso dos procuradores do Ministério Público (MP), o código de conduta está ainda “a

ser elaborado”, diz o gabinete de Lucília Gago. Mas numa reunião que se realizou a 10 de março, o Conselho Superior do MP aprovou “por unanimidade” um “regulamento” que obrigará estes magistrados a fazerem uma declaração de rendimentos e património semelhante à dos juízes. A forma já está definida: “A periodicidade regulamentar para apresentação de declarações é de cinco anos. No entanto, sempre que haja uma alteração relevante, deverá ser apresentada pelo magistrado uma nova declaração no prazo de 30 dias”, explica o gabinete de imprensa da Procuradoria-Geral da República. A medida abrange procuradores “em atividade e jubilados” e a obrigação aplica-se “às situações em que os magistrados passem a

exercer funções em comissão de serviço (externa) ou quando entrem em licença sem remuneração”.

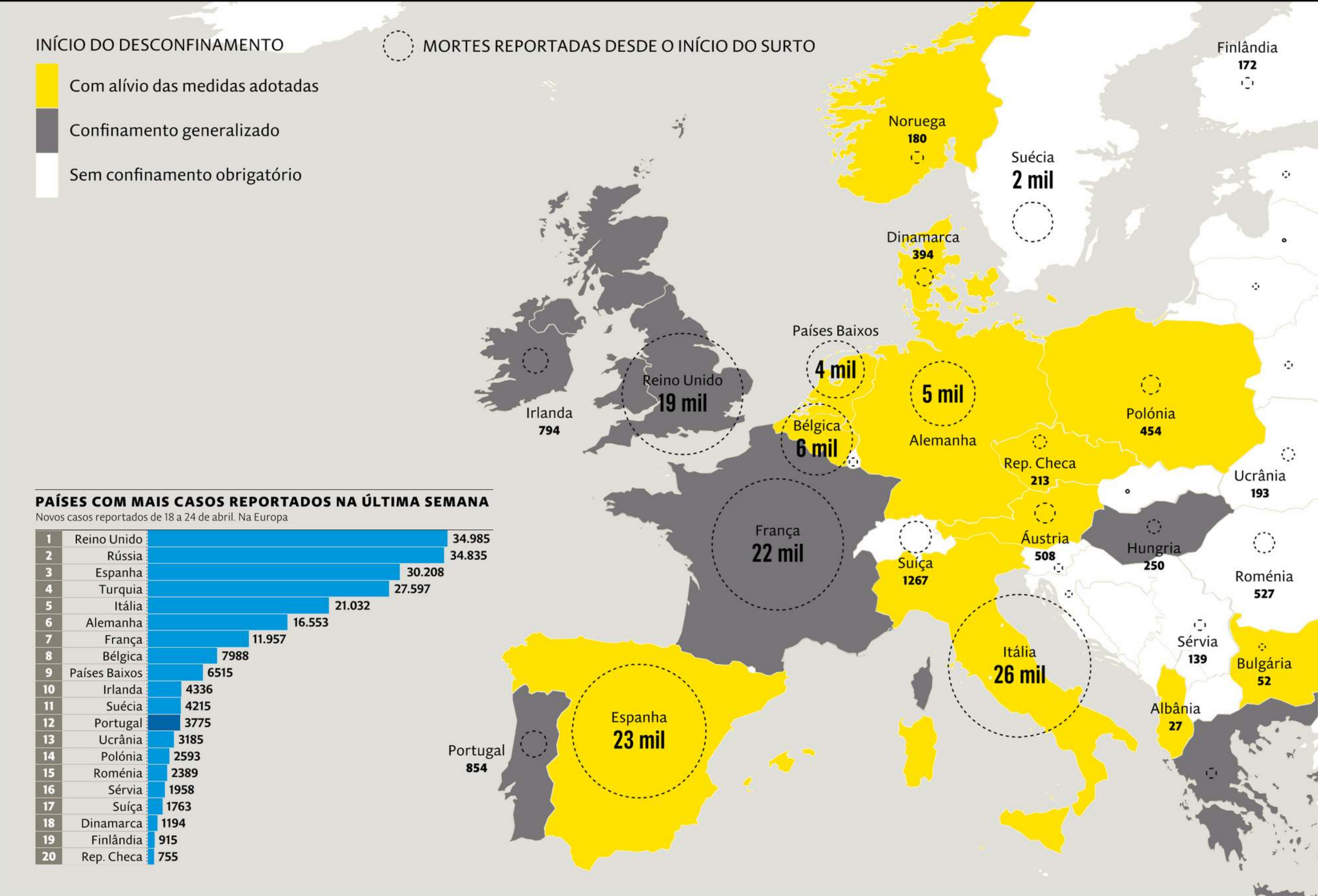
Quer no caso dos procuradores quer no caso dos juízes, as declarações serão feitas aos conselhos e não no Tribunal Constitucional, como os titulares de cargos públicos. Os magistrados dos tribunais administrativos e do Tribunal de Contas também serão obrigados a fazer a declaração, que resulta, aliás, de uma lei apro-

Quem não entregar a declaração de rendimentos incorre em falta disciplinar grave

vada no Parlamento. A não entrega é considerada uma falta disciplinar grave, que pode, no limite, resultar na expulsão dos magistrados que falhem.

Pelo que o Expresso conseguiu saber, nenhum dos códigos menciona restrições à pertença a órgãos de clubes de futebol ou de associações desportivas profissionais. “Essa questão já está definida nos estatutos”, explica uma fonte judicial. Qualquer magistrado terá de pedir autorização ao conselho para fazer parte de um clube. Mas os que já estão em funções — o Conselho de Justiça da Federação Portuguesa de Futebol é presidido por dois juízes e há magistrados nas estruturas do Sporting e do FC Porto — vão poder terminar os mandatos sem qualquer limitação. R.G.

INTERNACIONAL COVID-19



MEDIDAS DE DESCONFINAMENTO A SEREM ADOTADAS

- PORTUGAL

Maio e junho serão os meses de desconfinamento. A reabertura da economia será feita gradualmente, com as medidas a serem levantadas a cada duas semanas
- ESPANHA

Cerca de quatro milhões de cidadãos voltaram ao trabalho, com a polícia a distribuir 10 milhões de máscaras à população que circula nas ruas (ver texto ao lado)

- ALEMANHA

Os alunos voltarão gradualmente às aulas a partir de 4 de maio e algumas lojas vão abrir, mas com normas rígidas quanto ao distanciamento e saneamento social. Grandes eventos serão proibidos até ao final de agosto. A chanceler Angela Merkel alertou os cidadãos para permanecerem atentos, aconselhando-os a usar máscara em locais públicos
- ITÁLIA

Alguns estabelecimentos, como livrarias e lojas de roupa infantil, foram autorizados a abrir na condição de os clientes usarem máscaras e luvas de proteção. Essas empresas devem reforçar o distanciamento social e higienizar as suas lojas duas vezes por dia. Outras medidas de mitigação permanecem em vigor
- BÉLGICA

Abertura de lojas de produtos não essenciais, oficinas e parques exteriores, permitidas atividades desportivas com distância (golfe, ténis) em família
- PAÍSES BAIXOS

Abertura de parques públicos, pequenas lojas, bricolage e centros de jardinagem. Lojas maiores, centros comerciais e cabeleireiros deverão reabrir a partir de 1 de maio

Futuro As sociedades que vão emergir do confinamento vão refletir o impacto dos traumas acumulados. Resta saber como

O preço que a paralisia nos

CRISTINA PERES

Há mais de um mês que Thomas Stelzer não vê a família senão via Zoom ou FaceTime, em sessões agendadas segundo a diferença horária entre Viena e Lisboa. O ex-embaixador da Áustria em Portugal trabalha a partir da capital austríaca e a sua família está em Lisboa. Define-se ao Expresso como “um daqueles tristes *frequent flyers*” que até há pouco esgotavam “os lugares mais caros dos voos”, no constante vaivém de reuniões pelo mundo que uma profissão global exige (ou exigia?). O imobilismo impôs-se de um dia para o outro. Mesmo que o diplomata cedesse à tentação de apanhar um dos voos semanais de preço astronómico que ligam as duas capitais, não escaparia a um mês de quarentena. Uma primeira à chegada a Lisboa, vindo de Viena, e uma segunda em Viena, ido de Lisboa. As fronteiras fecharam-se em todo o mundo assim que os Governos decidiram conter a disseminação do

coronavírus, que já infetou mais de 2,5 milhões de pessoas em todos os continentes. A rapidez com que estas medidas entraram em vigor provocou uma tontura em todos aqueles que só conheceram a era corrente da globalização e de relativa abundância. Como integrar esta nova realidade que, literalmente de um dia para o outro, só deixa descolar voos isolados a preços proibitivos, num cenário de ligações canceladas e forte probabilidade de ficar pelo caminho?

O mundo a partir daqui

Nunca antes na História moderna existiu uma paralisia generalizada como esta que vivem três mil milhões de pessoas, impedidas de entrar ou sair do lugar onde se encontram. Logo no início da crise, os primeiros a verem interditada a passagem de várias fronteiras foram os chineses, que vinham da zona do epicentro do surto da nova doença desconhecida, a China. Seguiram-se outros. Os europeus foram proibidos de entrar nos Estados Unidos por um prazo de 30 dias. E numa questão de horas todas as rotas de migração fecharam, o conta-gotas

das autorizações e dos vistos parou. No início desta semana, o Presidente americano anunciou que fechava o país à imigração. Muitas equipas deixaram de trabalhar, fecharam as escolas e as universidades, suspenderam-se os tratamentos médicos, os casamentos, as formaturas e as reuniões foram adiadas sem nova data à vista. Pararam os festivais, os concertos, as competições desportivas, adiaram-se os Jogos Olímpicos de Tóquio. Milhões de empregos foram perdidos, milhares de empresas não vão

NA EUROPA, O FECHO DAS FRONTEIRAS PÕE EM CAUSA UMA DAS DEFINIÇÕES E MAIS IMPORTANTES CONQUISTAS DA UE: O ESPAÇO SCHENGEN

voltar a abrir. Centenas de milhares de traumas individuais alimentam as alterações sociais, culturais, económicas e políticas que vão perdurar. Na Europa, o encerramento das fronteiras põe em causa uma das definições e mais importantes conquistas políticas da União. O Acordo de Schengen permitia que se viajasse de Portugal aos países bálticos sem parar num único controlo de fronteira. Que impacto terá o que se experimentou durante a paralisia no desenho das sociedades do futuro imediato?

“Sem querer parecer ser cínico”, o cientista político Philipp Sälhof, do *think tank* Polisphäre, em Berlim, não acredita que “seja sequer necessário os Governos xenófobos de alguns Estados-membros, em especial na Europa de Leste”, usarem a crise para “impor mais restrições à migração”. Explica ao Expresso que, salvo “raras exceções, entre as quais Portugal”, os países europeus estão a “tentar reduzir ainda mais do que habitualmente” qualquer tipo de migração. As limitações impostas ao Espaço Schengen vão normalizar-se com relativa rapidez, porque os movimentos nacionalistas de direita na Europa estão cada vez mais concentrados na

proteção das fronteiras externas da União, defende Sälhof. “As vantagens da abertura das fronteiras internas são demasiado óbvias e o ideal nacional da ‘Europa das pátrias’ não exige isolamento uns dos outros a nível interno, apenas em relação ao exterior.” O ‘Brexit’ deixou provadas as imensas desvantagens do encerramento das fronteiras internas e poucos populistas arriscariam essa aposta.

A fatura económica do Sul

O maior perigo reside numa rejeição da União Europeia (UE) por não ter respondido às expectativas dos países, seja isso verdade ou não. Itália demonstra-o de forma enfática, ao virar-se a favor do auxílio vindo da China e da Rússia e contra a UE, em particular a Alemanha. A crise pandémica está a “ser explorada por muitas forças nacionalistas e protecionistas para promoverem a sua agenda antiglobalização, de homogeneidade étnica, que privilegia o ‘Estado-nação primeiro’”, explica Sälhof. A “ironia” que partilha com o Expresso Adriano Bosoni — analista sénior para a Europa do *think tank* norte-americano Stratfor — é o facto

EUROPA

CASOS (MUNDO: 2,6 MILHÕES)

1.270.484

CASOS NA EUROPA

48%

MORTES (MUNDO: 190 MIL)

113.817

MORTES NA EUROPA

61%

TAXA DE LETALIDADE

9%



Rússia
555



Turquia
2491

DINAMARCA

Escolas do ensino básico e algumas igrejas foram abertas. Todos os grandes eventos e festivais permanecem cancelados

ÁUSTRIA

Abertura de parques públicos, pequenas lojas e centros de jardinagem. Lojas maiores deverão reabrir a 1 de maio e o uso de máscara passou a ser obrigatório

NORUEGA

As medidas de contenção começaram a ser levantadas na segunda-feira, com a abertura das escolas

REPÚBLICA CHECA

Algumas medidas foram levantadas esta semana. Comércio local, stands de automóveis e instalações desportivas ao ar livre reabriram

INFOGRAFIA SOFIA MIGUEL ROSA
FONTES: ECDC, "THE GUARDIAN WEEKLY", BBC E "TIME"

Espanha Regresso à vida normal “lento, gradual e assimétrico”

A partir de domingo, as crianças poderão brincar na rua. Madrid quer dar condições à restauração para reabrir portas quanto antes

Espanha inicia amanhã, domingo, a primeira fase de redução das medidas de confinamento exigidas pela pandemia de covid-19. A paisagem urbana mudará radicalmente, com a presença nas ruas e praças dos menores de 14 anos, que, após mês e meio, vão poder voltar a brincar fora de casa. Há condições, é claro: uma hora por dia entre as 9h e as 21h; acompanhados por um adulto que poderá ter a cargo até três menores do mesmo agregado familiar; e com o limite máximo de um quilómetro de distância de sua casa.

Os mais novos poderão levar para a rua os seus brinquedos, bicicletas e trotinetas, mas não poderão aproximar-se de outras crianças, utilizar parques infantis urbanos ou jogos coletivos. Não estão obrigados a usar máscara, mas estas são recomendadas. O distanciamento social de 1,5 metros deverá ser respeitado. O que não está especificado no plano é quem estabelecerá (e como) as tarefas de vigilância do cumprimento destas condições.

É um passo tímido, mas marca uma tendência visível em todos os

âmbitos da vida nacional: máximo interesse em preparar com tempo o regresso à normalidade, sem o imprevisto que causou tanto desgaste ao Governo espanhol nas últimas semanas. O primeiro-ministro Pedro Sánchez refere um processo “lento, gradual e assimétrico”.

Uma comissão de peritos presidida pela ministra da Transição Ecológica, Teresa Ribera, enumerou uma série de critérios objetivos obrigatórios para que se possa levantar as medidas restritivas, território a território. Estas medidas, que cumpram as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), são a capacidade de identificação e isolamento de novos casos de covid-19, a suficiente disponibilidade de testes, uma taxa de reprodução (número de contagiados por cada afetado) inferior a 1 e uma situação hospitalar com um índice de ocupação de camas gerais de menos de 70% e de camas de cuidados intensivos abaixo de 50%.

Várias regiões espanholas (Baleares, Canárias, Ceuta, Melilha) e muitos lugares concretos noutras delas cumprem estes requisitos. Segunda-feira serão lançados em toda Espanha vários macroestudos serológicos, geridos pelos Centros de Cuidados Primários, para conhecer o verdadeiro alcance atual da pandemia em Espanha.

Também os municípios preparam a próxima fase, que provavelmente começará a partir de 9 de maio. Nessa data termina a terceira extensão do estado de alerta decretado a 14 de março. Em Madrid estão a ser definidas as novas condições do transporte público, que, para respeitar a distância entre passageiros, deverá reduzir a sua atividade em 30%: de 5,5 milhões para 1,5 milhões de deslocações diárias em metro e autocarro. Os donos de bares, restaurantes e cafetarias, um dos sectores mais prejudicados pela paragem, vão apresentar em breve à autarquia da capital um plano para ampliar o espaço das esplanadas, instalar barreiras de separação nas salas e dotar os estabelecimentos de material de proteção, incluindo detetores de temperatura. O presidente da Câmara, José Luis Martínez Almeida, é partidário da aceitação destas medidas: “A reativação deve ser feita de forma imediata, embora tendo em conta o risco de que haja novo surto”, afirmou na sexta-feira o político conservador.

Enquanto Pamplona suspende este ano a festa de São Firmino, o mundo do futebol planeia retomar os treinos a partir de 9 de maio, para poder terminar os campeonatos no verão, sempre à porta fechada.

ANGEL LUIS DE LA CALLE

Correspondente em Madrid

internacional@expresso.impresa.pt

OMS ignorou avisos de Taiwan para não paralisar o mundo

Taiwan alertou para risco de pandemia dois meses e meio antes de esta ser declarada. Organização recusa responsabilidades

Taiwan informou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a 31 de dezembro do risco de uma pneumonia atípica, contagiosa entre humanos, que obrigava a isolamento e seria de difícil controlo. “Sabíamos que havia perto de uma dezena de casos de pneumonia atípica, termo usado como referência à SARS [Síndrome Respiratória Aguda Grave], transmissível e causada por um coronavírus”, explica ao Expresso Wellington Shih, um dos diretores da representação económica e cultural taiwanesa em Washington (um sucedâneo de embaixada, dado que a ilha não é reconhecida como independente).

O alarme contrariava os dados do Governo chinês, que serviam de base para as conclusões da OMS sobre a evolução da covid-19 e, por conseguinte, de referência para vários países. “Tivemos cuidado com o palavreado, mas qualquer profissional de saúde conseguiria perceber, da nossa comunicação, que, tratando-se de uma pneumonia atípica que exige isolamento, a possibilidade de contágio era muito provável”, esclarece Shih.

Taiwan avançou com medidas draconianas para travar o surto que se avizinhava, incluindo testes a viajantes da China continental e investigação de todos os seus contactos. Com 24 milhões de habitantes, a ilha do Pacífico registava, até quinta-feira, 427 infeções e seis mortos. À mesma data, havia no resto do mundo cerca de 2,6 milhões de infetados e mais de 185 mil casos fatais.

Fadela Chaib, assessor da OMS, garante ao Expresso que “é incorreto afirmar que não tivemos isto em consideração”. Sobre o que foi feito e quando, a organização respondeu com uma cronologia sem detalhes. A 1 de janeiro a OMS, que é uma agência das Nações Unidas, pediu mais informação às autoridades de Pequim, com quem se reuniu passados dois dias. A primeira deslocação

a Wuhan ocorreu entre 20 e 21 de janeiro e foi “breve”, indica Chaib.

Uma semana antes, já Taiwan enviara técnicos a Wuhan. “Queríamos perceber melhor a epidemia, as medidas de controlo adotadas e o historial de exposição dos pacientes. Confirmámos de imediato que o vírus se transmitia entre humanos”, lembra Shih. A OMS concluiria o mesmo após a tal “breve” missão.

O Expresso perguntou aos representantes taiwaneses como obtiveram licença para a visita, pois a ilha e a China vivem uma espécie de guerra fria desde a cisão de 1949. “Tínhamos homens de negócios em Wuhan”, adianta Longman Chung, da representação taiwanesa em Washington. “Por essa razão, pedimos que os nossos peritos fossem até lá por razões humanitárias. Foi um caso especial.”

A OMS regressou a Wuhan a 16 de fevereiro, numa missão conjunta com a China. No final desse mês, publicou um relatório de 40 páginas, com o objetivo de “informar sobre as futuras etapas de resposta ao surto, assim como os próximos passos na prontidão e preparação para áreas geográficas ainda não afetadas”.

“Bode expiatório”

O episódio descrito anteriormente é um dos que motivam críticas à ação da OMS. Em entrevista recente ao Expresso, a virologista Deborah Fuller, diretora do laboratório da Universidade de Washington, disse que “a pandemia podia ter sido evitada caso a resposta do Governo chinês tivesse sido imediata”.

Na semana passada, o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, aumentou o tom da acusação e suspendeu as contribuições financeiras do seu país para a OMS, que são cerca de 15% do orçamento daquela entidade.

“Trump procura um bode expiatório. Isso é claro”, afirma ao Expresso Anton Gunn, membro da Administração Obama entre 2009 e 2013, período em que liderou a reforma do Sistema de Saúde. “Porém, tal não deve impedir-nos de procurar expli-

cações junto seja de quem for para que os erros não se repitam.”

Regresse-se, por isso, à cronologia da pandemia, fruto do cruzamento de dados fornecidos pela OMS e entidades taiwanesas. A 14 de janeiro, duas semanas depois do alerta destas últimas, a OMS subscreveu as garantias chinesas de que o novo coronavírus era mais um exemplo, como tantos outros transmissíveis de animais para humanos.

A 21 de janeiro, um dia após a primeira ida a Wuhan, a organização acrescentou que havia provas de “transmissão entre humanos”, recomendando, todavia, mais investigação para perceber a extensão do fenómeno. Volvidos dois dias, o Comité de Emergência da OMS concluiu que faltavam motivos para classificar a crise de Ameaça de Saúde Pública de Preocupação Global (ASPPG) — o seu nível de alerta mais alto —, apesar de Pequim ter intensificado as medidas contra o surto e de países como o Japão e a Coreia do Sul somarem casos.

Ao contrário do que fizera em 2002, durante a pandemia de SARS, a OMS não recomendou restrições às deslocações para territórios afetados na China. Quando as autoridades americanas suspenderam voos vindos daquele país asiático, a 31 de janeiro, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, avisou que a medida traria “poucos benefícios” e contribuiria para o “aumento do estigma”.

A 26 de fevereiro, Ghebreyesus sustentou que declarar a covid-19 uma pandemia paralisaria as sociedades e daria a ideia de que o vírus não podia ser contido. “o que não é verdade”, assegurou. Acabou por declarar a pandemia a 11 de março, quando mais de 120 países registavam casos.

O vice-primeiro-ministro japonês, Taro Aso, resumiu há cerca de um mês a frustração global sobre a atuação da OMS. Sugeriu que esta alterasse o nome para “Organização Chinesa de Saúde” e recordou que o alegado atraso obsteu a que “todos tomassem as devidas precauções”.

RICARDO LOURENÇO

Correspondente nos EUA

internacional@expresso.impresa.pt

vai cobrar

de, desta vez, a UE ter feito “muito para ajudar os países em dificuldade”. O Banco Central Europeu anunciou um extenso programa de compra de dívida dos países da zona euro, a Comissão Europeia suspendeu as regras do défice e da dívida, de modo a que os Governos possam gastar mais, e suspendeu as regras da ajuda do Estado, para que os executivos possam resgatar empresas em apuros. Bruxelas anunciou planos de aumento do investimento e auxílio aos Governos para subsídios de desemprego. “No entanto, a narrativa vencedora é a

que designa a UE como ineficiente, deixando os países entregues a si próprios”, frisa Bosoni, lembrando como isto espelha as deficiências do processo de integração europeia.

A crise causada pela covid-19 trouxe alguma estabilidade a Governos europeus com coligações frágeis, como Itália e Alemanha, ou simplesmente impopulares, como França, o que tenderá a inverter-se com a estabilização. No caso de países como a Hungria, a crise de saúde permitiu ao Executivo consolidar o controlo do sistema político.

Mais importante será a emersão da Europa do Sul com “economias muito fracas, altos níveis de dívida e défice e altas taxas de desemprego”, diz Bosoni, sublinhando que é quando as pessoas se preocupam com o futuro que os partidos nacionalistas e antissistema mais “ganham protagonismo, dando respostas fáceis, culpando os partidos tradicionais, a UE, a política de fronteiras abertas e até os imigrantes pelo mau estado da economia”. “Aconteceu nos anos 2010 e vai acontecer de novo, agora que a recessão mundial está apenas a começar.”

cperes@expresso.impresa.pt

OS PAÍSES DO SUL VÃO EMERGIR DA CRISE DE SAÚDE PÚBLICA COM ECONOMIAS MUITO FRACAS, ALTOS NÍVEIS DE DÍVIDA, DE DÉFICE E DE DESEMPREGO

CHINA

Portugueses discriminados por causa do “vírus europeu”

Medo de segunda vaga gera xenofobia e dá pretexto a Pequim para reforçar discurso nacionalista

ANA FRANÇA

Enquanto o terror que nasceu em Wuhan assombra milhares de médicos e famílias em várias cidades europeias, no país onde a pandemia começou são os chineses que olham para os europeus com temor. Já viveram os dias do coronavírus, não querem mais e, para conseguirem manter os números de casos de covid-19 controlados, estão dispostos a aplicar medidas que portugueses residentes na China consideram exageradas. E que servem para Pequim reforçar o discurso nacionalista.

A identificação da doença com os cidadãos estrangeiros começa logo na forma como os meios de comunicação social chineses se referem aos casos novos: são “casos importados” ou “pessoas vindas da Europa”, mas não se diz que se trata de chineses que regressam agora de locais que ainda têm taxas de contágio significativas.

Dos portugueses com quem o Expresso falou ao longo desta semana, apenas um aceitou dar o nome. Os outros mantêm negócios com chineses em Portugal ou com portugueses na China e não querem prejudicar as respetivas empresas, ou são os únicos portugueses num determinado ramo de atividade, o que tornaria fácil identificá-los. Esta recusa também revela a noção, entre os portugueses, de que a China tem forma de saber tudo o que quer.

De porta selada

Vítor Passos é professor de Inglês numa escola privada internacional, onde quase todos os docentes contam episódios de discriminação. “Um dos professores, britânico, teve de ficar em quarentena num hotel, em vez de em casa com os filhos, porque as autoridades disseram que ele tinha vindo num avião com uma pessoa contaminada”, conta. Apesar de não ter filhos, a vida de Ví-



Migrantes em fila para entrar num comboio em Shenzhen, no centro da China FOTO AFP/GETTY IMAGES

tor também não tem sido fácil desde que aterrou, a 24 de março, dois dias antes do fecho das fronteiras aos europeus. “O aeroporto estava um caos, ficámos horas — os europeus — dentro do avião, sem poder sair, e depois, além de ter ficado uma noite inteira de pé numa tenda, mesmo depois de o teste ter dado negativo, vim para casa e selaram-me a porta com uma substância e colocaram nela um alarme que disparava na esquadra da polícia mais próxima se eu tentasse sair.”

Em todo o lado, no ginásio, ao entrar num condomínio fechado para jantar com amigos, no centro comercial, medem-lhe a febre e exigem-lhe máscara, mas os chineses passam sem problema. São episódios quase idênticos, ao pormenor, aos que conta outro português, consultor financeiro em Pequim, ilustrando com uma história que ecoa no seu gru-

po de amigos. “Isto acontece com frequência. Há dias fui a um restaurante. Estava quase cheio, mas quando me sentei parece que apareceram mesas, porque de repente tinha várias delas, vazias, ao meu lado. As pessoas afastam-se, como já me aconteceu no metro”, conta.

Os media da China falam de “pessoas vindas da Europa” sem mencionar que são chineses

Tem outro problema, maior: precisa de sair da casa onde está até maio, mas os guardas do bairro, brigadas de voluntários que, não sendo forças da lei, entregam comida, recolhem o lixo das pessoas em quarentena e vigiam quem sai e entra dos prédios. “Já é

a terceira vez que me vedam a entrada, em prédios diferentes.” Também lhe aconteceu ser barrado ao ir com um amigo, português, a um armazém onde este deixara algumas coisas depois de se mudar para um apartamento mais pequeno. “Disseram-nos para pedirmos a amigos nossos chineses que lá fossem, porque só podem entrar chineses.”

Acusações de racismo

O caso mais grave afeta cidadãos africanos em Guangzhou (Cantão), capital da província de Guangdong, no sul da China. A comunidade, a maior de África em toda a Ásia, queixa-se de não poder entrar em lojas ou restaurantes e conta casos de despejo, por medo de uma “segunda vaga” de coronavírus. A língua portuguesa é comum ali, dada a concentração de angolanos e moçambicanos. A organização

Human Rights Watch (HRW), dedicada aos direitos humanos, repudiou este tratamento discriminatório. O seu vice-diretor disse à agência Lusa que há denúncias de portugueses impedidos de utilizar serviços. “O Governo central tem o dever de proteger toda a gente. Este racismo não tem lugar num país civilizado”, afirmou Phil Robertson, acrescentando que a HRW conhece casos de ataques verbais xenófobos a europeus, na rua e nas redes sociais.

Outra portuguesa, que trabalha na área da comunicação, diz-se consciente destes casos, que lhe são comunicados por muitos amigos de várias nacionalidades. Garante que pessoalmente não tem razão de queixa. O Expresso recebeu imagens de conversas em grupos *online* em que são discutidos problemas parecidos com os que descreveram vários portugueses. “Não é só por causa

do vírus, o vírus é uma desculpa mais ‘válida’, porque tem que ver com saúde. O regime usa-o para exacerbar ainda mais o nacionalismo. Por exemplo, os miúdos chineses que estudam fora receberam uma encomenda com máscaras, equipamento de proteção individual, gel e uma parafernália de panfletos de propaganda. Muitos colocaram-nos nas redes sociais”, conta Vítor Passos.

Questionado pelo Expresso, o Ministério dos Negócios Estrangeiros português (MNE) assegura que não recebeu quaisquer queixas de cidadãos nacionais pelas vias oficiais e que as delegações portuguesas na China continuam atentas. O MNE refere também que as autoridades chinesas emitiram uma carta aberta aos consulados-gerais na região de Cantão repudiando as situações e a discriminação a estrangeiros.

afranca@expresso.impresa.pt

Patriotismo e nada de cão no prato

Xi Jinping reconhece “novas dificuldades” e dados dos últimos meses revelam impacto social da pandemia de covid-19

As escolas do ensino secundário de Pequim vão reabrir gradualmente a partir de segunda-feira, concluindo um capítulo da “normalização” da vida escolar chinesa, iniciada há um mês. Todos os alunos, professores e funcionários terão de usar máscara e de medir a temperatura à entrada nos estabelecimentos de ensino.

Pequim, sede de um município com cerca de 21,5 milhões de habitantes e uma área equivalente a quase um quinto de

Portugal, é um caso especial. “A segurança de Pequim está diretamente ligada à segurança do Partido Comunista e à segurança nacional. Temos de assegurar que não haja casos importados e impedir que esses casos se espalhem dentro da capital”, salientou o Presidente chinês, Xi Jinping.

Pela primeira vez em mais de três décadas, foi adiada a sessão anual da Assembleia Nacional Popular, que costuma decorrer em março. Não contando com os congressos do Partido Comunista, que se realizam de cinco em cinco anos, trata-se do mais importante ritual da agenda política chinesa. Durante dez dias, cerca de

3000 deputados, mais de 2000 senadores da Conferência Política Consultiva e outros tantos jornalistas enchem o Grande Palácio do Povo, no centro de Pequim.

Crescer com a pátria

Apesar dos receios de segundo surto e do aumento de “casos importados”, sobretudo na fronteira com a Rússia, onde vivem dezenas de milhares de chineses, a epidemia parece controlada. Do Tibete às províncias do litoral, o regresso de milhões de estudantes às aulas ampliou o “orgulho nacional”. “Eu e a pátria crescemos juntos”, lia-se no quadro de uma escola de Zhejiang.

Para os novos nacionalistas, o combate à pandemia mostrou mesmo a “superioridade do modelo chinês”. “A América está perdida” e “a democracia de estilo americano é dececionante”, proclamou o diretor do “Global Times”, Hu Xijie. “Na China não houve uma vaga de desemprego como nos Estados Unidos e está-se a pedir às companhias que não dispensem os seus trabalhadores durante a pandemia. Isto é socialismo.”

Oficialmente, porém, no primeiro trimestre de 2020, o desemprego urbano subiu para 5,9%, acima da taxa considerada como “pré-requisito para manter a estabilidade social” (4,5 a 5%). Xi Jinping, cujo culto de personalidade nunca entrou em quarentena, já admitiu a emergência de “novas dificuldades”.

4,5 milhões de divórcios

As perturbações mentais, que até há pouco eram um tema tabu, também aumentaram durante o período da pandemia. “A afluência às urgências bateu todos os recordes”, contou uma psiquiatra de Pequim.

No plano social, sobressai o aumento dos divórcios. Já era um fenómeno alarmante — cerca de 4,5 milhões de casais separaram-se em 2018 —, mas acentuou-se com o confinamento forçado das famílias. Depois do distanciamento social, o “distanciamento conjugal”, assinalou uma publicação digital de Xangai. “As pequenas farpas e defesas que podiam ser ignoradas ou toleradas no dia a dia ficaram expostas, subitamente, e acumularam-se como

uma faca afiada, cortando sem piedade a relação”, afirma Li Hua, psicólogo de Shandong.

Outro sinal dos tempos, a partir de 1 de maio, os restaurantes de Shenzhen — zona económica especial no Sul da China — já não poderão servir carne de cão. Foi a primeira decisão do género tomada por uma grande cidade chinesa. A organização Animals Asia, com sede em Hong Kong, estima que cerca de dez milhões de cães sejam abatidos e comidos anualmente na China. Evocando o “desenvolvimento da civilização humana”, o Ministério da Agricultura retirou o cão da lista das espécies pecuárias, como o porco ou a galinha, considerando-o agora um “animal de companhia”.

No calendário do Partido Comunista Chinês, 2020 era o ano em que a China se tornaria “uma sociedade moderadamente próspera”, sem ninguém a viver “abaixo da linha de pobreza” e com um produto interno bruto *per capita* acima dos 10 mil dólares. O ano ficará para a História, sem dúvida, mas por outras razões.

ANTÓNIO CAEIRO
internacional@expresso.impresa.pt

HONG KONG

Controlar os dissidentes

Católico, formado em Direito em Londres, Martin Lee, 82 anos, é um dos fundadores do Partido Democrático de Hong Kong. Após a transferência de poderes, a 1 de julho de 1997, o príncipe Carlos escreveu no seu Diário: “Deixamos Hong Kong entregue ao seu destino e com a esperança de que Martin Lee não seja preso.” Há uma semana, a polícia de Hong Kong deteve Martin Lee e 14 outros ativistas, acusados de organizarem e participarem em manifestações ilegais. O julgamento está marcado para 18 de maio. Em setembro haverá eleições para o Conselho Legislativo. Um resultado idêntico ao das locais de novembro, que deram ao campo democrático 55,2% dos votos, seria mais um desaire para Pequim. A.C.



Guerra e Paz

Miguel Monjardino
miguelmonjardino@gmail.com

A EUROPA D.C.

Há duas maneiras de olhar para o tempo histórico: como barreira ou como corrente constante. A primeira visão leva-nos a concentrar a atenção e as energias políticas no presente. A segunda liga o passado ao presente e a futuros possíveis.

Estas têm sido as semanas do tempo histórico como barreira. O confinamento físico adotado por praticamente todos os Governos europeus para mitigar as consequências da primeira fase da pandemia teve consequências económicas imediatas. Esta semana, a primeira estimativa do indicador sobre a

indústria e os serviços europeus de abril aponta um valor de 13,5. Em fevereiro de 2009, no auge da Grande Recessão, este valor era muito superior: 36,2.

Tudo indica que a pandemia será a mais profunda crise económica que os países europeus conheceram nas últimas décadas. Como é natural, a atenção dos decisores políticos está concentrada no presente. O Conselho Europeu desta semana terá sido o primeiro de mais alguns com o objetivo de negociar uma solução política que permita estabilizar a zona euro e o mercado interno. Tal é essencial para evitar a continuação do colapso económico ou uma crise financeira que destrua a integração europeia.

A urgência do momento e as necessidades políticas a nível interno e europeu estão a impedir-nos de discernir outra coisa: o choque económico em curso terá consequências estratégicas. É inevitável. Como tenho defendido nas últimas semanas, um dos principais efeitos da pandemia foi acelerar as principais tendências da política internacional. Estamos na fase da perplexidade.

A partir de certa altura, os decisores políticos mais avisados terão de gerir a crise e come-

çar a imaginar e a preparar o futuro da Europa d.c. (depois do coronavírus). Tal implicará uma transição da visão do tempo histórico como barreira para a da corrente contínua. Um bom guia para esta mudança é George Marshall, chefe do Estado-maior do Exército dos EUA durante a II Guerra Mundial e secretário de Estado da Administração Truman.

Temos ouvido falar muito da necessidade de um novo Plano Marshall para a Europa. Por um lado, a analogia é enganadora. Como sabemos, Donald Trump não é Harry Truman. Os EUA estão ausentes em parte incerta. A conceção de futuros possíveis para a Europa terá de ser feita por nós. Por outro, chama-nos a atenção para a importância das fontes da reflexão estratégica informada. Como Richard Neustadt e Ernest May escreveram no clássico “Thinking in Time. The Uses of History for Decision-Makers”, Marshall pensou e agiu com base na conceção do tempo histórico como corrente constante. Foi isso que o tornou muito influente.

A pandemia terá importantes consequências estratégicas. Precisaremos na Europa de líderes políticos e altos funcionários que consigam comparar o passado com os obstáculos e possibilidades do presente para moldar um novo futuro. Onde estão eles e elas? O 25 de Abril é um bom dia para lembrar que não há presente sem futuro.

ISRAEL

“Bibi” no poder, Gantz seu guarda-costas

Após três eleições inconclusivas, foi anunciado um **Governo de emergência nacional**. Será o maior de sempre

MARGARIDA MOTA

“Este é um acordo muito difícil de digerir. Quando o li, deu-me a volta ao estômago. Não quero com isto dizer que preferia que fôssemos para as quartas eleições. Mas é um acordo com pouca substância programática e muitos mecanismos de partilha de poder e de veto.” A reação é de Yohanan Plesner, presidente do Instituto para a Democracia de Israel, durante um *briefing online* à imprensa a partir de Jerusalém, a que o Expresso assistiu.

“É um Governo desenhado para beneficiar de uma ampla base parlamentar e lidar de forma eficaz com a crise do coronavírus, sobretudo do ponto de vista económico.” Em Israel, a pandemia já infetou 14.882 pessoas e matou 193. A partir de hoje, pequenas lojas, barbeiros e salões de beleza têm ordem para reabrir portas.

Após mais de um ano de impasse político e de três idas às urnas inconclusivas, Israel anunciou esta semana um “Governo de emergência nacional”. Os signatários do acordo são Benjamin Netanyahu (“Bibi”), que detém o recorde do israelita que mais tempo serviu como primeiro-ministro, e Benjamin (“Benny”) Gantz, o general que em janeiro de 2019 fundou o Partido da Resiliência de Israel para... tirar Netanyahu no poder.

Durante 18 meses, Netanyahu será primeiro-ministro e Gantz “primeiro-ministro substituto”. Em novembro de 2021, trocam de posições durante igual período. Fica assim provado que as notícias sobre a morte (política) de “Bibi” eram manifestamente exageradas.

Pouca confiança em “Bibi”

Uma sondagem da televisão Channel 13 revelou que 62% dos inquiridos aprovam o novo Governo, mas apenas 31% acreditam que Netanyahu vá honrar o compromisso e passar o testemunho a Gantz dentro de ano e meio. Da mesma forma, 48% têm a percepção de que “Benny” fez mais cedências do que “Bibi” e só 23% pensam o oposto.

“Este não é um acordo de partilha de poder — é um contrato. Netanyahu não tem em Gantz um parceiro; contratou um guarda-costas que estará ligado a si durante os próximos três anos, pelo menos”, defendeu no diário “Haaretz” Anshel Pfeffer, autor do livro “Bibi — The Turbulent Life and Times of Benjamin Netanyahu” (2018).



Gantz e Netanyahu rubricaram o acordo de Governo segunda-feira, em Jerusalém FOTO EPA

“Impedimos as quartas eleições. Vamos proteger a democracia. Vamos combater o coronavírus e tratar de todos os cidadãos de Israel”, resumiu Gantz no Twitter, após a assinatura do acordo. Na mesma rede social, Netanyahu publicou apenas a bandeira de Israel.

Ao mudar de posição em relação a Netanyahu — passando

Durante 18 meses, Netanyahu será primeiro-ministro e Benny Gantz “primeiro-ministro substituto”. Depois trocam de cargo durante igual período. Só 31% creem que “Bibi” honre o compromisso

de opositor a aliado —, Gantz perdeu a confiança dos seus parceiros da aliança Kahol Lavan (Azul e Branco, de centro), com quem foi a votos. Mas os deputados que o partido de

“Benny” elegeram são suficientes para dar a “Bibi” uma maioria confortável no Parlamento (Knesset, 120 membros).

O dilema de Gantz

“Gantz teve de optar entre ir para as quartas eleições, com uma alta probabilidade de Netanyahu vencer com maioria absoluta e ficar em condições de concluir toda a sua agenda, incluindo em matéria de Estado de direito — uma agenda destrutiva, do ponto de vista democrático — ou fazer algum tipo de compromisso, em que não consegue tudo o que queria, mas pelo menos pode defender as instituições e os princípios do Estado de direito.”

Yohanan Plesner calcula que a maioria parlamentar de apoio ao Executivo possa ficar entre os 72 e os 78 deputados. Além do seu Likud (direita) e do partido de Gantz (centro), Netanyahu tem o apoio dos partidos religiosos ultraortodoxos (Shas e Judaísmo da Torá Unida), da extrema-direita (Yamina), de Orly Levy-Abe-

kasis, deputada que desertou do Gesher (centro-esquerda) e... do Partido Trabalhista (esquerda). Este partido histórico, que esteve na fundação do país e hoje não vai além de três deputados, aderiu ao Governo mediante a promessa de reformas sociais.

“Um aspeto problemático do acordo é o enfraquecimento da oposição. Vai ser pequena, fraca e muito diversificada”, diz Plesner. Poderá incluir extrema-direita, ultranacionalistas laicos (Avigdor Lieberman), os partidos árabes, alguma esquerda e as facções saídas do Azul e Branco após o volte-face de Gantz. “Será uma oposição que terá dificuldades para criar algum tipo de coesão.”

Quem controla a Justiça?

O acordo é complexo, cheio de freios e contrapesos, para que nem o Likud de Netanyahu nem o Kahol Lavan de Gantz possam aprovar legislação sem o assentimento do outro. O Executivo começará a funcionar com 32 ministérios, re-

partidos em partes iguais pelas duas forças. “A mensagem que se transmite ao povo é que, na altura em que temos a maior taxa de desemprego da história [mais de 25%], criamos o maior Governo de sempre: cerca de 45 ministros e vice-ministros em 120 deputados. É desnecessário, dispendioso e imoral”, critica Plesner.

Gantz teve de optar entre ir para as quartas eleições, com alta probabilidade de Netanyahu vencer com maioria absoluta, ou fazer algum tipo de compromisso em que possa defender o Estado de direito

Na primeira metade do mandato, Gantz, antigo chefe das Forças Armadas, atuará como ministro da Defesa. O seu partido controlará também os ministérios dos Negócios Estran-

geiros e da Justiça. O Likud fica com as pastas das Finanças e Segurança Pública e com a presidência do Knesset. Para Plesner, este Governo representa um “cessar-fogo democrático”, no sentido em que “significa que a onda de legislação populista anticonstitucional que vimos no Knesset anterior, entre 2015 e 2019 está agora fora da mesa”.

Um exemplo era a chamada Cláusula de Substituição, que permitiria que o Parlamento revertesse leis consideradas anticonstitucionais pelo Supremo Tribunal. “Netanyahu não irá controlar diretamente o Ministério da Justiça, como estava habituado nos últimos meses.”

É com esta ampla cobertura política que Netanyahu começará a ser julgado, a 24 de maio, por suborno, fraude e quebra de confiança. “Pela primeira vez em Israel, um primeiro-ministro que também é réu num processo criminal vai continuar em funções”, conclui Plesner. “Este acordo representa um retrocesso no capítulo do combate à corrupção.”

mmota@expresso.imprensa.pt

Editorial&Opinião

Editorial Na próxima semana começa o lento desconfinamento. O risco é enorme. E o caminho longo. Estejamos conscientes disso

Cuidado com o que desejas

A decisão só será oficializada na quinta-feira, depois de ouvir os especialistas, mas o Governo já nos preparou para ela: vamos entrar na fase dois, a do desconfinamento. Será gradual, medido, mas António Costa assume o risco político. Percebemos porquê: ao fim de mês e meio fechados, os custos económicos são violentos, os emocionais também. Percebendo o sinal, os portugueses já foram começando a sair à rua. Voltarão aos poucos ao trabalho. O que vem é sensível e muito difícil de gerir. O processo de “normalização” será faseado e limitado (única maneira possível), pelo que a retoma virá devagar. Os custos sociais e económicos continuarão a crescer. E os riscos de nova vaga de contágios aumentam muito quando, em ritmo de descida da curva, a taxa de ocupação dos cuidados intensivos está acima dos 50%. A chanceler alemã avisou todos esta semana: estaremos “a caminhar sob gelo fino”. E por muito tempo, até que venha a vacina. Que todos estejam conscientes disso.

25 de Abril sempre Costa e o título

Hoje será a mais difícil comemoração de Abril de sempre. Será em casa, não nas ruas, será a cantar à janela, não em coro. As cerimónias oficiais descambaram numa polémica evitável: o que mais nos une foi mote para o combate político que a pandemia não tem permitido. A culpa pouco importa. Importa registar que o povo celebrará Abril percebendo que não pode haver desfiles. Agora, que os que hoje forem à cerimónia nos mostrem que são dignos dessa notável compreensão — e nos ensinem como o novo normal tem de ser em segurança.

O primeiro-ministro levou para o Parlamento uma cópia da entrevista que o Expresso lhe fez. Para dizer isto: “O título que aqui está não corresponde à pergunta a que respondo.” O título era sobre uma resposta de António Costa à questão sobre o regresso da austeridade (aquela palavra que nenhum chefe de Governo quer ouvir). A resposta do primeiro-ministro também era. O leitor do Expresso sabe bem o que leu. E cada um tirará as suas conclusões, sobre o que lá estava escrito e sobre o que foi dito depois. É para isso que fazemos entrevistas.

O SEU PAÍS É O QUE A EUROPA NÃO QUER?



Pedro Santos Guerreiro
cidadepsg@gmail.com

Nem mais nem menos Europa, nem ruturas nem renascimentos — a Europa desenha a resposta à pandemia para continuar a ser o que é. Não parecemos muito incomodados, no fundo queremos mesmo é mais dinheiro, nesta fantasia também portuguesa de que a UE é “o dinheiro de Bruxelas” em vez de um projeto político. Estamos bem um para os outros: mal uns com os outros. A resposta da UE está a ser o que aqui supus há três semanas, com o otimismo de quem anseia alívio e sem a euforia de quem espera transformação: vamos salvar-nos da crise com medidas complexas que assim enganem as opiniões públicas quanto ao que verdadeiramente são e quanto à pulsão nacional

de chamar vitórias ao que não são derrotas. De zero a cinco, em que zero seria cada um por si e a destruição da União e cinco os *eurobonds* e a refundação da Europa, a resposta está hoje entre o 2 e 4: o estaleiro naval irá construir o maior cargueiro de sempre para biliões de euros, que mais não é do que a emissão conjunta de dívida que se reclamava mas como tal não é nomeada. Falta decidir o tamanho da carga, o custo de transporte, a rota, a duração da viagem. Mas o mais importante é se os Estados terão acesso a dinheiro sob a forma de empréstimos (mais baratos do que em mercado mas sobrecarregando a dívida pública), se como subvenções (a fundo perdido), ou se com as duas componentes (como parece provável). Já temos mutualização do risco, portanto. Agora decide-se quem paga. Só que toda esta conversa sobre dinheiro ignora o mais importante, as opções políticas que lhe subjazem. Cuidado com o que desejas: queríamos *eurobonds*, por exemplo, sem perceber que isso implicaria na

prática que a Alemanha assumisse o controlo da UE. Queremos subvenções em vez de empréstimos, e portanto um orçamento europeu maior do que este minidinho do pé, sem exigir que isso se transforme numa oportunidade para políticas económicas abrangentes e para impostos mais justos sobre grandes empresas, multinacionais, indústrias poluentes ou grandes fortunas que hoje se evadem facilmente para paraísos fiscais ou praças financeiras “ótimas” dentro da própria UE, na Holanda ou no Luxemburgo. A Europa vai sobreviver à crise económica com uma “resposta conjunta”, com suporte no BCE, medidas do Eurogrupo (Mário Centeno teve uma vitória esta semana com a aprovação do seu plano), com reequilíbrios políticos (não é indiferente o Reino Unido estar agora de fora, assim deixando a Alemanha sem aliado poderoso contra a pressão da França, Itália e Espanha) e tratando os eleitores nacionais como tolos. O que incomoda é continuarmos a pensar a UE como se fosse

apenas a UEM, moeda comum em vez de política franca, como se ser europeu fosse disputar milhões e quinhões, desde que enviem envelopes nós construíremos e destruiremos as estratégias que o seu fastio decidirá. No poema ‘Morte ao Meio Dia’, sobre o português que “vende a vida e verga sob a enxada”, Ruy Belo conclui que “o meu país é o que o mar não quer”. Cinquenta anos depois desse poema em ditadura, pergunto-me perguntando-lhe se nesta vida à meia-noite somos o país que arrendou o desenho de futuro à UE sem sequer o influenciarmos ou nos encontrarmos nele, sem reivindicar mais do que dinheiro, sem oferecer menos do que a decisão do que seremos. Somos melhores como povo do que fortes como sociedade. E a política, que é só todo o futuro, afadigou-se em ser suserana boa aluna da lição apressada que nem nos querem empenhadamente dar. Pergunto-me perguntando-lhe, pois, se o seu país é o que a Europa quer — ou pior, se o seu país é o que a Europa não quer.

O MILAGRE É UM PAÍS DISTANTE



Pedro Adão e Silva
padaoesilva@gmail.com

Há, de facto, um milagre português: a forma quase hegemónica como consensualizámos uma democracia. A combinação improvável entre uma revolução social que desmantelou as hierarquias autocráticas e um processo de transição integrador ajuda, ainda hoje, a explicar a forma como gerimos o impacto de crises sucessivas. Foi assim ao longo das últimas décadas. Em 46 anos, superámos a turbulência política da resaca da revolução, as bandeiras

negras da fome e do desemprego no pré-adesão e uma sucessão de crises económicas, a mais profunda há uma década. Este milagre não radica em nenhuma idiossincrasia cultural, é antes feito de um processo político singular, que tem assegurado compromisso e estabilidade. Na feliz expressão do padre Lino Maia esta semana, “afinal somos um povo que se deixa governar”. Perante a covid-19 não tem sido diferente, mas não é garantido que seja sempre assim. Há uns tempos, usei uma metáfora — bloco central de palácios — para dar conta da importância que a coligação informal entre Belém e São Bento tinha no ciclo político pós-*troika*. O último mês e meio só tem reforçado esta ideia: a convergência entre Marcelo e Costa ajuda-nos, agora na resposta à covid-19, e diferencia-nos de outros países onde a polarização política inviabiliza

qualquer compromisso alargado (basta ver o que se passa em Espanha). É por isso que a polémica em torno das celebrações do 25 de Abril deixa nuvens negras sobre o futuro próximo. Apesar de tudo, o nosso “milagre” assenta na forma como a democracia é vista como património de todos — do conjunto da sociedade que viveu a pauperização, a guerra e a privação de liberdades, da esquerda que sofreu as agruras da repressão e, fundamental, da direita irreversivelmente liberal e democrática. Neste momento, nada pior do que, por força de uma controvérsia indesejável, artificial e extremada sobre celebrações, reinventar clivagens, que foram sempre marginais, entre democratas e saudosistas. Convém, contudo, não esquecer que a democracia é já uma instituição adulta, que cumpre 46 anos e está a curtos dois anos

de equiparar em longevidade os longos 48 anos de autoritarismo, e que, em 2020, pela primeira vez, o número de portugueses nascidos depois de 1974 é superior ao dos que nasceram em ditadura. Para muitos, o passado está naturalmente a desaparecer. O risco de perdermos este património pluralista, que só tem valor se pertencer a todos e não à maioria circunstancial de cada momento, é real. Em circunstâncias extraordinárias, com os poderes do Executivo reforçados, celebrar o 25 de Abril, no Parlamento, sede plural do soberano, é ainda mais imperioso. Mas manter o passado vivo obriga também a uma reinvenção das liturgias comemoratórias. Que num momento excecional isso não tenha acontecido, explica uma polémica que tem tanto de estéril como de perigoso em torno da celebração da nossa democracia.

Expresso

Propriedária/Editora: IMPRESA PUBLISHING S.A.
Sede: Rua Calvet de Magalhães, 242, 2770-022 Paço de Arcos, NIPC: 501984046
Administração da IMPRESA PUBLISHING: Francisco Pinto Balsemão,
Francisco Maria Balsemão, Francisco Pedro Balsemão,
Paulo de Saldanha, Paulo Miguel Reis, Nuno Miguel Conde e Cristina Vaz Tomé
Composição do Capital da Entidade Proprietária: 100.000 euros,
100% propriedade da Impresa – SGPS, SA, NIPC 502437464
Registo da publicação na ERC: 101.101 ISSN-0870-1970

Director Geral de Informação IMPRESA
Ricardo Costa

Director
João Vieira Pereira

Diretores-Adjuntos
David Dinis,
Martim Silva,
Miguel Cadete
e Paula Santos

Director de Arte
Marco Grieco

Editores
Vitor Matos (Política),
Joana Pereira
Bastos (Sociedade),
Pedro Cordeiro (Internacional),
Pedro Candeias (Desporto),
João Silvestre (Economia),
Pedro Lima
(Editor-adjunto Economia),
Jorge Araújo (Revista E)
Filipe Garcia
(e Germano Oliveira (Online)
e José Cardoso
(Editor-adjunto
Expresso Diário)

Grande Repórter
Micael Pereira

Coordenadores Gerais de Arte
Jaime Figueiredo (Infografia),
João Carlos Santos (Fotografia),
e Mário Henriques (Desenho)

Coordenadores
Raquel Moleiro (Sociedade),
Elisabete Miranda (Economia),
Vitor Andrade (Economia),
Ricardo Marques (Revista E),
Rui Tentúgal (Fecho),
Tiago Pereira Santos
(Desenho Expresso Diário),
Joana Beza (Multimédia),
Cristina Pombro e João
Cândido da Silva (Online)

Redação, Administração e Serviços Comerciais
Rua Calvet de Magalhães, 242
2770-022 Paço de Arcos
Tel: 214 544 000
ipublishing@impresa.pt

Documentação (Gesco)
cliente@gesco.impresa.pt
Delegação Norte
Rua Conselheiro Costa Braga,
502: 4450-102 Matosinhos
Tel: 220 437 000

Publicidade
João Paulo Luz (diretor),
Ángela Almeida
(diretora da Delegação Norte);
Hugo Rodrigues
(diretor publicidade agências),
Dinorá Casanova e Nuno
Martins (gestores de conta);
Carlos Lopes (diretor
publicidade diretos),
Miguel Teixeira Diniz e Sérgio
Alves (gestores de conta);
Marta Teixeira e Helena
Almeida (gestores de conta
da Delegação Norte)
Tel: 214 544 073/214 698 798
Fax: 214 698 516

Publicidade On Line
publicidadeonline@impresa.pt

Marketing, Comunicação e Criatividade
Mónica Balsemão (diretora),
Ana Paula Baltazar (coord.
de marcas de informação),
Susana Freixo (gestora
de marcas) e Carla Martins
(coord. de comunicação
para relações externas)

Produção
Maria João Lopes (diretora),
João Paulo Batlle y Font
(coordenador),
Carlos Morais e Joaquim
Rodrigues (produtores)

Circulação e Assinaturas
Pedro M. Fernandes (diretor),
Milton Silva (responsável
pela circulação) e Rita Silva
(responsável pelo serviço
de apoio ao cliente)
Serviço de Apoio ao Assinante:
Tel: 214 698 801
(dias úteis, das 9h às 19h)
Fax: 214 698 501; e-mail:
apoio.cliente.ip@impresa.pt

Atendimento Ponto de Venda
pontodevenda.ip@impresa.pt

Impressão
Lisgráfica,
Casal de Stª Leopoldina,
2745 Queluz de Baixo

Distribuição
VASP-M.L.P.
Media Logistics Park
Quinta do Grajal, Venda Seca
2735-511 Agualva Cacém
Tel: 214 337 000
Pontos de Venda:
contactcenter@vasp.pt
Tel: 808 206 545
Fax: 808 206 133

Tiragem média de março:
70.275 exemplares

Associação Portuguesa
para o Controlo de Tiragem

apct
Associação Portuguesa
de Imprensa

VISAPRESS
Direitos de Autor Protegidos

Assinatura Expresso Digital
Trimestral (12 semanas): 18€
Anual (52 semanas): 78€
Bi-Anual (104 semanas): 104€
Ligue já 214 698 801 ou vá a [lojaexpresso.pt](#)
(de 9h às 19h, de 19h às 21h e de 10h às 13h)

ESTATUTO EDITORIAL DISPONÍVEL EM
[www.impresa.pt/Lei78/2015](#)

SIM, SENHOR MINISTRO



Qualidade Devida
Luísa Schmidt
sociedade@expresso.impresa.pt

O ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, teve a feliz ideia de enviar três perguntas a um conjunto de personalidades para pensar a saída das duas crises: a atual, da covid-19, e a económica já em marcha. O Expresso, que não perde pitada das iniciativas do senhor ministro, resolveu também oferecer o seu modesto contributo com as limitações evidentes da métrica desta coluna. 1. Sobre as ameaças e oportunidades para o ambiente e sustentabilidade. A maior ameaça é voltarmos agora para trás e repetir os erros em vez de os emendar. Reduzir as exigências ambientais e sanitárias, deixa-nos mais vulneráveis a doenças e a problemas ambientais e sociais.

A oportunidade que temos agora é perceber o momento e saber mudar. Não para uma economia da pedra lascada, mas para uma modernidade com futuro. Temos boas condições para isso: boa ciência e tecnologia; unidades industriais criativas; e alguns recursos abundantes (mar, sol e vento). É só preciso ajudar ao impulso a tempo e de forma integrada. 2. Sobre a forma da economia verde contribuir para a criação de riqueza e bem-estar. O Governo dispõe de meios bastantes para tornar muitos dos problemas de agora em ocasiões para modernizar o sector produtivo. E não só através da fiscalidade verde em benefício de atividades e empresas que cumpram critérios de sustentabilidade. Também na agricultura, garantindo atividades estratégicas e diversificadas para o abastecimento interno seguro — dentro de uma política integrada de conservação da natureza e de uma infraestrutura ecológica nacional que proteja os solos e a água, ou seja, o futuro. Apoiar também todas as indústrias que contribuam para a mobilidade limpa. E dar impulso às políticas de transição energética justas e inclusivas, o que

passa pela aposta séria na eficiência energética dos edifícios, nas comunidades energéticas, na microgeração (com o solar) e nas redes inteligentes. Tudo isto cria empregos qualificados, além de melhorar o conforto térmico, a qualidade do ar e a saúde pública, reduzindo as bolsas de pobreza energética que nos envergonham no quadro europeu. Estimular no turismo o empreendedorismo sustentável, separando-o da indústria descontrolada do turismo de massas que destrói recursos e não traz rendimento estável ao país. É preciso não deixar destruir as paisagens litorais que nos restam, nem as Áreas Protegidas. O aeroporto do Montijo tem que ser repensado a partir do seu próprio fundamento no turismo de massas. E, claro, promover o único fator de enriquecimento significativo e duradouro, que é o conhecimento, e apoiar o Pacto Ecológico Europeu, reforçando

a cooperação internacional e contribuindo para desencarcerar o projeto europeu. 3. Quanto aos interlocutores e parceiros fundamentais para desenvolver uma política ativa. Só a integração regular e cooperativa de diferentes sectores terá eficácia. Para isso, a ação governativa conjunta é determinante. O Ministério do Ambiente poderá protagonizar processos inovadores nas tomadas de decisão, mobilizando os sectores da economia para um futuro sustentável e não apenas para as habituais mesas de negociações. Pensamos também no papel da ciência e na sua imprescindível independência ética e funcional; nas organizações não-governamentais e nas autarquias, porque todo o trabalho será mais eficaz e mais sólido se for construído na base local e na proximidade humana que ela implica. E também na comunicação e na educação que bem precisam de viver mais ligadas entre si de maneira viva e criativa. E na juventude, que tem de ser chamada, ouvida e envolvida na construção do futuro do país que vai ser o seu. Um futuro que se constrói igual ao passado, não é um futuro e por isso não tem futuro.

A oportunidade é perceber o momento e saber mudar, não para uma economia da pedra lascada, mas para uma modernidade com futuro



Daniel Oliveira
danieloliveira.lx@gmail.com

LIBERDADE,
IGUALDADE,
FUTILIDADE

No debate quinzenal de quarta-feira estavam os mesmos deputados que estarão hoje. Quando houve votações, que foram quase todas as outras vezes, estiveram muito mais. Porque se concentrou a indignação na sessão do 25 de Abril? Por causa de 30 convidados em galerias com 660 lugares? Por se julgar que “celebração” era festa e não trabalho? Muitos estão demasiado cansados para não se indignarem e as intervenções pouco pedagógicas de Ferro Rodrigues não ajudaram. Outros apenas esperavam uma desculpa para se oporem à celebração da data. Avistando uma avassaladora crise no horizonte, prefiro não perder mais tempo com futilidades e usar este dia para falar de dois dilemas presentes: A escola deve abrir primeiro para os alunos que vão a exame? Temos de confinar os idosos até haver vacina? Respondendo negativamente às duas perguntas, o meu ponto não são as conclusões, são os critérios: os da igualdade e da liberdade. Chamo-lhes “critérios de Abril”.

O da igualdade. Durante todo o período de confinamento, milhares de crianças e jovens pobres foram retirados do elevador social da escola. Tinha de ser. Em casa, ficaram entregues às suas condições sociais e ao apoio pedagógico que as famílias não lhes podem dar, muitas vezes sem acesso a computadores e internet. Enquanto isso, os colegas da escola pública ou dos colégios, com melhores condições em

A escola devia abrir primeiro para os alunos que vão a exame? Vamos confinar os velhos até haver vacina? Usemos os “critérios de Abril”

casa, foram ganhando vantagem. Chegando o momento do Estado fazer escolhas, a escola não abriu para os mais novos, como noutros países. Deverá abrir para os alunos do 11º e 12º ano e só nas disciplinas em que há exames. Contando com os cursos profissionais, andará por metade dos alunos que acabam o 12º ano os que concorrerem ao ensino superior. E a proporção é bem mais baixa entre todos os que frequentam o ensino obrigatório. Claro que não são todos ricos ou de classe média. Mas é na outra metade que está a grande maioria dos que foram mais prejudicados pelo confinamento. Ao fazer esta opção, o Governo confirma que a prioridade da escola é a seleção de licenciados, prejudica os pais que têm urgentemente de regressar ao trabalho e não dá prioridade a quem está mais desamparado neste momento: as crianças mais pobres nas fases iniciais de aprendizagem, para quem estes meses valem muito.

O da liberdade. Corre por aí a ideia de que vamos fechar os velhos em casa até isto estar seguro, isolando-os da sociedade e das suas famílias. Seria, em alguns casos, uma condenação à morte. A solução tem de depender das suas idades, situação de saúde, condições e, no caso de estarem lúcidos, vontade. A solidão mata. Mata mais do que a obesidade. E para um idoso ou um doente terminal esta não é passageira. Desde que não ponham em risco terceiros, só a eles cabe decidir se a aceitam. A nós, cabe encontrar alternativas que reduzam riscos para os que a recusem. Neste 25 de Abril começa um novo período da nossa história. São os critérios que usarmos para ultrapassar dilemas como estes, e não a fútil indignação com o número de deputados em plenário, que nos dizem como lidaremos com o que aí vem. E o que aí vem não é bonito.

O Governo tem estado bem, ou até muito bem. Face à informação disponível, tomou decisões prudentes e acertadas

Estamos preparados para reavaliar e corrigir?

Se sempre admirei quem tem muitas certezas, mais admiro quem as tem em relação à situação atual e à forma de sair dela. Os factos de que necessitamos para formar uma opinião são tão incertos que é mesmo admirável. Não sabemos qual a percentagem da população que já teve contacto com o vírus, pelo que não sabemos qual a sua letalidade nem sabemos quantas pessoas estão imunizadas. Na verdade, nem sequer sabemos se a imunização será completa, parcial ou altamente falível. Em relação à economia, não sabemos verdadeiramente quais os danos que estão a ser causados. Não só porque falta informação em tempo real, mas também porque é difícil prever as consequências das políticas de confinamento (e também quais as consequências de não haver estas políticas).

Talvez por ter toda esta incerteza em mente, considero que o Governo tem estado bem, ou até muito bem. Face à informação disponível, tomou decisões prudentes e que se revelaram acertadas. Vale a pena lembrar que, apesar de já terem morrido algumas centenas de pessoas com covid-19, ainda ninguém morreu por incapacidade do sistema de saúde. Não faltaram camas, médicos, oxigénio ou ventiladores. Olhando para os números de doentes em Cuidados Intensivos, vemos que ficámos com uma margem confortável. Como o objetivo do confinamento não era o de derrotar o vírus, mas “apenas” o de evitar o colapso dos nossos depauperados serviços hospitalares, temos de concluir que passámos esta fase com sucesso.

A 14 de março, escrevi que, se fosse para evitar 5 mil mortes prematuras, então valeria a pena incorrer numa quebra no PIB de 15% e ter o défice que fosse necessário. É impossível saber com exatidão quantas mortes evitámos. Temos até ao momento menos de mil mortes registadas. Nova Iorque tem 15 mil. A comparação não é a melhor. Afinal, apesar dos seus 9 milhões de habitantes, Nova Iorque pouco mais é do que uma ilha com a área da nossa maior ilha, São Miguel. A Suécia, que também tem uma população semelhante à nossa, tem mais do dobro dos mortos. Mas a comparação direta também é difícil, não só porque o clima é bastante diferente, como também porque tem uma área bastante maior e as relações familiares e sociais podem ter diferenças relevantes. Na Bélgica, com uma população semelhante à nossa, mas um terço da área, morreram mais de 6 mil pessoas. Se é certo que não sabemos por que motivos nuns países a mortalidade é tão elevada, não é descabida a hipótese de



Luís Aguiar-Conraria
Professor de Economia da Univ. do Minho
lfaguiar@eeg.uminho.pt

Apesar de já terem morrido algumas centenas de pessoas com covid-19, ainda ninguém morreu por incapacidade do sistema de saúde

as políticas aplicadas em Portugal terem evitado milhares de mortes prematuras. Acresce que também não é claro que a estratégia sueca, a principal alternativa na Europa, tenha custos económicos muito menores. De acordo com as últimas projeções do FMI, em 2020, a quebra do PIB sueco será similar à nossa.

Não havendo vacina à vista, resta-nos aprender a viver com o coronavírus. Mais uns meses parados e viveríamos numa economia de subsistência. Portanto, a economia vai reabrir. A forma como se está a planejar a reabertura implica uma retoma aos soluçõs. Pior do que isso, temos de estar preparados para a hipótese de se cometerem erros que nos obriguem a dar passos atrás. Mas, se devemos estar prontos para reverter a reabertura de alguns sectores da economia que se revelem erradas, também devemos estar preparados para o inverso: reverter decisões de não-reabertura que se revelem equivocadas.

Como expliquei em artigos anteriores, não gosto da solução encontrada para o ensino básico e secundário. Aos problemas que aponte, podemos juntar novos dados. Vários estudos concluem que as crianças quase não sofrem com esta doença e, tão ou mais importante, são muito pouco transmissoras da mesma. A nossa tendência natural é para proteger as crianças, mas, neste caso, são elas quem menos precisa dessa proteção. Quer isto dizer que a primeira grande decisão que o Governo tomou sobre a reabertura da sociedade e da economia, que foi a de não haver aulas presenciais para centenas de milhares de estudantes entre o 1º e o 10º ano de escolaridade, terá sido completamente errada. Mesmo do estrito ponto de vista da saúde pública, muito provavelmente era pelas crianças e pelos mais jovens que o reinício das nossas vidas devia ter começado.

De momento, vivemos uma situação caricata no ensino. Enquanto os mais novos, que são o grupo populacional de menor risco, estão em casa, vemos o ministro da Ciência do Ensino Superior a pressionar as universidades e politécnicos a recomencem as aulas presenciais com estudantes adultos. Não dá, universidades e politécnicos têm muitos alunos que vivem a centenas ou milhares de quilómetros. Vários milhares são estrangeiros. Depois de os mandar para casa, não dá para os chamar de volta para as três semanas de aulas que faltam para acabar o semestre.

Portanto, esqueçam o ensino superior e repensem o que decidiram para o básico e secundário.

Os problemas na Educação

Aprender com a crise

Rui Machado Gomes
UC | CES | OP.Edu

Ana Benavente
ULHT | CeiED | OP.Edu

Paulo Peixoto
UC | CES | OP.Edu

As crises tornam mais evidentes os limites e as desigualdades dos sistemas sociais. São analisadores que permitem diagnósticos crus. As dificuldades e as fracturas expostas do sistema educativo português desde o início da crise da covid-19, do pré-escolar ao superior, foi a demonstração límpida de quatro contradições que vêm do passado e sempre estiveram presentes.

A primeira diz respeito a uma escola que amplifica as desigualdades que nos diminuem. A alternativa do ensino diferenciado em função do ponto de partida de cada um tornou-se uma necessidade absoluta revelada pela crise.

A segunda tem aparência tecnológica, mas é sobretudo económica e social. O ensino à distância, o desigual acesso a computadores e à internet, a literacia digital, que não fora democratizada no passado,

a diferente possibilidade de obter ajuda dos pais para a realização de tarefas escolares transformaram-se, num curto período, em barreiras intransponíveis para o acesso à educação.

A terceira vem do modelo pedagógico obsoleto que domina a escola desde o século XIX. Um sintoma do desagrado de há muito com o ensino colectivo, em que se ensinam muitos alunos como se de um só se tratasse, foi-nos dado pelas respostas ao questionário do OP.Edu: 65% dos estudantes do ensino superior consideram que os professores não estão preparados para o ensino não presencial. Sinal de que os efeitos negativos deste modelo novecentista de escola graduada se tornaram mais evidentes na sua transposição automática para o ensino não presencial. A ficção continua a ser a mesma de sempre: ver em todos os alunos de um grau/classe um só indivíduo médio capaz de aprender com base na informação do professor. Se é assim no ensino superior, a que acedem os mais favorecidos, é mais grave ainda nos outros níveis de ensino, social e economicamente mais heterogêneos.

A quarta foi exposta pelo logro da meritocracia baseada no exame.

Os autores escrevem de acordo com a antiga ortografia



Henrique Raposo
henrique.raposo79@gmail.com

PIOR DO QUE A MORTE

Não aceitarei novo estado de emergência, entrarei em desobediência civil se o cerco à nossa liberdade apertar de novo. O motivo é simples: os efeitos da quarentena já ultrapassam os efeitos do vírus. E nem sequer estou a falar da crise económica, que já está a ser traumática. Estou a pensar sobretudo na crise mental.

O medo é a grande infeção. O medo já infetou a psique coletiva. Há cada vez mais defensores da vigilância eletrónica dos cidadãos. Contra esta corrente, é preciso dizer que a transferência do “capitalismo de vigilância” para o “estado de vigilância” representa a morte de séculos de liberdade republicana. Sem um mandado de um juiz, a Google e o Levitã não podem saber onde eu estou nem podem avisar os meus vizinhos ou o meu autarca sobre o meu estado de saúde. Prefiro correr riscos de saúde do que correr o grande risco: colocar a minha liberdade nos bolsos de burocratas que só veem “eficácia”. Além da psique coletiva, o medo está a contaminar a mente de cada um de nós. E a perpetuação do estado de emergência até poderá salvar alguns idosos do vírus, mas atirará todos os idosos para um estado de letargia mental muito perigoso.

O estado mental dos mais velhos, de resto, coloca todas as famílias perante um dilema: ou aceitam o risco e voltam ao convívio familiar normal ou continuam a marinar na solidão e no medo até ao advento da vacina. Só que a vacina vai demorar pelo menos um ano. Eu não aceito viver no medo. Não aceito. A minha mãe era uma operária balzaquiana com brônquios dickensianos. É um alvo, sem dúvida, mas eu prefiro assumir o

Entre viver com o fantasma de ter sido eu o foco de infeção da minha mãe e uma vida interrompida que atira a minha mãe para um final de vida noturno, eu prefiro a primeira hipótese

risco. Viver em liberdade tem sempre riscos. E uma sociedade que não aceita o risco é uma sociedade que tem uma noção de liberdade demasiado almofadada (e por isso potencialmente autoritária). Entre viver com o fantasma de ter sido eu o foco de infeção da minha mãe e uma vida interrompida que atira a minha mãe para um final de vida noturno, eu prefiro a primeira hipótese. Claro que a decisão final será sempre dela: mãe, queres ficar um tempo indeterminado nessa clausura ou queres ver as tuas netas? Sei qual é a resposta dela. Espero que a respeitem. Espero que respeitem a liberdade e o risco da minha mãe, que resolverá o dilema para o lado do contacto familiar. Até porque é um pouco sinistro vivermos neste cenário: a sociedade que dá aos idosos a liberdade para escolherem uma morte artificial numa boutique de suicídios é a mesma sociedade que quer impedir a morte natural provocada pela interação normal entre seres humanos.

Eu aceito a morte natural da minha gente às mãos da covid-19. É triste, mas é uma morte natural. Nós morremos de cancro, de ataques cardíacos, de ataques virais, etc. É o ciclo da vida. O que eu não aceito é o mergulho da minha gente numa depressão oceânica causada pela perpetuação do estado de emergência. Salvar os nossos pais do vírus não pode ter como consequência o mergulho generalizado na tristeza mecanizada, a depressão. Temos todos de crescer e assumir o risco. Se não o assumirmos, perderemos a sanidade, a liberdade e os nossos pais para algo muito pior do que a morte.

Opinião

Peritos refletem sobre descoberta recente Deficiência de vitamina D e covid-19: apenas coincidência?

Conceição Calhau
Nova Saúde Nutrition

Jaime C. Branco
Reumatologista, Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental

Durante décadas, a vitamina D foi reconhecida como um elemento-chave no controlo do metabolismo ósseo. Atualmente, a importância da vitamina D vai muito além disto. Quer presente na alimentação quer fotossintetizada através da pele, a vitamina D assume no organismo forma ativa: uma hormona. Sabe-se hoje que tem funções muito relevantes, com efeitos anti-inflamatórios, antioxidantes, antimicrobianos, designadamente na hipertensão, na diabetes, no cancro. Mais importante ainda, existe evidência científica sobre o efeito protetor relativamente a complicações respiratórias virais.

Curiosamente, há precisamente um ano foi publicado numa revista científica internacional um conjunto de resultados sobre os níveis de vitamina D nas diferentes regiões do mundo. E isso ajuda nesta reflexão.

Veja-se o exemplo da Europa: nos países do Mediterrâneo, Espanha, Itália, Grécia e Portugal, a percentagem de população com deficiência de vitamina D é superior à dos países do Norte. Apesar de latitudes maiores e menor incidência do sol, os países do Norte da Europa, tipi-

camente, fazem suplementação de vitamina D. Já nos países do Mediterrâneo, ou por tradicionalmente não fazerem suplementação e/ou por razões genéticas, a suscetibilidade para a deficiência é maior.

Com a chegada à Europa da covid-19, ficou muito claro que a severidade da doença era só para alguns. A vulnerabilidade não é igual para todos. Apenas alguns indivíduos, os chamados grupos de risco, como doentes hipertensos, obesos ou diabéticos, são sintomáticos e com grande probabilidade de um cursar da doença com pior desfecho.

Mais, reconhecemos que os países mediterrânicos, como Espanha e Itália, estão a viver um cenário covid-19 dramático. Situação diferente é vivida, por exemplo, na Finlândia ou na Dinamarca. Avaliando a severidade dos doentes, fazendo a razão ‘número de doentes severos’ : ‘número total de doentes por milhão de população’, em Espanha é de 1,9 e em Itália de 1,1. Se olharmos para a Finlândia, o valor é francamente mais baixo, 0,13, tal como na Dinamarca, 0,07. Relativamente aos níveis de vitamina D, a prevalência de indivíduos com deficiência severa varia entre 0,4% e 8,4% nos países do Norte da Europa e entre 4,6 e 30,7% nos países do Sul. Num estudo recentemente publicado, que estimou a prevalência e os fatores de risco para a deficiência em vitamina D na população nacional, verificou-se que 60% dos portugueses adul-

tos apresentavam algum grau de deficiência. Os preditores de risco que se revelaram mais importantes foram ser mulher e ter idade igual ou superior a 75 anos, obesidade e consumo atual de tabaco. Também as variações sazonais (níveis sanguíneos mais baixos no inverno e primavera) e geográficas (deficiência mais frequente nos Açores e Norte e Centro do continente e menos frequente no Algarve, Alentejo e Madeira) interferem com os níveis de vitamina D.

Há poucos dias, investigadores da Universidade de Turim comunicaram existir uma deficiência severa de vitamina D em doentes covid-19. Será que ser obeso, hipertenso ou diabético representa um maior risco para a severidade da doença, tal como ser idoso? Os factos mostram que sim. Mais, muitos destes indivíduos de risco são os que tomam medicamentos que interferem com a síntese de vitamina D, como estatinas ou glicocorticoides, e não tomam qualquer suplementação. Será que é para aqui que devemos também direcionar a nossa atenção científica? Sim, por isso consideramos importante estudar os níveis de vitamina D em doentes covid-19, a presença de alterações em genes relacionados com o metabolismo da vitamina D. E em diferentes grupos de doentes, com sintomas ligeiros, moderados e severos. Estamos já a fazê-lo nos Hospitais de Santa Maria, em Lisboa, e de São João, no Porto. Veremos se há coincidências.

Cartas da semana

Os originais das cartas não devem ter mais de 150 palavras, reservando-se a Redação o direito de as condensar. Os autores devem identificar-se indicando o nº do B.I., a morada e o nº do telefone. Não devolvemos documentos que nos sejam remetidos. As cartas também podem ser publicadas na edição online.

Para contacto:
Cartas@expresso.impresa.pt

Novas realidades em tempo de mudança

Sendo um dado adquirido que as finanças públicas vão ficar em muito mau estado, porque não vai haver muito dinheiro para muitos sectores do domínio público, caso da Defesa, a ideia de chamar à prestação do serviço militar alguns milhares de jovens parece-me uma medida acertada, até porque se esse serviço for prestado durante um ano e mediante uma compensação financeira simbólica, serão realizados em simultâneo alguns objetivos que podem contribuir para uma maior solidariedade entre todos os portugueses.

Se o eventual regresso do serviço militar obrigatório se concretizar, e a Constituição não o aboliu (Artigo 276º, nº 2), os jovens de várias regiões do país poderão trocar opiniões sobre as suas áreas de origem, as suas experiências profissionais e/ou académicas, os seus interesses culturais, etc., assim se reforçando a necessária coesão nacional para a reconstrução do país.

Havendo vozes discordantes dessa eventual decisão da

Assembleia da República e do Executivo, caberá ao PR, comandante supremo das Forças Armadas e um político capaz de unir os portugueses, dizer aos jovens que os sacrifícios de hoje ajudarão a erguer uma sociedade mais justa e melhor preparada para os desafios que se colocam nos próximos anos.

MANUEL ALVES, Lisboa

Sobre o isolamento dos idosos

Na vossa edição do passado sábado, li com estupefação, indignação e repulsa a primeira parte da crónica de Miguel Sousa Tavares, designadamente quando escreve: “Porém, há uma exceção e disso depende o êxito — ou a ousadia — de todo o plano: os velhos devem continuar encerrados, porque representam um perigo sanitário público e uma ameaça à sustentabilidade dos serviços de saúde. Devem, então, ser mantidos longe da vista, afastados de qualquer contacto com os outros, até que haja uma vacina e a sua distribuição seja universal — talvez no verão do próximo ano, na melhor das hipóteses. Encerrados em casa sozinhos e entregues a si mesmos ou fechados em lares, em hotéis, em pavilhões, onde for. Confiados à cura de profissionais, de voluntários ou, se necessário, das Forças Armadas.” “Entregues a si mesmos”, “encerrados... onde for”! Para ele, se necessário, chamam-se

as Forças Armadas. Eu diria mais: chame-se a polícia!

ALBERTO DA CRUZ FERNANDES, Lisboa

Recuperar o tempo perdido

A utilização de máscaras enquanto medida preventiva no combate à pandemia da covid-19 é absolutamente determinante. Infelizmente, o Governo acordou tarde para o problema. Quando já não podia mais negar as evidências, arancou finalmente a transformação das linhas de produção de empresas têxteis, que irão agora fabricar milhões de máscaras para o mercado nacional e para exportação. É urgente certificar o produto em todos os mercados internacionais, usar os canais diplomáticos para vender as máscaras portuguesas e reconverter toda uma indústria estagnada com a pandemia. O que se aplica às máscaras pode ser replicado no fabrico de viseiras de plásticos, animando as empresas de moldes e de plásticos, sectores dependentes de um mercado automóvel em estagnação. Se tudo continuar na mesma, depois de andarmos a comprar material de proteção e tratamento contra a pandemia aos chineses, se não mudarmos de vida, só nos resta abrir os braços e esperar que eles queiram tomar conta das nossas empresas por tuta e meia.

CARLOS DE MATOS, Leiria

In Memoriam

1932-2020 Quis ser deputado britânico e deputado europeu, em vão. Criou um partido que considerava a Terra Santa o centro do Mundo

7º marquês de Bath

José Cutileiro

Alexander Thynn — havia em adulto mudado o seu nome de Thynne para Thynn por razões de história da família e também de fonética —, 7º marquês de Bath, morreu no dia 4 do corrente no Royal United Hospital de Bath, onde fora internado dias antes e onde lhe fora diagnosticada infeção por coronavírus, cuja morte foi confirmada por *post* no Facebook do Safari Park de Longleat, imponente casa senhorial construída sobre terrenos urbanizados por Capability Brown (propriedade sua, situada nas suas terras), que acrescentava que “a família gostaria de expressar toda a sua apreciação pela dedicação da equipa de enfermeiros, médicos e outro pessoal de saúde que tomaram conta de Alexander de maneira tão profissional e compadecida em altura difícil para todos, pedindo período de privacidade para poderem lidar com a sua grande perda”, privacidade que vai ser bem precisa nos dias e semanas que vão seguir-se, pois, quanto mais importante o centro, maior a excentricidade, tecendo-se espécie de palimpsesto entre o que a vida do 7º marquês ia sendo e o que poderia ter sido, sem menos excentricidade, a começar pela sucessão predeterminada — seu filho, conhecido até agora por visconde Weymouth, herda o título, mas tal acontece em altura em que estava de relações cortadas com o pai (ou melhor, em que o pai cortara relações com ele, por ele ter desrespeitado pinturas suas, isto é, pintadas por si, destruindo-as) quando era, por tradição, o administrador da casa, a propósito, não se tratando de caso inédito na saga secular dos Bath, e vinda também, com essa sucessão, a fortuna, tricentésima quinquagésima nona do Reino, segundo os entendidos, estimada em 157 milhões de libras esterlinas em 2009, um dos dois alicerces indispensáveis ao exercício da excentricidade de Bath, sendo a outra o nascimento.

Tudo fora assim na vida do 7º marquês. Embora as suas muitas



FOTO GETTY IMAGES

pinturas, nas paredes de Longleat e alhures, bem como os seus múltiplos livros e ensaios sugiram fortemente um autodidacta, fora, como era próprio do seu estado, educado em Eton e Oxford (Christ Church), lá pertencendo aos clubes devidos, e servira como oficial do Exército num dos regimentos snobes do país. Contra a corrente, porém, em vez de educar filho e filha se-

Desde Paris passara a andar descalço, a usar barba e cabeloira e a vestir túnicas coloridas

gundo os costumes da sua classe, mandou-os para *comprehensive schools*, as mais igualitárias instituições de ensino secundário da Grã-Bretanha — e em tudo contra o mundo a que pertencia.

E o casamento fora excêntrico, com modelo húngara de 15 anos que conhecera quando estudava em Paris: ela continuou a viver em Paris, levaram vidas amorosas independentes e conceberam o herdeiro. Bath teve também a residir nas suas terras, em casas diferentes, ao longo dos anos, cerca de 70 mulheres, a que chamava *wifelets* (tradução portuguesa, possidónia, seria ‘es-

posecas’). Desde Paris passara a andar descalço, a usar barba e cabeloira e a vestir túnicas coloridas. Enchera as paredes de Longleat de pinturas eróticas, dedicando uma sala ao “Kamasutra”. E escrevera imenso: se tivesse algum talento teria ligado o nome à língua de Shakespeare, mas não foi o caso. O pai fizera de Longleat uma mistura de jardim zoológico e parque de diversões; o filho desenvolvera tudo isso, usara televisão, e Longleat é hoje uma instituição das ilhas.

Toda a vida se interessara por política. Tentara ser deputado britânico e deputado europeu, em vão. Criara partido próprio que considerava a Terra Santa o centro do Mundo.

Menos excentricamente, ou melhor, quando o palimpsesto fazia coincidir a sua excentricidade com a excentricidade do seu país, foi, como Lord hereditário, membro do Parlamento Britânico. Tomou assento na Câmara dos Lordes com os liberais — até Tony Blair ter reduzido (para 92) o número de Lordes hereditários que podem também ser parlamentares.

Além disto tudo, foi um homem divertido.

José Cutileiro escreve de acordo com a antiga ortografia

OBITUÁRIO



Leonardo Mathias

1936-2020 O homem que o diplomata Seixas da Costa diz ser “um dos grandes embaixadores que Portugal teve” era o filho mais velho de Marcello Mathias e da grega Fédora Zaffiri, com quem se casou em 1935.

Leonardo nasceu em Lisboa, licenciou-se em Histórico-Filosóficas nesta cidade e seguiu o caminho profissional do pai, que, além de ter sido ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar e de ter mantido correspondência regular com o ditador, foi embaixador de Portugal em Paris durante 24 anos,

período durante o qual contribuiu para a vinda da Coleção Gulbenkian para Portugal. Leonardo Zaffiri Duarte Mathias era irmão do embaixador e escritor Marcello Duarte Mathias e de Helena Duarte Mathias. Casou-se em primeiras núpcias com Isabel Rilvas, pioneira do paraquedismo feminino em Portugal e mãe dos seus dois filhos, Maria Mathias Cortez de Lobão e Leonardo Mathias, que foi secretário de Estado da Economia de Passos Coelho. Em 1976, foi nomeado embaixador de Portugal no Iraque, passou pela missão de Portugal na ONU (Nova Iorque) e teve um papel decisivo na REPER (Bruxelas). Foi secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros dos dois Governos de Francisco Pinto Balsemão, que o considerava “um bom amigo”. Deixa viúva Teresa de Carvalho. Dia 22, de leucemia.

● **Lee Konitz (1927-2020)**, músico americano, foi um influente saxofonista e um dos precursores do be-bop. Tocou com Miles Davis e era o último sobrevivente do grupo de músicos que gravou o mítico “Birth of Cool”, uma das obras-primas do jazz. Tocou e gravou com todos os grandes, de Bill Evans a Dizzy Gillespie. Dia 15, de covid-19.

● **Brian Dennehy (1938-2020)**, ator americano, celebrou-se pelo papel do xerife Teasle, o vilão de “Rambo, a Fúria do Herói”, disposto a tudo para correr da sua cidade com John T. Rambo, o traumatizado Sylvester Stallone. O sucesso do filme e da sua personagem catapultou-o para papéis em fitas como “Cocoon”, de Ron Howard, “Silverado”, de Lawrence Kasdan, ou “A Barriga de Um Arquiteto”, de Peter Greenaway. Em 2000 recebeu um Emmy pela série “Morte de Um Caixeiro Viajante”, uma adaptação do clássico de Arthur Miller. Dia 15, de causas não reveladas.

VAI FICAR TUDO BEM #26

“400 mil euros em livros é uma colher de chá para esvaziar as águas da maior crise editorial de sempre.” Para Francisco Vale, editor da Relógio D’Água, “a medida apresentada pelo Governo no Dia Mundial do Livro é demasiado curta para ser verdade e está longe de responder à dimensão da maior crise de sempre no sector”.

EIXO DO MAL

“Já ultrapassámos várias bancarrotas na praia. Estávamos falidos, mas íamos à praia. Este vírus sacana até isso nos tirou.” Esta semana debate-se o regresso à normalidade. Como será? Teoria geral de praias é o tema favorito de Luís Pedro Nunes, que não imagina “o povo português passar um verão sem poder ir à praia”.

MONEY, MONEY, MONEY #30:

O que se passa com o preço do petróleo? O preço do barril WTI caiu para valores negativos nos EUA. Um acontecimento insólito que ilustra bem a volatilidade que se vive no mercado internacional de crude. E é preciso perceber até onde pode cair a cotação do barril e quais as consequências para as bombas.

POSTO EMISSOR #14

BLITZ convida Manuela Azevedo, dos Clã. Dos sinais de apocalipse à primavera na aldeia. Subscriba o podcast de música da BLITZ.

COMISSÃO POLÍTICA #123

Austeridade na praia, ambiguidade na política. António Costa anunciou limitações nas idas à praia e outras medidas para regressarmos à normalidade possível. Nas políticas, porém, ainda não percebemos: o primeiro-ministro recusa a austeridade, mas não garante o chumbo de políticas restritivas.

PODCASTS EXPRESSO



Francisco Miranda Rodrigues
Bastonário da Ordem dos Psicólogos

“A solidão tem mais impacto na saúde do que a obesidade”

Texto **BERNARDO MENDONÇA**
Foto **TIAGO MIRANDA**

Se é certo que os tempos que vivemos estão a provocar um impacto emocional em todos os portugueses, para uns o abalo é bem maior. Sobretudo para aqueles que já tinham alguma vulnerabilidade, os que estão mais isolados ou passaram subitamente a enfrentar maiores dificuldades económicas. Sabe-se que a venda de antidepressivos e ansiolíticos disparou em março, assim como os ataques de pânico e crises de ansiedade. Este é o ponto de arranque desta conversa com o bastonário da Ordem dos Psicólogos, Francisco Miranda Rodrigues, que falou dos efeitos psicológicos desta crise sanitária e das armas de combate a usar. Para ouvir integralmente no *podcast* “A Beleza das Pequenas Coisas.”

■ Com esta pandemia, o que é certo é que as relações familiares, sociais e as rotinas como as conhecíamos mudaram drasticamente, vivemos um “novo normal”. Parece vivermos uma série de ficção paranoica. E isso tem uma fatura, não tem?

■ Tem. E que não é igual para todos. Não quer dizer que não haja aprendizagem e ganhos pelo caminho, mas não podemos ignorar que nem esses ganhos estão ao alcance de todos da mesma forma. É uma situação em que as desigualdades se podem acentuar. Assim como as perdas e alterações que todos nós podemos ter. Este novo normal terá certamente consequências diferentes para uns e outros.

■ Mas ninguém está a salvo do impacto emocional que isto provoca, pois não?

■ Ninguém está a salvo, verdadeiramente. Aliás, nas coisas que têm a ver com a nossa saúde psicológica, ninguém está. Nós às vezes achamos que [esses problemas] só acontecem aos outros. Como achamos o mesmo relativamente a outros problemas de saúde física. Há é pessoas que têm algumas competências e fatores de proteção que mais facilmente podem fazer com que elas resistam com menor sofrimento. E que se adaptem mais rapidamente ao que estamos a viver. Essa é uma das coisas que diferencia muito uns e outros. Mas quando falo de fatores protetores não me refiro só a coisas internas, mas também de coisas externas. Ou seja, podemos estar a falar de habitação, por exemplo. E a habitação e a qualidade da habitação que nós temos pode ser um fator protetor ou um fator que aumente o risco.

■ Como o estar-se desempregado ou sozinho em casa...

■ São tudo fatores de risco. Aliás, aqui há uns tempos, ouvi o Pedro Adão e Silva referir que esta crise não é exatamente igual para todos, fazendo uma ligeira correção àquilo que estava a ser dito, que era uma doença que chegava a toda a gente. É verdade que tem esta potencialidade de chegar a toda a gente, temos visto gente de todos os estratos sociais atingida por ela, mas a verdade é que a forma como atinge e as consequências que ela tem no seu todo para todos nós é diferente. E é diferente logo a começar pela nossa situação socioeconómica.

■ Algumas das reações comuns nesta fase é a sensação de tristeza, medo, confusão, irritação, ansiedade, perturbações no sono. Mas quais os sinais de alarme que nos deverão levar a pedir ajuda especializada?

■ Esses são sinais expectáveis do que estamos a viver. É importante que aceitemos que todos nós possamos sentir isso. Digo-o até por mim. Perturbação, não digo. Mas sinto mais dificuldades em adormecer. Tristeza? Sim. Em alguns momentos já me senti mais triste do que o normal. E até com algumas lágrimas a escorrerem-me dos olhos. Devemos aceitar isso como uma reação emocional ligeira, que não é preocupante. Pode tornar-se preocupante se a partir de determinado momento a frequência e a intensidade com que estas situações ocorrem levam a que comece a ser difícil de compatibilizar com as tarefas que temos de cumprir. A intensidade deve ser o primeiro sinal de alerta.

■ Segundo o INE, quase um milhão de portugueses vivem sozinhos, e deverão estar a viver este confinamento de uma forma bem mais solitária. É a nova solidão momentânea e imposta para combater a covid-19.

■ Sim, a solidão é algo que esta crise vem acentuar para muita gente. E já é conhecido o efeito da solidão em ter-

mos de saúde psicológica e geral. Os impactos da solidão são ainda muito negligenciados em termos de impacto na saúde. São muito maiores os impactos que a solidão tem na saúde de uma pessoa do que os impactos da obesidade. E, no entanto, em Portugal há um investimento muito maior no combate à obesidade do que a combater a solidão das pessoas. Este isolamento físico não tem de conduzir obrigatoriamente a que nos sintamos em solidão. Nós podemos manter o contacto social à distância, através de videochamadas. Aquelas pessoas que não conseguem manter esse contacto, mesmo que à distância, estão em muito maior risco de caírem verdadeiramente em solidão.

■ A venda de antidepressivos e ansiolíticos disparou em março — é uma subida de 28% face ao mesmo mês do ano passado. E os ataques de pânico e crises agudas de ansiedade voltaram a aumentar no país. Isto seria de esperar, não?

■ A situação veio agravar-se e não espanta. Por um lado, as pessoas que já os consumiam podem ter antecipado o levantamento de medicamentos por estarem confinados e terem medo que essa medicação deixasse de estar disponível. E temos aquelas pessoas que procuram nos psicofármacos uma resposta. Nós, infelizmente, não temos muito acesso a outras escolhas mais adequadas para a maior parte das situações, ou seja, a intervenção psicológica ou psicoterapêutica. O acesso a estes serviços é ainda muito difícil no país e a maior parte da população não tem recursos financeiros para o fazer por si só. Mas, atenção, te-

mos falta de psicólogos no SNS, mas não temos falta de psicólogos no mercado. Existem mais de 20.000 em Portugal, não existem é essas vagas no SNS.

■ Está a funcionar uma linha de apoio do SNS24, criada pelo Governo e pela Ordem dos Psicólogos para apoiar a população e profissionais de saúde em tempos de pandemia, e que conta agora com 63 profissionais de saúde e tem capacidade para 700 chamadas por dia. Isto é suficiente?

■ Para já, sim. Esta linha foi criada a pensar nas situações mais frequentes ou expectáveis numa situação destas. Para algumas pessoas é o suficiente, e não se fala mais nisso. Para outras pessoas poderia ser recomendável um acompanhamento subsequente. E esse é que é o problema. Não me refiro ao encaminhamento de urgência, porque esse está garantido. Estou a falar dos outros casos, que são geralmente os esquecidos disto tudo. Por exemplo, falo das pessoas que possam ter ficado desempregadas e, por via disso, estarão com níveis de ansiedade muito elevados que, nalguns casos, se torna um problema para o seu dia a dia. Esta intervenção telefónica pode permitir-lhes que, durante algum tempo, consigam gerir a situação. O que não significa que o consigam fazer durante muito tempo. E alguns talvez precisassem de mais ajuda. E se já toda a gente admitia que faltavam psicólogos para fazer isto nos cuidados de saúde primários, a única novidade é que se faltavam... agora faltam mais, porque há um maior número de pessoas que vai precisar deles.

bmendonca@expresso.imprensa.pt

OUÇA A ENTREVISTA COMPLETA NO PODCAST “A BELEZA DAS PEQUENAS COISAS” EM EXPRESSO.PT



Henrique Monteiro



FOTO GETTY IMAGES

UMA EUROPA A DUAS GERAÇÕES

Enquanto a Europa discute (à europeia, estamos habituados) o dinheiro necessário para uma crise sem precedentes, em Portugal, como em vários outros países, discute-se o fim progressivo do confinamento. Sendo totalmente honestos, temos alguns sinais que encorajam esse retomar progressivo da atividade? Duvido, por vários motivos. Se é certo que conseguimos manter a curva pandémica em limites aceitáveis, incomparavelmente melhor do que Espanha, Itália, Reino Unido, França, Bélgica ou Holanda, não é menos certo que nada nos indica, por ora, que tenhamos o problema controlado. Não é pessimismo, é realismo.

E, no entanto, a economia, reduzida à sua expressão mais simples, é também insustentável. Isto leva-me a pensar em algo que parecia razoavelmente herético: ao contrário das boas e piedosas intenções iniciais, uma vez mais é a economia a determinar os nossos passos.

Não vou discutir, porque não sei quando atingimos o pico

da pandemia em Portugal nem quanto tempo dura o planalto antes de iniciar a descida. Sei que entre matemáticos dedicados ao estudo epidemiológico há divergências ou, pelo menos, enfoques diferentes. Mas vejo sinais muito preocupantes ao mesmo tempo que outros muito encorajadores. Estes referem vacinas e tratamentos para muito em breve, fruto da colaboração global de cientistas (a parte boa da globalização, a que muitos, propositadamente, fecham os olhos); do lado mais pessimista vemos como a primeira tentativa de normalização em Espanha redundou em algo pior do que havia; de como em Singapura, depois de pensarem ter dominado o vírus, ele voltou em força; como a China é acusada de esconder

números; como várias pessoas que tiveram a doença e foram dadas como curadas voltaram a testar positivo.

Há, pois, duas dimensões: a necessidade de não deixar que uma brutal crise económica pós-pandémica mate meio mundo à fome (depois de se salvar meio mundo da doença); e o medo de que o esforço feito no último mês e meio seja em vão. Qualquer responsável, perante decisões desta natureza, tenderá a ser cauteloso. E daí as máscaras obrigatórias, as lotações limitadas, as praias com regras estranhas, todo o esforço que, um pouco por todo o mundo, se vai ensaiando. E insisto: não porque o vírus e a pandemia estejam a ser derrotados, mas porque não podemos continuar parados. É uma

decisão difícil de tomar, que pode correr mal seja qual for a decisão. É, aliás, natural que muita coisa corra mal, apesar de todos os cuidados.

Hoje, seria fácil perguntar por que motivo não se atacou a pandemia com o uso generalizado de máscaras e com o confinamento de apenas aqueles que são mais vulneráveis? Aliás, com a frieza e eficácia própria dos alemães, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, já veio dizer que os mais velhos e os grupos de risco terão de, provavelmente, ficar confinados até ao fim do ano (isto se não houver outra vaga da doença).

Assim se criaria uma Europa não a duas velocidades (como também ainda parece possível) mas a duas gerações. Aqueles que trabalham e arriscam uma doença, no geral, relativamente ligeira; e aqueles que, para não atrapalhar a economia e os hospitais, ficam em casa. E deste modo voltamos ao que sempre fizemos, apesar das piedosas intenções: os velhos que se amanhem, o mundo regressa ao *business as usual*.

hmonteiroexpresso@gmail.com

Isto leva-me a pensar em algo que parecia razoavelmente herético: ao contrário das boas e piedosas intenções iniciais, uma vez mais é a economia a determinar os nossos passos

OS DIAS DA QUARENTENA

25 DE ABRIL
Sou, com certeza, um dos mais novos que se podem lembrar do Largo do Carmo, da alegria desse dia, da resistência da PIDE/DGS (DGS, sigla que, por sinal, voltou à ribalta), das exigências do fim da guerra colonial, dos presos a sair de Caxias, do grupo da Junta de Salvação Nacional que, à noite, anunciou o programa de democratização, e de todas as peripécias seguintes, como a do primeiro-ministro Palma Carlos mandar os jornalistas “à bruxa” para saberem o que se ia passar. Lembro-me, ainda, dos anos anteriores, das fugas à frente do capitão Maltez, de

sermos apanhados e detidos na Faculdade de Medicina por protestarmos contra a guerra colonial. Tal como muitos outros, infelizmente já todos a caminho dos 70, vivi e vivo o 25 de Abril com alegria, mas isso não faz de ninguém melhor ou pior. O regime tem pais, a liberdade não. O modo como o Parlamento se impôs ao povo, fazendo o que lhe impede de fazer — uma comemoração —, foi desastrado; a atitude arrogante de Ferro, um erro descomunal. A celebração é sempre um símbolo, não depende de locais ou de quantos lá estão. A liberdade, mais do que comemorar-se, vive-se, exerce-se.

PRESSÃO DE AR
António Costa crê que pelo menos uma pressão de ar já a Europa tem para combater a crise. Melhor do que a “fisga” que recebeu, mas longe da “bazuca” que preconiza. A Europa é assim: a cada momento em que parece desmoronar-se, há sempre um remendo que a salva. Mas há ainda muito jogo para ver.

ALVÍSSARAS
Já acho tão maçador ter de estar sempre a falar de Trump e de Bolsonaro (e isto é porque não sabemos o que fazem outros, de países tenebrosos) que dou alvíssaras a quem consiga caracterizar coisas como as que

Bolsonaro fez numa manifestação que apelou ao golpe de Estado ou como a ideia de Trump de injetar desinfetante nos pulmões para os limpar, sem utilizar palavras que firam as suscetibilidades dos leitores.

MAIS NA RUA
Os registos dos telemóveis dão conta de que houve mais pessoas nas ruas nos últimos sete dias do que em qualquer outra altura do confinamento. É certo que andam quase todos fartos de não sair de casa, mas não o é menos que os sinais dados pelas autoridades correspondem a melhorias que podem gerar expectativas falsas.

CNPD
A nossa Comissão Nacional para a Proteção de Dados deve estar a cumprir a lei, não duvido. Mas a lei é extraordinária para estes períodos. Não se pode rastrear doentes por meios eletrónicos; as empresas não podem medir a temperatura dos seus empregados; ainda avisou as Câmaras Municipais de que é ilegal identificar os infetados. E vai por aí fora com restrições óbvias para tempos normais mas que são um pouco ridículas em tempos excecionais.

LISTA DE ESPERA
Com 60% a 70% das cirurgias adiadas, como serão agora as listas de espera? É melhor nem pensar nisso...

REFLEXÕES VIRAIS



FUMAR É BOM?
Um aluno do professor Zahir Amoura, chefe da equipa de doenças autoimunes e sistémicas no hospital da Sorbonne (Pitié-Salpêtrière), chamou a atenção para o facto de haver uma taxa baixíssima de fumadores entre os pacientes chineses com covid-19. Perante o ceticismo do professor, o aluno, o médico Makoto Miyara, insistiu. E, num domingo de meados de março, a equipa fez um inquérito sobre hábitos tabágicos dos doentes com covid. A taxa de fumadores era tão baixa que se decidiram por um estudo a sério, já com a colaboração da professora Florence Tubach. A chefe de serviços de saúde pública, menos de um mês depois, tinha conclusões: os fumadores têm cinco vezes menos hipóteses de apanhar covid. “É raro observar tal amplitude em epidemiologia”, disse ela ao diário “Le Figaro”. E pronto! Aqui temos a prova de que nem tudo é mau... embora nem tudo seja bom, porque fumar faz mal a várias coisas. A ideia, agora, é testar se os pensos com nicotina, usados para combater o tabagismo, terão efeito na proteção dos danos causados pelo vírus.



TELEMEDICINA
Por todo o mundo, clínicas e médicos começaram ou reforçaram consultas por videoconferência. Quando não há melhor... é o melhor que há. Mas o método tem as suas limitações. Já a ideia de que ia para Medicina quem tinha médias de 19 no liceu criou uma geração de médicos (salvo as devidas exceções) sem empatia com os pacientes. Entra-se no consultório e sai-se com uma bateria de análises e três exames, sem contacto físico, sem conversa, sem conhecer antecedentes, sem humanidade. A telemedicina piora esta prática. Confundir uma gastroenterite com uma peritonite é absolutamente possível se o médico não colocar a mão no ventre do doente. A falta de contacto, além do adiamento de muitas práticas médicas (que se tentam agora recuperar), tem sido outro dos danos colaterais da pandemia.



DAS PREVISÕES
O WEF (Fórum Económico Mundial) tem no seu estudo 2019/2020 a lista dos 10 maiores riscos para o mundo, realizada a partir de inquéritos a líderes mundiais.

O primeiro risco é ‘extremos climáticos’, depois vêm mais quatro relacionados com o clima. Seguem-se fraudes na web e ciberataques, crises de água e crises de finanças. Sobre saúde, nem uma menção. Quando a pergunta é sobre a dimensão dos impactos que essas crises trariam, o clima continua em primeiro lugar, armas de destruição maciça em segundo e... em 10º ‘doenças infecciosas’. O homem é, de facto, um animal prevenido...

“



A velhice traz, com os seus aspetos nefastos, o conforto de saber que em breve nos livraremos deles

Ralph Waldo Emerson (1803-1882), poeta norte-americano, em “Journal”

”



VIVER PELO DÉFICE, MORRER PELA DÍVIDA

U sei este título numa crónica do Expresso em 2011, na semana em que o resgate de Portugal pela *troika* fora anunciado. Em poucos anos, numa permanente fuga para a frente política e orçamental, o Governo de José Sócrates tinha deixado de se gabar do resultado do défice para amontoar uma dívida inimaginável que nos colocou entre a espada e a parede quando a maré mudou. Repito-o agora porque espero que estejamos a entrar numa história bem diferente. A crise económica e social será muito mais profunda e abrupta do que a anterior, com uma interrupção do circuito económico em quase todo o mundo em simultâneo e um colapso do PIB sem precedente recente para a maior parte dos países. Sem uma recuperação conjunta e tendencialmente simultânea em toda a UE, o projeto europeu fica ainda mais coxo e politicamente comprometido. Tudo o que se conhece até agora deve deixar-nos muito apreensivos. O sucesso do Conselho Europeu de quinta-feira só existiu porque ninguém decidiu as questões mais concretas.

Os líderes europeus criaram uma bazuca, mas ainda não a carregaram nem sequer escolheram os rockets

Os líderes europeus deixaram para trás algumas divisões e concordaram num Fundo de Recuperação Económica, uma espécie de bazuca orçamental, para levantar uma economia arrasada. Mas adiaram as discussões mais relevantes: qual a sua dimensão, como se financia, a quem se destina e por quanto tempo, e, mais importante, como se divide entre empréstimos e subsídios a fundo perdido. Será maior a fatia dos empréstimos, que terão sempre de ser pagos e fazem disparar a dívida pública, ou a dos subsídios, que não são devolvidos? Esta simples pergunta é fundamental para podermos perceber até que ponto os países da UE estão dispostos a investir numa recuperação conjunta. No caso português — como para os países muito endividados — é fundamental perceber como funciona a componente de empréstimos e como é que essa nova dívida é contabilizada. Se, de repente, passamos a ter um dívida pública próxima dos 135% do PIB temos um problema dramático para gerações e gerações de portugueses. Se existir uma solução que, de alguma forma, coloque esta nova dívida num plano diferente, a recuperação pode ser mais rápida. Seria dramático que, depois do primeiro superávit em democracia, voltássemos à espiral da dívida explosiva. Até conhecermos o desenho da bazuca esse cenário não está totalmente afastado. rcosta@expresso.imprensa.pt

**Família**
O lar, doce lar tornou-se para alguns amargo **R36**

**Caso Rui Pinto**
Juíza põe o seu lugar à disposição **P29**

**Hubert Reeves**
O pioneiro da história do Universo **R48**

25 de Abril às arrecuas

Apenas três conselheiros de Estado — dos que não têm duplo chapéu — vão à AR. Partidos recuaram e só levam 46 deputados

Eram para ser 130, mas afinal sentar-se-ão hoje no Parlamento, para comemorar o 25 de Abril, menos de 100 pessoas. A lista de convidados foi emagrecendo, a de deputados encolheu de 77 para 46 e, se a explicação dos partidos é romântica — 46 é também o número de anos que a democracia celebra —, o processo fez-se de remendos e recuos. A 15 de abril, os líderes parlamentares reuniam-se com Ferro Rodrigues e congratulavam-se pela maioria expressiva que aprovara a cerimónia com um terço dos deputados, a somar a alguns convidados. O PSD falava de um “largo consenso” que tinha por “pano de fundo” uma proposta de Rui Rio; PS, BE e PCP alinhavam mas atribuindo a arquitetura da festa a Ferro; só os mais pequenos — CDS, PAN, IL e Chega — reclamavam, pedindo moldes

diferentes ou uma redução mais radical das presenças. Desde então, a polémica ganhou tração, e o Parlamento teve, a pouco e pouco, de ceder. Durante o fim de semana, o PS anunciou que abdicaria de parte considerável da sua quota (de 36 para 22 deputados). Entretanto, voltou a reduzir o número, assim como o PSD (de 27 para 13) e o BE (que só leva 4). Contas feitas e refeitas, os deputados serão só 46 — e o número total de presenças não deve chegar a 100. **Maioria dos conselheiros de Estado não vai** Quando Ferro Rodrigues começou, há mais de um mês, a falar com o Presidente da República sobre o 25 de Abril, concordaram que a data devia ser assinalada, mas logo aí houve *nuances*. Marcelo admitiu uma pequena cerimónia na parada do Quartel do Carmo, mas Ferro achou que devia ser no Parlamento, em versão reduzida. Marcelo admitiu sem convidados, Ferro

articulou com os serviços que apenas se convidasse quem surge no protocolo do Estado acima dos deputados, o que já reduzia a lista. O Presidente da República, que se costuma fazer acompanhar por uma extensa comitiva, desta vez vai só com um ajudante de campo. E gostou de saber que os membros do Conselho de Estado alinharam maioritariamente pela bitola restritiva. Dos 19 conselheiros — excluindo os que estarão na cerimónia com outro estatuto, como o primeiro-ministro ou o ex-Presidente Ramalho Eanes, e os que tendo sido convidados noutra condição, como é o caso de Cavaco Silva, saem da lista —, apenas três aceitaram o convite. A saber: Francisco Louçã, Domingos Abrantes e a provedora de Justiça. O gabinete de Lúcia Amaral esclareceu, no entanto, que a titular do cargo sente o dever “institucional” de estar presente, “quaisquer que sejam as suas convicções pessoais sobre a adequação da cerimónia às exigências do presente”.



Muçulmanos em comunhão à distância
RAMADÃO O mês sagrado do Islão decorre, este ano, de 23 de abril a 23 de maio. Com a pandemia a impedir aglomerações, uma opção para comemorar é ler escrituras religiosas no telemóvel, como faz este fiel em Paris. Tempo de jejum e abstinência, de oração e reflexão, é o nono mês do calendário islâmico e assinala a revelação ao profeta Maomé pelo arcanjo Gabriel, no ano 610, do que viriam a ser as primeiras palavras do Corão, livro santo da segunda maior religião do mundo. Em Portugal, com as mesquitas fechadas, o imã David Munir sugere palestras online, como um “rebuçado espiritual” FOTO MOHAMMED BADRA/EPA

Tancos: assaltante nega ser informador

João Paulino terá alertado várias vezes os militares que tinha assaltado os paióis de Tancos e não era um mero intermediário

O alegado líder do assalto aos paióis nacionais de Tancos terá avisado “várias vezes” os dois militares da GNR de Loulé, Bruno Ataíde e Lima Santos, que tinha estado implicado no crime. Esta foi uma das principais revelações feitas por João Paulino ao juiz Carlos Alexandre no Tribunal de Monsanto na última terça-feira. O ex-fuzileiro insistiu nesta versão com o magistrado, assumindo que fez parte do assalto realizado na madrugada de 28 de junho de 2017 e negando que fosse apenas um informador da GNR ou da Polícia Judiciária Militar (PJM), como alegam algumas das defesas. “Quando firmou um acordo

com os dois militares de Loulé para entrega das armas em troca de não ser responsabilizado criminalmente, todos tinham a perfeita noção de que estavam a negociar com um dos assaltantes e não com uma pessoa externa ao assalto”, frisa uma fonte do processo. Este depoimento de João Paulino durante a fase de instrução coloca em xeque algumas das teses de arguidos da GNR e da PJM, que apresentaram ao Ministério Público o homem de Ansião como sendo seu informador. “Do ponto de vista dos militares, o facto de apontarem Paulino como sendo um mero denunciante ou intermediário com os assaltantes livrava-os de qualquer tipo de ilegalidades”, frisa a mesma fonte. Só que Paulino, que até esta terça-feira se tinha mantido em silêncio, vem agora baralhar o caso já de si complexo.

A Carlos Alexandre, João Paulino disse também lembrar-se das referências feitas aos nomes do major Vasco Brazão, da PJM, e ao então diretor da mesma polícia militar, o coronel Luís Vieira. Ter-lhe-á sido ainda referido pelos dois militares da GNR com quem negociou a entrega das armas de guerra o nome do então ministro da Defesa, Azeredo Lopes, que de acordo com as palavras de Paulino “também acompanhava este processo”. Só posteriormente, quando viu na comunicação social que o caso era investigado pela PJ civil, e não pela PJM, é que percebeu que o acordo que tinha selado com Bruno Ataíde e Lima Santos era ilegal. O debate instrutório está marcado para os dias 4 e 5 de maio, também no Tribunal de Monsanto. O caso tem 23 acusados, entre assaltantes e militares que participaram no plano ilegal de restituição das armas furtadas. Os suspeitos são acusados de crimes de associação criminosa, abuso de poder e denegação de justiça.

Expresso

Sábado
25 de abril
de 2020

25
04

#2478
expresso.pt

Últimas

Expresso chega à Glovo e à Uber Eats através da Padaria Portuguesa O seu jornal está disponível para compra na Glovo e na Uber Eats, através de encomenda na Padaria Portuguesa.

Empresas não podem recolher temperatura As empresas não podem recolher registos de temperatura dos funcionários e qualquer informação relativa à saúde do trabalhador só pode ser feita pelo médico da medicina no trabalho, alerta a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Já há 877 empréstimos para rendas O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana já recebeu 877 pedidos de empréstimo para pagamento de rendas, havendo quatro que partiram dos senhorios e os restantes de inquilinos.

Dinamarca terá maior túnel submerso do mundo A Dinamarca anunciou ontem que a construção do túnel ferroviário e rodoviário submerso mais longo do mundo, o Femernbelt, que ligará o reino escandinavo à Alemanha, começa em 1 de janeiro de 2021, no lado dinamarquês. Passará sob o mar Báltico numa extensão de 18 quilómetros.

Médicos consideram perigosa indicação de Trump Durante o *briefing* na Casa Branca de sexta-feira, o Presidente americano disse que os médicos deveriam experimentar injetar desinfetante ou bombardear com luz ultravioleta os doentes infetados por coronavírus para combater a doença. Alarmados, médicos e pessoal de saúde adiantaram-se a pedir que ninguém experimentasse a “receita”, classificando-a como uma “das sugestões mais idiotas e perigosas” feitas até agora.

Pordata acompanha dados da crise A Pordata lançou uma nova área que permite analisar o impacto económico e social da covid-19. Indicadores como o clima económico e a confiança dos consumidores estão agora disponíveis no Portal da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Venda de portáteis e impressoras sobe em flecha Segundo a empresa de estudos de mercado GfK, a venda de impressoras em Portugal cresceu 481% entre os dias 6 e 12 de abril quando comparada com a semana homóloga de 2019. Já os portáteis aumentaram 351%.

TEMPO FIM DE SEMANA					
	SÁBADO		DOMINGO		
Bragança		21° 9°		17° 9°	
Porto		17° 12°		16° 11°	
Guarda		15° 8°		13° 6°	
Lisboa		19° 12°		18° 11°	
Évora		20° 10°		18° 8°	
Faro		23° 14°		19° 12°	
P. Delgada		19° 13°		16° 11°	
Funchal		21° 14°		23° 17°	
MARÉS	SÁBADO		DOMINGO		
	Baixa	Alta	Baixa	Alta	
Porto	17:15	23:23	17:47	23:58	
Lisboa	17:40	23:28	18:13	00:02	
Faro	16:59	22:48	17:31	23:23	

FONTES: IPMA E INSTITUTO HIDROGRÁFICO

Cinzentos “Qualquer coisa de positivo é melhor do que um nada negativo”, garantiu o filósofo Elbert Green Hubbard. Nuvens e chuva, mas não só.